

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:**

**A PRAXIS COLETIVA DO MST E A CONSTRUÇÃO DA  
SOCIABILIDADE NOS ASSENTAMENTO DO MST NA CHAPADA  
DIAMANTINA - BAHIA**

**GISMALIA LUIZA PASSOS TRABUCO**

Orientador: Antonio da Silva Câmara

Salvador, Fevereiro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A PRAXIS COLETIVA DO MST E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE NOS  
ASSENTAMENTOS DO MST NA CHAPADA DIAMANTINA - BA

Dissertação de Mestrado  
submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Universidade  
Federal da Bahia, tendo  
como orientador o Prof<sup>o</sup>. Dr.  
Antônio da Silva Câmara.

**GISMALIA LUIZA PASSOS TRABUCO**  
Orientador Antônio da Silva Câmara

Comissão Examinadora

Aprovado

Prof<sup>o</sup>. Dr. Antônio da Silva Câmara

.....

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Guiomar Inez Germani

.....

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Maia.

.....

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*“Quem tem consciência para ter coragem,  
quem tem a força de saber que existe,  
e no centro da própria engrenagem,  
inventa a contra-mola que resiste,*

*Quem não vacila mesmo derrotado,  
Quem já perdido nunca desespera,  
E envolto em tempestade decepado,  
Entre os dentes segura a primavera.”*

(Primavera nos dentes, Secos e Molhados)

*A meus pais Maria Amélia e  
Roque Trabuço.*

## ***Agradecimentos***

Em primeiro lugar, meu profundo agradecimento a minha mãe que é a maior responsável por essa conquista, pois sempre situou a educação dos filhos como prioridade até mesmo além das suas possibilidades.

Agradeço ainda ao meu pai e irmãos pelo exemplo de honestidade, generosidade e senso de justiça, fundamentais na minha formação pessoal e profissional.

Agradeço ao meu orientador Câmara pelo tão qualificado acompanhamento, que me proporcionou um amadurecimento teórico e metodológico do campo da sociologia e um crescimento pessoal, fruto do exemplo de simplicidade, generosidade e compromisso com o conhecimento e a sociedade.

Agradeço a Léo e Poliana pela força nos momentos de ansiedade e angústia que me acompanharam durante a realização deste trabalho.

Agradeço a amizade e colaboração imprescindível de Lorena, Iana e Zózimo (meu irmão).

Agradeço principalmente aos assentados e aos militantes do MST da Chapada Diamantina pela acolhida e, sobretudo pelo exemplo de luta.

## RESUMO

O trabalho analisa o *hábitus* dos assentados e sua relação com os referenciais de sociabilidade introduzidos pela práxis do MST, observando se a condição de assentado do MST opera uma re-semantização das relações anteriormente vivenciadas, fazendo-os experimentar novas formas de relacionamento com a propriedade da terra. Nos 03 assentamentos do MST na Chapada Diamantina/BA pôde-se observar que, mesmo não produzindo um efeito dissolvente dos padrões tradicionais de sociabilidade, o MST desestabiliza alguns referenciais historicamente normatizadores no “*campo*” rural, configurando-se como mediatizador de novas formas de se relacionar com a propriedade da terra. Porém, o vínculo entre as “disposições” e a “orientação” é precário, pois a atuação dos assentados não corresponde integralmente aos propósitos do MST. Ainda assim, o processo de reelaboração do *hábitus* se dá num ritmo diferenciado dos processos “espontâneos” de transformação cultural, devido a intencionalidade presente na práxis do Movimento.

Palavras Chaves: Assentamentos, Práxis, Hábitus, Sociabilidade.

## ABSTRACT

The work analyzes the *habitués* of the settled people and its relationship with the references of sociability inserted by the MST *praxis*, observing whether the condition of a MST settled person operates on a re-significance of the previous relationships, making them improve their relation with the land property. Inside the 03 MST settlements at Chapada Diamantina/BA, although without producing an effect that dissolves the traditional sociability standards, it was possible to see that the MST disestablishes some of the references that use to be historical standards in the rural “*field*”, being something which mediates new sorts of relation with the land property. But the linkage between the “dispositions” and the “orientation” is precarious because the activity of the settled people does not correspond to the MST purposes integrally. In spite of that, the *hábitus* re-elaboration process occurs according to a different time from the “spontaneous” processes of cultural change, due to the intentionality that is present in the Movement *praxis*.

Word-key: settlements, praxis, *hábitus*, sociability.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE ANEXOS</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I - ASSENTAMENTOS RURAIS</b>	<b>20</b>
1 – Reforma Agrária	21
2 – A formação dos assentamentos rurais	23
3 – Três faces de uma mesma luta: a ocupação, o acampamento e o assentamento	27
3.1 – A ocupação	28
3.2 – O acampamento	29
3.3 – O assentamento	31
3.3.1 – A atuação dos diferentes agentes presentes	32
3.3.2 - Assentamento como espaço social	35
3.3.3 - A construção da sociabilidade	37
3.3.4 - A ação do Estado	39
3.3.5 - Modo de organização da produção	43
4 – Perfil dos Assentamentos Rurais no Brasil	46
4.1 – A produção nos assentamentos rurais	46
4.2 – Trabalho e renda nos assentamentos rurais	48
4.3 - Impacto dos assentamentos	49
4.4 - Perfil dos assentamentos	52
4.5 - Perfil dos assentados	53
5 – Territorialização da luta pela terra	55
<b>Capítulo II – A PRÁXIS COLETIVA DO MST</b>	<b>57</b>
6 – A construção histórica da práxis do MST	60
6.1 – A formação do MST na Bahia	62
6.2 – Espacialização do MST na Bahia	66
6.3 - A luta pela terra na Chapada Diamantina e a construção da regional do MST	68
7 – Estrutura Organizativa do MST	81
8 - Centralismo, autoritarismo e democracia na práxis do MST	91



<b>Capítulo III – PRÁXIS E HÁBITUS</b>	<b>95</b>
9 – A práxis do MST como contra-hegemonia	96
9.1 – Hegemonia e Ideologia	99
9.2 – A hegemonia e os intelectuais	107
10 – Hábitus e Territorialização	109
10.1 – Hábitus, práxis e classe	118
11 – Territorialidade	120
12 – Do “ethos de campesinidade” à identidade sem terra	126
<b>Capítulo IV – A PROPRIEDADE DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS DO MST NA CHAPADA</b>	<b>131</b>
13 – Os assentamentos do MST na Chapada	138
13.1 – São Sebastião de Utinga	139
13.2 – Baixão	142
13.3 – Beira Rio	144
14 – Perfil dos Assentados	146
15 – A Ocupação	148
16 – Período do acampamento	149
17 – Sociabilidade	151
18 – Organização Espacial	154
19 – As associações	157
20 – Assembleias	158
21 – Relação dos assentados com o MST	159
22 – Pedagogia da Terra nos assentamentos da Chapada	164
23 – O significado da propriedade da terra para a práxis do MST	166
24 – Relação dos assentados com a terra	168
25 – Produção	170
26 – Experiência coletiva	175
27 – Evasão, substituição, transferência e venda de lotes	178
28 – Propriedade ou concessão de uso?	182
29 – Relação com o Estado	185
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>196</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>204</b>

## **LISTA DE FIGURAS:**

- 01 - Gráfico nº 01 - Famílias Acampadas X Famílias Assentadas (evolução histórica). Brasil, 1995-2006.
- 02 – Foto nº 01 - Militantes da Regional Chapada na Plenária sobre produção no XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – Ba.
- 03 – Foto nº 02- Reunião da Associação do Baixão: preparação da pauta para a Assembleia.
- 04 – Foto nº 03 - Assembleia no Assentamento Baixão: discussão da pauta.
- 05 – Foto nº 04 - XII Encontro Regional do MST – Regional Chapada.
- 06 – Foto nº 05 - Assembleia no Assentamento São Sebastião de Utinga: informes do Encontro Regional do MST – Chapada.
- 07 – Foto nº 06 - Alojamento do MST – Regional Chapada no XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista - Ba.
- 08 – Foto nº 07 - Cozinhas coletivas por Regional no XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – Ba.
- 09 – Foto nº 08 - Espaço Saúde no XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – Ba.
- 10 – Foto nº 09 - Coletivo da Alimentação no XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – Ba.
- 11 – Mapa nº 01 – MST Regional Chapada: Municípios por Brigadas, 2008.
- 12 – Mapa nº 02 – Proporção das famílias assentadas e acampadas do MST na população total dos municípios. Municípios Selecionados, 2008.

### **LISTA DE QUADROS:**

QUADRO Nº 01 - Acampamentos do MST X Assentamentos do INCRA. Brasil, 1995-2006.

QUADRO Nº 02 - Assentamentos do MST – Regional Chapada. Bahia, 2008.

QUADRO Nº 03 - Acampamentos do MST – Regional Chapada. Bahia, 2008.

QUADRO Nº 04 – Representação das famílias do MST na população total. Municípios selecionados, 2008

QUADRO Nº 05 - Perfil dos Municípios – Municípios Selecionados, 1980-1996.

QUADRO Nº 06 – Estrutura Fundiária – Itaetê, 1996.

QUADRO Nº 07 - Estrutura Fundiária (estabelecimentos desmembrados) – Itaetê, 2005.

**LISTA DE ANEXOS:**

01 – Carta Aberta sobre o despejo dos “sem terra”. Comissão Pastoral da Terra – CPT. Rui Barbosa, 08 de março de 1996;

02 – Reportagem: Técnico rebate versão da CPT sobre ocupação. Tribuna da Bahia, 13 de março de 1996;

03 – Resposta da CPT à reportagem “Técnico rebate versão da CPT sobre ocupação” Comissão Pastoral da Terra – CPT. Rui Barbosa, 13 de março de 1996;

04 – Termo de Compromisso. MST, Associação de Produtores do PA Andaraí e INCRA.

## ***INTRODUÇÃO***

## INTRODUÇÃO

O crescimento dos conflitos de terra, o fortalecimento dos movimentos sociais no campo, e o amadurecimento de formas de pressão sobre o agronegócio, os grandes proprietários e o governo impuseram algumas alterações ao espaço agrário brasileiro, historicamente marcado por formas excludentes de posse e exploração da terra.

Como parte desse processo, os assentamentos rurais tornaram-se um componente importante do mundo rural brasileiro, dado a sua amplitude de ordem geográfica e demográfica (abarcando considerável contingente de pessoas assentadas)<sup>1</sup> e à sociabilidade aí praticada, constituíram-se em espaços de experiência de formas sociais, econômicas, políticas e culturais alternativas, nos quais diferentes agentes buscam concretizar seus projetos.

Os assentamentos, entendidos como um processo pleno de rupturas, desconstruções, reconstruções oferecem condições privilegiadas para um novo olhar sobre o campo (Ferrante, 1997:62).

Por conta dessa significância, os assentamentos passam a influenciar as políticas públicas. Além disso, assumem um valor estratégico do ponto de vista sociológico e político, pois são espaços no qual ocorrem intervenções tanto por parte do Estado quanto de outros agentes sociais.

Considerando-se que os assentamentos são a concretização de um processo que envolve diferentes agentes (movimentos sociais, sindicatos, igrejas, ONG's, poder local e Estado) com orientações muitas vezes divergentes acerca da Reforma Agrária e de sua função social, compreende-se que a combinação de novos conteúdos, introduzidos pela atuação desses agentes com a cultura dos assentados, produz configurações sociais específicas.

Esta Dissertação insere-se no conjunto de discussões sobre os assentamentos, e tem como objeto de análise a experiência resultante da ação do MST na produção e na configuração social e política desses espaços. Em outras palavras, a questão central, aqui suscitada, é como a práxis coletiva do MST constrói a sociabilidade nos

---

<sup>1</sup> De 1964 a 2006 foram assentadas através do INCRA 1.140.156 famílias numa área de 73.299.500 hectares de terra. O número de assentados e a área compreendida pelos assentamentos são ainda maiores quando considerados os projetos implantados pelos governos estaduais.

assentamentos rurais. Para isso, foi necessário realizar uma reflexão sobre a participação do Movimento na reelaboração do hábitus dos assentados por meio da introdução de novos referenciais, aportadas pela sua práxis coletiva e a repercussão exercida no direcionamento dado pelos assentados ao relacionamento com uma instância estruturadora de sua sociabilidade, a propriedade da terra.

Compartilhando a interpretação de Bergamasco, segundo a qual as mudanças nas relações sociais em torno da posse da terra podem ser tomadas como um ponto de partida para a redefinição de um conjunto de outras práticas sociais, a proposta deste trabalho é observar se essa transformação ocorre nos assentamentos vinculados ao MST e como se dá esse processo.

A investigação dessa realidade específica demandou a utilização de uma metodologia diversificada capaz de detectar tanto os aspectos objetivos, quanto os elementos subjetivos que envolvem a sua compreensão. Para tanto, aliaram-se técnicas quantitativas com recursos de ordem qualitativa.

Em um primeiro momento, buscou-se compreender a práxis do MST, tanto a partir da análise de bibliografia e dos documentos do MST (cadernos de formação, documentos dos congressos, pautas, textos e entrevistas), como através da observação das atividades que compõem a sua práxis. A investigação envolveu a participação do pesquisador em eventos e atividades de âmbito estadual e regional, além daqueles desenvolvidas nos assentamentos estudados.

<b>ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>
X Encontro do MST na Chapada Diamantina	Boa Vista do Tupim	Janeiro de 2006
XVIII Encontro Estadual do MST	Salvador	Janeiro de 2006
Ocupação da Fazenda Campo do Gado	Itaetê	Setembro de 2006
Encontro da Brigada Zacarias	Boa Vista do Tupim	novembro de 2006
XIX Encontro Estadual do MST	Vitória da Conquista	Janeiro de 2007
Marcha	Feira/Salvador	Abril de 2007
Encontro Estadual de Educadores do MST	Salvador	Julho de 2007
Assembleia	Beira Rio	Julho de 2007
XII Encontro Regional do MST da Chapada	Iramaia	Janeiro de 2008
XX Encontro Estadual do MST	Salvador	Fevereiro de 2008
Assembleia	Baixão	Janeiro de 2008
Assembleia	São Sebastião de Utinga	Janeiro de 2008

Para a análise da atuação do MST nos assentamentos rurais, tornou-se necessário focalizar esse espaço, a fim de localizar e compreender os processos que o produzem e as implicações decorrentes na sua configuração social. Além do investimento em bibliografia sobre o tema, foram analisados documentos que integram os processos de desapropriação das fazendas, a Relação de Beneficiários de cada Projeto de Assentamento (PA), a relação de créditos concedidos por projeto, as plantas dos imóveis e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Baixão.

O critério de escolha dos assentamentos privilegiou as áreas mais antigas, localizadas nos municípios com maior percentual de acampados e assentados em relação à população total. Tal recorte fundamenta-se na compreensão de que a transformação do hábitus caracteriza um processo de mudança cultural que geralmente ocorre de forma molecular, potencializando-se e tornando-se perceptível apenas ao longo do tempo. Por isso, buscou-se estudar aqueles assentamentos que, além de serem representativos do conjunto de áreas da Região, já acumularam um tempo significativo de experiência com a práxis do MST.

Os assentamentos Beira Rio, Baixão e São Sebastião de Utinga, foram os PAs selecionados por serem as primeiras áreas do MST na Chapada. Eles estão situados nos municípios de Boa Vista do Tupim (320 km de Salvador), Itaetê (380 km da capital) e Wagner (370 km de Salvador), respectivamente, que apresentam grande número de áreas do MST.

A delimitação regional utilizada nesta pesquisa não corresponde à divisão político-administrativa do Governo. A Chapada Diamantina utilizada como recorte territorial para análise deste objeto representa o conjunto dos municípios que formam a Regional Chapada, do MST.

Para uma caracterização do contexto onde se inserem esses assentamentos, foram utilizados dados secundários sobre os municípios e depoimentos de militantes de outras entidades que participaram das primeiras lutas por reforma agrária na região.

O perfil dos assentados foi construído a partir da análise do “Espelho do Beneficiário” – documento do SIPRA (Sistema de Informações do INCRA), do Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental, feito em 2002 para elaboração do Plano de Desenvolvimento



Sustentável do Assentamento Baixão e, principalmente, através das entrevistas realizadas.

Através da observação participante realizada entre os dias 04 e 20 de janeiro de 2008, buscou-se conhecer o cotidiano dos assentamentos, identificar-se as redes sociais existentes, visitar as áreas produtivas, participar das atividades regionais realizadas pelo MST e observar a presença de elementos relacionados à sua práxis nos assentamentos. O período indicado corresponde ao trabalho de campo realizado nos assentamentos Baixão (04 a 10 de janeiro) e São Sebastião de Utinga (14 a 20 de janeiro), além da participação nos três dias do XII Encontro Regional do MST na Chapada Diamantina realizado em Iramaia. Para a análise do objeto no assentamento Beira Rio foram utilizados os dados coletados para a elaboração da Monografia de fim de curso apresentada ao Departamento de Sociologia da FFCH – UFBA, cujo trabalho de campo foi realizado nos seguintes períodos: 02 a 04-se de dezembro de 2003, 12 a 14 de dezembro de 2003, 27 a 29 de fevereiro de 2004 e 1 a 3 de março de 2004.

A coleta de dados qualitativos procedeu-se também mediante a realização de entrevistas. Estas foram ancoradas em um instrumento pré-elaborado que buscava indicar um roteiro para a abordagem, porém aberto às nuances surgidas durante a sua aplicação. Esse roteiro se diferenciou segundo as características dos entrevistados e buscou recuperar, através de histórias de vida, o processo de formação do assentamento, a inserção dos assentados na luta pela terra e a relação que mantêm com a propriedade da terra.

Nos três assentamentos foram realizadas 30 entrevistas com diferentes segmentos (assentados antigos, assentados recentes, professores, presidentes de associação, jovens, técnico agrícola, representantes do Estado, representantes de outras entidades e dirigentes do MST). Foram entrevistados: dois presidentes de Associação; três professoras que atuam nesses assentamentos; três dirigentes regionais do MST; três jovens assentados; nove assentados que estão na área desde o início; dois assentados que obtiveram o lote a partir da substituição de beneficiários; um técnico que presta assistência técnica em alguns assentamentos da região; uma assentada que foi expulsa do assentamento Beira Rio pela Associação; três membros de entidades e movimentos atuantes nestes municípios (CETA, CPT e liderança do assentamento Cana Brava); a

“empreendedora social” do INCRA que atua na área, e o representante da Prefeitura no assentamento Beira Rio. É importante registrar que desse total, 22 são assentados.

Além disso, foram coletadas outras informações através de inúmeras conversas realizadas com os assentados durante a permanência nas áreas, anotadas no diário de campo que serviu para o registro das observações realizadas nos assentamentos e nos eventos do MST.

As entrevistas permitiram, para além do seu objetivo inicial, identificar elementos sobre a sociabilidade do assentamento, informar sobre aspectos relacionados à produção e a organização, assim como ajudar no resgate do processo de luta pela reforma agrária nos municípios e na região. A escolha dos entrevistados no segmento “assentados” foi aleatória, sendo resultado de um sorteio realizado pelo número do cadastro na Relação de Beneficiários. O mesmo procedimento foi utilizado para a escolha dos “assentados recentes” que foram previamente identificados a partir da data de homologação.

A dissertação buscou inserir-se na discussão sobre os assentamentos e o MST, contribuindo para o entendimento das formas de sociabilidade, dos referenciais que mediam a convivência social de forma a compreender como práticas tradicionais se mesclam ou são transpassadas por novos referenciais que passam a desenhar o padrão de sociabilidade nesses assentamentos. Pretendeu-se, assim, contribuir para o incipiente debate que vem se instituindo na Bahia onde, apesar de comportar número expressivo de assentamentos, não encontra, ainda, correspondente visibilidade acadêmica.

A presente Dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro, focaliza o assentamento rural como uma nova ruralidade, buscando identificar os processos que estão na base de sua constituição e a repercussão desses elementos na configuração social e política desse espaço. Através da apropriação de alguns trabalhos sobre assentamentos, são apontadas algumas transformações fundiárias, demográficas, econômicas e políticas decorrentes da presença dos assentamentos rurais nas regiões em que se verificam a concentração de áreas e de famílias assentadas. O segundo, descreve o processo de formação do MST no Brasil e na Bahia e a sua inserção na Chapada Diamantina. A práxis do MST é analisada a partir da discussão das suas principais características e da descrição da sua estrutura organizativa. O terceiro, traz a discussão em torno das categorias teóricas mobilizadas para o entendimento do objeto: práxis e

hábitus. O quarto capítulo apresenta uma breve caracterização das áreas estudadas e análise específica dos novos padrões de sociabilidade. A discussão do material coletado durante a pesquisa é apresentada a partir de temas relacionados à questão central (sociabilidade, produção, significado da terra, relação com o MST, etc.). Nesta metodologia, as informações de cada assentamento são tomadas como uma amostra da totalidade - assentamentos do MST na Chapada. Garantindo-se, quando necessário, a indicação das especificidades apresentadas por cada área. Por último, são tecidas algumas considerações no sentido de construir um argumento explicativo acerca das questões propostas por este estudo.

***CAPÍTULO I***

***ASSENTAMENTOS RURAIS***

## **CAPÍTULO I**

### **ASSENTAMENTOS RURAIS**

#### **1 - Reforma Agrária.**

Compreender a Reforma Agrária significa analisá-la à luz do projeto político que ela contempla, sendo possível identificar ao menos três diferentes concepções: a primeira corresponde ao modelo clássico de reforma agrária empreendida pelos Estados Unidos, França e outros países europeus, que consistiu em limitar o tamanho da propriedade da terra e democratizar o seu acesso, resultando na criação de um mercado produtor de alimentos e matéria-prima e, conseqüentemente, na ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados, sendo assim, uma dinamizadora do capitalismo; a segunda reflete o formato de reforma agrária assumido pelo Governo Brasileiro, efetivado mais intensamente pela forte mobilização empreendida pelo MST e outros movimentos sociais, que se restringe a uma política de assentamento de famílias no campo em grandes propriedades de terra negociadas através de desapropriações e compras; e, por fim, a reforma agrária pretendida pelo Movimento Sem Terra (MST), que preconiza a desconcentração de terra através da desapropriação dos latifúndios e dos demais meios de produção (crédito, assistência técnica, etc.), estando vinculada a uma utopia socialista, porém sem uma definição muito clara.

Os limites para a realização, no Brasil, de uma reforma agrária nos moldes do MST decorrem da forma de inserção do país no capitalismo mundial, do seu papel dependente e agro exportador, que necessita de grandes faixas de terra para produzir mono cultivos de gêneros agrícolas fornecidos ao mercado internacional, e da força econômica e política de segmentos interessados na manutenção deste padrão de crescimento econômico, fortemente representados no Estado brasileiro.

A estrutura agrária brasileira, caracterizada pela forte concentração fundiária e, conseqüentemente, pela existência de milhões de camponeses sem terra, aparecia nas concepções desenvolvimentistas como fator limitante do crescimento econômico nacional e, por isso, deveria ser modificada através da realização de uma reforma agrária. Tal diretriz foi negligenciada pelo arranjo político construído a partir de 1930 entre as oligarquias rurais e a elite industrial, no qual a agricultura de exportação funcionava como captadora de dólares para financiar a implantação da indústria. A produção para o mercado interno, realizada pelos pequenos agricultores nas áreas de colonização do sul, sofria rígido controle do Estado, que buscava manter os preços dos produtos agrícolas baixos com o intuito de garantir uma cesta básica a custos reduzidos, e, dessa forma, viabilizar os baixos salários pagos aos operários da indústria. (Stédile (org), 2005: 26).

Apesar dessa opção dos grupos dominantes, a luta pela reforma agrária foi historicamente assumida pelo sindicalismo rural e por movimentos sociais, a exemplo das Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, que impuseram uma presença mais substancial do tema na agenda política nacional. Porém, a partir dos anos 1980, com a intensificação do processo de concentração de terra provocado pela chamada “*Modernização Conservadora*”<sup>2</sup> e com o surgimento de um movimento social com expressão nacional - o MST -, que utilizando-se da ocupação sistemática dos latifúndios improdutivos e exercendo, assim, uma efetiva pressão sobre o Estado, é que observa-se a execução de um processo de assentamento de famílias no campo, que tem sido veiculado como reforma agrária.

Segundo um dos líderes do MST, essa política de assentamentos é realizada pelo Governo, que, premido pelos movimentos sociais e tentando evitar repercussões políticas negativas dos conflitos no campo, promove o assentamento de famílias. (Stédile, 1998, 159).

---

<sup>2</sup> Termo que se refere à política de expansão do capitalismo no campo, através da tríplice associação: Estado, capital industrial e propriedade da terra e que implicava na concessão de fortes subsídios e incentivos fiscais àqueles proprietários.

Gohn (1998), Navarro, Moraes e Menezes (1999) constataam o avanço do movimento de luta pela terra e o relaciona aos processos sociais, políticos e econômicos que impulsionaram a demanda por terra em decorrência do agravamento das condições de emprego e ocupação rural, contribuindo para a formação de uma “população sobranete” cujas demandas foram capitalizadas e transformadas em ação política.

## **2 - A formação dos assentamentos rurais**

O crescente número de assentamentos rurais surgidos nas décadas de 1980 e 1990, enquanto um reflexo do processo de exclusão de mão de obra no campo é resultante de lutas sociais que exigiram respostas do Estado na forma de políticas públicas. Os assentamentos constituíram-se em espaço de disputas políticas, sobretudo, devido ao formato de Reforma Agrária assumida pelo Estado brasileiro, orientado basicamente para controlar e atenuar os conflitos sociais no campo. Assim, os assentamentos surgem muito mais para atender as pressões sociais e políticas do que como parte de um planejamento governamental.

*“Mapeando uma série histórica de criação de projetos de assentamentos (PAs), não vamos perceber uma estratégia do Estado quanto ao seu planejamento espacial mas, antes, uma estratégia que vai sendo construída pela atuação dos movimentos.” (Germani, 2001: 138)*

Dessa forma, podem-se identificar, na base da constituição dos assentamentos rurais, elementos objetivos associados ao modo como a questão fundiária se agrava nos anos 1970 e 1980, resultando, de um lado, em uma crescente concentração de terras e expulsão de camponeses do campo, e, de outro, na mobilização e organização dos trabalhadores por melhores condições de vida e por mudanças sociais e políticas.

Essa associação pode ser verificada quando se observa a vinculação entre o êxodo rural verificado nas décadas anteriores à criação dos principais instrumentos de luta pela terra, quando mais de 28 milhões de pessoas saíram do campo entre 1960 e 1980 (BERGAMASCO, 1997: 02); a quantidade de ocupações e acampamentos realizados pelos movimentos sociais, especialmente o MST; e o número de assentamentos criados

pelo Governo Federal através do INCRA, como se pode observar na tabela e no gráfico abaixo:

**Quadro nº 01**  
**Acampamentos do MST X Assentamentos do INCRA**  
**Brasil, 1995-2006.**

Ano	Acampamentos do MST	Famílias acampadas (MST)	Assentamentos (INCRA)	Famílias Assentadas (INCRA)
2006		150.000	717	136.358
2005	778	127.872	880	127.506
2004	661	114.776	426	81.254
2003	633	117.482	320	36.301
2002	526	67.298	384	43.486
2001	585	75.334	477	63.477
2000	555	73.066	417	60.521
1999	538	69.804	670	85.226
1998	388	62.864	753	101.094
1997	281	52.276	701	81.944
1996	250	42.682	466	62.044
1995	101	31.619	387	42.912
<b>TOTAL</b>	<b>5.296</b>	<b>98.573</b>	<b>6.598</b>	<b>922.123</b>

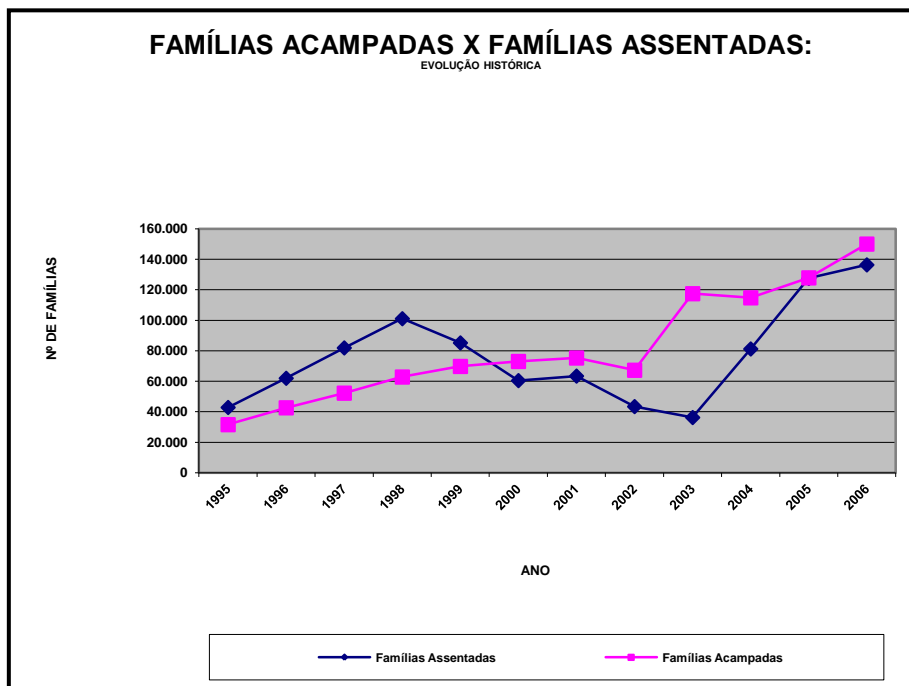
Fonte: MST e INCRA

O maior número de assentamentos em relação ao de acampamentos do MST explica-se pelo fato de o processo de criação de assentamentos contemplar outros movimentos. Além disso, como estratégia de pressão sobre o Estado e visando proteger as famílias acampadas de situações de violência por parte dos latifundiários e do próprio Estado, o Movimento tem investido na constituição de acampamento com grande número de pessoas, que geralmente são distribuídas em diferentes núcleos de assentamentos. Dessa forma, o quadro comparativo elaborado a partir do número de famílias é mais esclarecedor.



Gráfico nº 01

**Famílias Acampadas X Famílias Assentadas (evolução histórica)  
Brasil, 1995-2006**



Fonte: MST e INCRA

A tendência demonstrada no gráfico acima - de correspondência entre a intensificação no número de acampamentos e o processo de constituição dos assentamentos - sofre alteração em dois momentos históricos. No primeiro, entre 1999 e 2002, o Governo FHC promove uma investida contra o MST e os demais movimentos de luta pela terra, criando o Programa Cédula da Terra<sup>3</sup> e proibindo a vistoria por dois anos das áreas ocupadas<sup>4</sup>. No segundo, coincidente com o primeiro ano de Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003), quando a expectativa de setores populares quanto à realização massiva de assentamentos é contrariada. O crescente número de acampamentos não resultou na criação de um número proporcional de assentamentos. Isto pode ser

<sup>3</sup> O Programa Cédula da Terra, financiado pelo Banco Mundial, consistia em garantir o acesso a terra, negociada diretamente entre os demandantes de terra e os proprietários segundo regras de mercado. Essa medida, dispensando a mediação dos movimentos sociais, tinha também a intenção de tornar desnecessária a organização dos trabalhadores através de ocupações.

<sup>4</sup> A Medida Provisória nº. 2.109-50, de 27.03.2001, a Medida Provisória nº. 2.183-56, de 24.08.2001, e a Portaria /MDA/ nº. 62, de 27.03.2001, proibem a vistoria por dois anos em imóveis ocupados pelos sem-terra.

explicado pela opção, constante no II Plano Nacional de Reforma Agrária<sup>5</sup>, de privilegiar a “qualificação dos assentamentos existentes”. E, por outro lado, pela manutenção de uma política econômica geradora de altos superávits fiscais com vistas ao pagamento da dívida externa (Câmara e Vieira, 2003). Tal política econômica fundamentada na obtenção de superávit primário, cada vez maior, prioriza o agronegócio, por ser o principal captador de divisas, secundarizando, conseqüentemente, a reforma agrária.

O estudo sobre o Impacto dos Assentamentos, coordenado por Heredia, Leite, Medeiros, Palmeira e Cintrão (2005), também aponta para um movimento pendular no número de assentamentos constituídos nas últimas décadas, demonstrando certa concentração em alguns períodos e refluxo em outros, o que estaria associado às formas de luta empreendidas pelos movimentos sociais e à conjuntura política de cada período. Este estudo pontua também estreita relação entre os conflitos provocados pela ação dos demandantes e a realização de desapropriações, demonstrando que 88 dos 92 assentamentos analisados (96%) nasceram de alguma disputa entre proprietários e ocupantes pela propriedade da terra. Indica ainda que, em 89% dos assentamentos da amostra, a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores e de seus movimentos. (41).

A análise desses dados permite perceber a potencialização da luta pela reforma agrária com a proliferação de ocupações, demonstrando que o aumento do volume da constituição dos assentamentos rurais é proporcional à densidade da pressão social pela reforma agrária e que os assentamentos não se tornaram anestésicos capazes de frear a atuação dos movimentos que lutam pela terra.

Só não é possível identificar essa relação durante o mandato do Governo FHC, quando grande parte dos projetos situaram-se na Amazônia Legal, enquanto as ocupações se concentravam nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As desapropriações realizadas a partir de ocupações ocorreram principalmente no Estado do Pará em razão

---

<sup>5</sup> Apresentado à sociedade em outubro de 2003, o II PNRA previa o assentamento de 400 mil novas famílias; a regularização da posse da terra para 500 mil famílias; a disponibilidade de crédito fundiário para 130 mil famílias; a recuperação da capacidade produtiva dos assentamentos rurais existentes, com a criação de 02 milhões de postos permanentes de trabalho nessas áreas; o cadastramento georeferenciado do território nacional; a regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; o reconhecimento e a demarcação de áreas quilombolas; o reassentamento das famílias ocupantes de áreas indígenas; assistência técnica e capacitação para os assentados e políticas de comercialização.

da gravidade dos conflitos. Tal postura compunha um conjunto de estratégias implementadas pelo então Governo com o intuito de enfraquecer os movimentos de luta pela terra, sobretudo o MST. (Claudinei Coletti, 2003:09).

A importância do MST se dá tanto pela sua ação direta quanto pela sua influência na formação de outros movimentos, ao colocar a questão da reforma agrária na pauta política e ao apontar para novos métodos de luta pela terra. É dessa forma, que o MST, principal agente mobilizador, organizador das ocupações e responsável por inúmeros assentamentos, passa a condicionar as políticas públicas. Para isso utiliza-se de “tecnologias políticas” impactantes, tais como marchas e ocupações, tornando-se, assim, o principal interlocutor dos sem terra com o governo e a sociedade, constituindo-se hoje, como muitos autores têm apontado, no mais consequente movimento social do Brasil.

A relação entre a formação e consolidação do MST e a constituição de assentamentos é destacada por Medeiros e Leite (2004: 49) que considera que “(...) essa entidade é, ela mesma, um efeito da constituição dos assentamentos”, na medida em que a criação de cada novo assentamento fomenta a luta pela terra e legitima o Movimento como representante de territórios conquistados.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001:08), a sua força e longevidade estão associadas à sua capacidade de articular simultaneamente a espacialidade da luta com a realização de ocupações e acampamentos, com a territorialização do movimento concretizada nos assentamentos através da inserção de novas formas de produção e de organização social e política.

Apresentando-se como o legítimo porta-voz dos demandantes por terra, o MST divide hoje esta função com outras organizações que entram na disputa pela representação deste segmento.

### **3 - Três faces de uma mesma luta: a ocupação, o acampamento e o assentamento.**

A compreensão dos padrões de sociabilidade dos assentamentos rurais requer a análise do processo de sua constituição, como a localização dos elementos e agentes atuantes na

sua formação. Sendo necessário diferenciar as etapas que desembocam na sua concretização - a ocupação, o acampamento e o assentamento - e o significado que essas vivências encerram para a práxis do MST.

### **3.1 - A ocupação.**

A maioria dos assentamentos, como visto, é resultante de uma forma de luta bastante difundida e bem sucedida - a ocupação-, que, até então, tem orientado a política de reforma agrária, à medida que os órgãos oficiais são informados sobre áreas passíveis de desapropriação e listas de possíveis beneficiários.

A ocupação, como um dos principais instrumentos de luta utilizados pelo MST, que quando bem sucedida se constitui em assentamento, apresenta aspectos conjunturais que estimula novas ocupações. Por isso, diversos autores, têm associado o crescimento vertical do registro de assentamentos a partir de 1980, ao processo de formação e consolidação do MST que se dá no mesmo período.

A influência das ocupações na constituição dos assentamentos foi destacada por Heredia, Leite, Medeiros, Palmeiras e Cintrão (2005: 42), onde se verificou que 47 dos 92 assentamentos pesquisados (51%) resultaram de ocupações de terra. A pesquisa também observou que do total de hectares destinados ao assentamento de famílias entre 1964 e 2006, 81% ocorreram no período que compreende a criação e a consolidação do MST (de 1984 a 2007), com intensidade variável no tempo, correspondendo a 59.372.718 hectares.

A ocupação realizada pelo MST é uma ação de massa organizada a partir de um prévio trabalho de base que consiste na mobilização do segmento sem terra para a ocupação de áreas de terra como forma de pressionar os Governos a realizar desapropriação de latifúndios para a implantação de assentamentos. É neste trabalho de base que as famílias entram em contato com a práxis do Movimento, conhecem suas formas organizativas e a explicação formulada pelo Movimento sobre a pobreza e a concentração de terras.

A aglutinação de pessoas e agentes apoiadores para a realização das ocupações, assim como os cuidados na sua organização e execução (sigilo quanto às áreas a serem ocupadas, escolha de dias e horários mais adequados), visa garantir proteção contra as possíveis represálias por parte dos fazendeiros.

Considerando a experiência de luta como um recurso educativo, o Movimento preocupa-se em manter o vínculo identitário dos assentados com a sua práxis, acionando-os para a participação em ocupações de terra e para o apoio aos acampamentos.

Nessa pesquisa, além de localizar os agentes mobilizados no processo de luta e a influência posterior que desempenharão no assentamento, interessa observar a “potencialidade pedagógica” da experiência no acampamento.

### **3.2 - O acampamento.**

O acampamento, que caracteriza a resistência após a ocupação, tornou-se uma forma legitimada de pressão, impondo aos assentamentos a face do processo de luta carregada pela participação de agentes que emprestam à sua organização social elementos de sua práxis. Processo facilitado por ser o assentamento um espaço novo, mas não de novos, uma vez que seus construtores (os assentados e demais agentes) trazem inscritos em sua cultura inúmeros valores, concepções, princípios e cosmo visões de suas experiências anteriores, que são, de certa maneira, contrastantes com a realidade vivida no assentamento.

Os assentados, quando inseridos na construção desse novo espaço, principalmente no período da ocupação, são estigmatizados, alcunhados de baderneiros, desordeiros, invasores. Tanto a imagem deles como a do Movimento dependem das forças acumuladas no processo de acampamento e da inserção desses no jogo político local. É nesse momento que as dificuldades encontradas nos acampamentos fazem surgir uma forte rede de apoio, que vai desde as Igrejas até ao poder público (em suas esferas nacional, estadual e local), tornando o assentamento um espaço bastante complexo do ponto de vista político.

“(…) transformando os despejos também num problema político, as manifestações contribuía para o reconhecimento dos próprios posseiros no campo político, produzindo-se no interior destes, um processo de tomada de posições a respeito deles e de suas reivindicações” (Medeiros, Leite (org), 1999:135).

A partir de então, os acampamentos passam a representar espaços importantes para as estratégias políticas de grupos locais e outros agentes políticos, resultando em um espaço caracterizado como um campo de forças, onde os diferentes agentes buscam sua *hegemonia*.

Nessa etapa, os acampados aglutinam-se com mais intensidade, constituindo-se em uma força social. Dessa forma, à medida que suas condições exigem uma concentração de energias e disposição para buscar melhores condições de vida, as diferentes perspectivas relacionadas à diversidade dos setores sociais acampados são temporariamente secundarizadas, em prol da luta comum, já que todos se encontram numa mesma situação e lutam por uma mesma coisa: o acesso a terra.

A heterogeneidade característica do público que forma o assentamento é dissolvida pela situação do acampamento, o que, posteriormente, reflete-se nas tensões relacionadas à organização social, à produção e ao alinhamento político.

*“Nessa ocasião, tanto os trabalhadores como os agentes externos participantes das mobilizações tinham uma mesma aspiração e um mesmo objetivo: a conquista da terra. E, agora, o desejo da autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir as muitas diferenças existentes entre essas famílias singulares: diferenças de idade, de composição da família, de conhecimento agrícola, diferenças de trajetórias de vida e, conseqüentemente, de objetivos, de sonhos e de fantasias que necessariamente, tornariam mais complexas as negociações entre eles mesmos e seus assessores”. (D’INCAO, 1997:30-31)<sup>6</sup>*

Em contraste com a unidade forjada pela situação anterior, o assentamento passa a ser caracterizado como um espaço de agudização de conflitos, podendo levar a uma interpretação de que a atuação do MST, no sentido de introduzir valores comunitários e

---

<sup>6</sup> É importante salientar que os movimentos sociais, a exemplo do MST, muitas vezes citado como um agente externo, compõem o quadro político local, sendo, muitas vezes, formado por pessoas das comunidades próximas ao acampamento e que formam, conseqüentemente, o conjunto dos assentados.

coletivos, não estaria obtendo sucesso, ou, ainda, a de que as condições concretas nas quais ocorrem essa atuação impõe limites aos objetivos do Movimento.

Essa análise dos assentamentos do MST é pertinente, pois seus acampamentos, além de se constituírem como uma forma de pressão para acelerar a reforma agrária, atuam como uma espécie de preparação para a vida em comunidade que se propõe para o futuro assentamento. Exemplo disso é a formação de instâncias organizativas baseadas no trabalho coletivo e na participação comunitária, como os grupos de família e os setoriais. Todos os acampamentos do MST se organizam em onze setores: saúde, estrutura, educação, segurança, secretaria, cultura e lazer, coordenação, comunicação, produção, higiene e almoxarifado.

O acampamento é um momento crucial e por isso o Movimento se encontra mais presente junto a sua base. A mobilização de quadros para o acompanhamento dessas áreas se dá por três motivos fundamentais: pela necessidade de garantir proteção às famílias acampadas, dando-lhes o suporte (material ou político) necessário à resistência; por ser o momento propício à constituição da identidade das famílias com o MST, o que se efetiva pela formação política e convívio cotidiano como a práxis do Movimento; e por ser o espaço e o momento de surgimento e formação de novos quadros militantes.

### **3.3 – O assentamento.**

Medeiros e Leite (2004:17) alertam para a diversidade de elementos que interagem na criação dos assentamentos rurais, ponderando que o termo “assentamento rural”, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. Em geral, tais intervenções visaram: a regularização de áreas ocupadas, por vezes há décadas, por “posseiros”; a fixação de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (na qual viviam como “rendeiros”, “agregados”); a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo MST, por sindicatos e outras entidades, acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado; a preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais,

como é o caso dos assentamentos extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; e a realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidroelétricos, etc.

Alguns assentamentos são resultados de processos marcados de disputas e conflitos até mesmo armados, enquanto outros não prescindem de grandes embates, sendo produto de negociações. Certamente, a observação das decorrências produzidas pela trajetória percorrida até a formação dos assentamentos pode informar aspectos importantes para a compreensão desses.

### **3.3.1 - A atuação dos diferentes agentes presentes.**

O assentamento configura-se como um espaço em que diferentes forças interagem produzindo uma configuração social específica. A partir da análise dos assentamentos dirigidos pelo MST no Estado de São Paulo, D’Incao (1997) aponta pelo menos três concepções de sociedade que orientam a intervenção dos agentes externos presentes neste espaço: MST, CEB’s e Estado.

*Grosso modo, para os agentes da CEB’s, tratava-se da construção de uma ‘comunidade’ e da necessária transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. Para os agentes do MST, ou militantes políticos de esquerda, tratava-se de construir o socialismo, transformando os trabalhadores em revolucionários. E finalmente, para os técnicos estatais, o objetivo era socializá-los ou cooperá-los de modo à pré determinar sua eficácia ou sua capacidade de convivência com as regras do mercado (27).*

A grande virtude deste trabalho consiste em mostrar o confronto das diferentes concepções que se encontram na práxis desses agentes. No entanto, trata-os como entes externos, uma tendência muito comum em estudos sobre assentamentos. Na presente pesquisa segue-se um percurso distinto, procurando-se compreender o assentamento como um espaço construído por esses agentes, que, além de formarem o quadro político local, muitas vezes tem na composição dos seus “quadros” pessoas das comunidades onde se formam os acampamentos e assentamentos.



O assentamento é um local onde as ações de diferentes agentes se interceptam. Vale ressaltar, no entanto, que este processo pode ser verificado em outros espaços, porém não de uma forma tão “violenta”, na expressão de Ferrante (1997), por não trazer implicações tão fortes para a configuração social como ocorre no assentamento. Tem ainda a singularidade de ser um *lócus* onde trajetórias de vida, muitas vezes distintas, cruzam-se criando uma comunidade de modo “artificial” ou mediada pelas necessidades econômicas e políticas, e não por uma convivência desejada e construída espontaneamente. Essa observação corrobora com a concepção de Bergamasco (1992:39), segundo a qual “*Os assentamentos se constituem em espaços sociais produzidos*”.

Uma das especificidades do assentamento é que ele, sendo um espaço novo, oferece possibilidades para a especulação e a experimentação de diferentes formas produtivas e de organização social. Por conta disso, percebe-se que, muitas vezes, os projetos estabelecidos pelo Estado e até mesmo pelo Movimento, desconsiderando a realidade vivida por essas famílias, às vezes se contrapõem às estratégias familiares para alcançar melhores condições de vida. Para Ferrante (1997:65), os significados embutidos no querer a terra podem ser, e frequentemente são, violados quando da elaboração dos projetos de assentamento, tanto por parte do Estado, como pelo MST.

Para o MST o assentamento não deve se restringir ao espaço onde as famílias desenvolvem suas estratégias de sobrevivência e reprodução social; devendo, pelo contrário, constituir-se enquanto um “*laboratório para formar consciências sociais*”, um “*espaço de desenvolvimento e de formação da consciência social dos assentados*” que permita “*avançar no desenvolvimento da consciência e modificar o ser social*” (MST – CD-ROM, 2002) a partir da criação de novas formas de participação e convívio social (assembleias, grupos organizativos, setoriais, marchas, etc.), na perspectiva de “*acumular forças no atual estágio de luta de classes no país e proporcionar novas circunstâncias que favoreça a constituição de um novo homem e de uma nova mulher.*” (CONCRAB, 2001:7/8).

Assim, ainda que não correspondendo ao modelo de reforma agrária do MST, os assentamentos configuram-se como um acúmulo de forças para a continuidade da luta por uma efetiva reforma agrária, que dependerá da correlação de forças existentes e que

estará subordinada à capacidade dos trabalhadores em se organizarem. (Stédile, 1998, 159).

Vinculado a um projeto social contra-hegemônico, os assentamentos do MST, segundo a orientação presente na práxis do Movimento, deve ser capaz de constituir uma nova relação dos assentados com a propriedade da terra. Este trabalho, ao contrário da maioria dos estudos sobre assentamentos, não busca compreendê-los como “impactos” na qualidade de vida das famílias e no seu entorno, promovidos pela intervenção do Estado, a exemplo dos estudos realizados pelo CPDA, que analisam o assentamento enquanto política pública. Nesta pesquisa, o assentamento é considerado como territorialidade inscrita numa luta contra-hegemônica que tem a práxis do MST como articuladora de “campos conquistados na luta” <sup>7</sup>, com o intuito de verificar as possibilidades e os limites presentes neste instrumento.

A diferença de projeto é notável quando dois dos principais agentes, Estado e MST, realizam avaliação acerca dos assentamentos. Por parte do Estado, a avaliação se pauta no sucesso ou no fracasso a partir de variáveis como geração de renda e desempenho econômico dos assentados, que considerados isoladamente são insuficientes para a percepção do assentamento. Está ausente dessa avaliação outros fatores, tais como autoconsumo, assalariamento e valorização patrimonial, considerando ainda as dificuldades e demora na obtenção de crédito para ter acesso à tecnologia e assistência técnica adequadas, o que permitiria compreender a baixa produtividade verificada em alguns assentamentos.

Já o MST baseia sua avaliação na observação da relação entre as estratégias familiares desenvolvidas e o tipo de padrão de sociabilidade e de organização política que deveriam, sob o ponto de vista do ideário do Movimento, reger os projetos de assentamentos.

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Estudos Avançados, Vol 15, Nº 43 SET/DEZ. São Paulo, 2001. disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

### 3.3.2 - Assentamento como espaço social

Os autores apontam que a luta pela reforma agrária articula o aumento da pressão pela terra; as disputas políticas dos movimentos sociais com os poderes públicos e outros agentes políticos, assim como a disputa por legitimação entre os organismos de representação; e as diferenciadas formas de articulação dos mediadores/interlocutores. O que permite considerar o assentamento como um “*espaço social*” (Bourdieu, 2006).

No que diz respeito aos assentamentos, a complexidade se torna bastante visível quando observado o confronto entre os projetos idealizados pelos diferentes agentes presentes com as trajetórias e projetos individuais das famílias assentadas. Isso corrobora a definição de Ferrante (1997), segundo a qual, o processo de constituição dos assentamentos é uma demonstração clara de violência por parte do Estado. Pois, por já trazerem em seus projetos um determinado padrão de organização social e de produção, bem como formatos geográficos e modelos de habitação, revelam uma dissimulada prática autoritária e de violência simbólica por desrespeitar as especificidades regionais, imprimindo um só modelo para todo o país, possibilitando a otimização do controle das agências governamentais sobre esse espaço.

*Ao Poder público corresponde o direito de deslocar pessoas e fundar uma nova vida social iniciada da estaca zero. Os beneficiários, apagados como atores sociais, conformar-se-iam à objetivação plena da vontade política dos idealizadores da boa sociedade... cria-se um lócus para o exercício do controle, da vivência de novas experiências, assim como um campo de conflitos entre atores distintos (NEVES apud Ferrante: 1999: 11)*

Para Gaiger (1994), essas novas orientações trazidas pelos agentes confrontam-se com o “ethos camponês”, colocando a partir de então a necessidade de elaboração de um “novo ethos”, como resultado da conformação de novos elementos aportados pelos agentes e as diferentes situações culturais presentes nos assentamentos.

A princípio é questionável hoje a existência de um ethos camponês, tendo em vista a complexificação da sociedade, em que se observa processos de rompimento das fronteiras entre o global e o local. No entanto, no que diz respeito às comunidades rurais é seguro afirmar a persistência de certas práticas tradicionais que orientam a relação do

homem do campo com a terra e com as instituições sociais, o que Wootmann (1990:87) denominou de *campesinidade*.

Esta postura dos agentes intervenientes, segundo Medeiros, Leite, Esterci e Franco (1992), se baseia em uma concepção que considera o assentado como um ente em mutação, onde a nova experiência social vivida deve ser mediada e dirigida, sofrendo assim, a imposição de modelos de sociabilidade e padrões de organização social. “(...) *o assentado é pensado como agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social.*” (1992: 6).

Apesar de uma preocupação real com os processos de violência presentes na constituição dos assentamentos, esta observação não atenta para o fato de que os projetos e as expectativas dos trabalhadores rurais, em relação aos assentamentos, também são orientados por suas condições de vida anteriores, que não foram produto de uma opção consciente da parte deles.

Além disso, a rejeição aos novos modelos pode estar mais associada ao desejo de autonomia do que ao da manutenção do seu modo de vida tradicional. É necessário pontuar ainda que esta manutenção não se vincula apenas à preservação de uma cultura camponesa, mas a um modo de organização social que confere a esses atores um determinado lugar na estrutura social. A ação do MST, por exemplo, direciona-se para o questionamento e a transformação desse modo de organização social.

A presença de agentes mediadores nos assentamentos coloca o confronto entre a orientação e a tradição. Considerando que a forma e o produto desse confronto se diferenciam segundo os agentes mediadores e as condições socioculturais dos assentados, este trabalho procura compreender, a partir da análise das formas de sociabilidade de três assentamentos do MST situados na Chapada Diamantina - Bahia, como a práxis coletiva do MST interfere na elaboração do “hábitus” e como podem ser identificadas alterações no que diz respeito à relação estabelecida pelos assentados com a propriedade da terra, ou seja, pretende-se verificar se o MST altera o hábitus dos assentados provocando mudanças na sociabilidade.

### 3.3.3 - A construção da sociabilidade.

Percebe-se nos assentamentos um padrão de sociabilidade em que o local de origem, as experiências profissionais anteriores e a vinculação política dos assentados são importantes fatores de constituição dos grupos. Neles se encontram redes sociais configuradas anteriormente nos locais de origem que têm em seu centro famílias, igrejas, pessoas provenientes de uma mesma área e grupos políticos locais. Porém, ao entrar no assentamento, os trabalhadores necessitam construir novas relações sociais e se posicionarem em uma teia de situações que requer deles novos comportamentos.

A observação desses aspectos é importante, pois indicam alguns elementos que determinam as bases da organização social dos assentamentos, pois as redes sociais (construídas nos locais de origem, geralmente), influenciam, posteriormente, a organização dos assentados, inclusive sua coesão comunitária (Medeiros e Leite, 1999). Esses elementos que interagem na composição de redes sociais constituem um quadro de referência mais amplo que orienta a sociabilidade dos indivíduos na vida social.

A criação de um assentamento, por implicar muitas vezes no deslocamento de famílias de seus lugares de origem, propicia: a construção de novas redes sociais de convivência entre pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas; a formação de novos espaços de sociabilidade e/ou a reconstituição de laços construídos anteriormente; o afrouxamento de outros vínculos; e a vivência com conflitos surgidos a partir da nova situação, seja no momento da delimitação dos lotes e das decisões relativas às formas de produção, seja em outros momentos do cotidiano do assentamento.

A nova inserção social proporcionada pela condição de assentado requer novos comportamentos e possivelmente resulta em mudanças no padrão de sociabilidade observado nas comunidades rurais, com a introdução de novos referenciais que orientam a relação dos assentados com a terra, o Estado e a política.

*Os assentamentos constituem novos espaços de relações sociais que vão sendo construídas pelas famílias em bases diferentes e focadas numa perspectiva totalmente distinta daquela que marcou as suas vidas, qual seja, de sujeito de direitos. (Lopes, 2004: 262/263)*

No entanto, a dinâmica social e cultural dessas famílias se impõe com muita força, marcando o cotidiano dos assentamentos com as tradicionais formas de sociabilidade típicas das comunidades rurais baseadas nos vínculos de parentesco, nas relações de vizinhança, nos vínculos religiosos, nas atividades de lazer e no trabalho externo. A pesquisa realizada por Medeiros e Leite (2004:115-117) demonstra que 70% dos entrevistados já conheciam outras famílias antes da instalação no lote, evidenciando a existência de redes de solidariedade que, sendo anteriores ao assentamento, estariam na raiz do processo de organização que lhe deu origem. Esses autores mostram ainda que 62% dos pesquisados têm parentes em outros lotes, pondo em evidência que a criação dos assentamentos pode estar se constituindo num mecanismo importante de recomposição das famílias de trabalhadores antes separadas inclusive por processos migratórios.

Por outro lado, as famílias mobilizadas pelo MST, desde a ocupação e principalmente no acampamento, passam a se organizar a partir de outras formas de sociabilidade vinculadas à práxis do Movimento, a exemplo dos grupos de famílias, das brigadas e dos setoriais. Esses organismos, embora compostos a partir de indicações baseados nas afinidades entre os assentados, também são orientadas por questões vinculadas à capacidade organizativa das pessoas e às aptidões individuais para a realização das tarefas colocadas para essas estruturas, que são importantes na sustentação dos acampamentos e assentamentos.

D’Incao têm sustentado a tese de que os modelos de sociabilidade indicam as possibilidades de permanência na terra e a sustentabilidade dos projetos de assentamento, destacando inclusive, a importância dos padrões de sociabilidade tradicionais.

*“É interessante salientar que os índices de evasão são muito menores, quase nulos, nos núcleos onde se mantém parcialmente um projeto de cooperação nutrido por experiências comuns vivenciadas num tempo anterior”.*  
(D’Incao, 1997:27)

É importante notar que o fato dos assentados conservarem dimensões de uma sociabilidade própria das comunidades rurais - tais como as relações de compadrio-, contribuem para o gerenciamento dos problemas internos sem a interferência do Estado,

do poder local ou do Movimento, colocando-os numa posição de força perante os agentes.

Considerando que o parentesco é um fator importante para a construção e permanência de experiências coletivas, torna-se necessário questionar se a introdução de outros referenciais, que não confirmam ou mesmo negam esses laços como parâmetros essenciais de constituição da sociabilidade, contribuem ou enfraquecem as experiências de coletivização. Nesse sentido, convém também questionar se a família, elemento forte de organização camponesa, transpõe o espaço privado tornando-se um modelo de organização pública e, inclusive, um referencial para as relações políticas.

No que se refere às redes de sociabilidade e ao tratamento dos modelos “impostos” ou “propostos” pelos diferentes agentes que atuam nos assentamentos, a participação da mulher se mostra marcante, quando observado que

*(...) na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem- critérios significativamente influenciados pelas opiniões da mulher- pode ser encarado como uma forma de resistência, aliado a rejeição do modelo associativista proposto ou imposto pelo Estado (e demais agentes). Excluída em sua grande maioria da elaboração do projeto produtivo, encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.” (Ferrante 1995:12).*

Essa afirmação se baseia na tese de que “... as estratégias familiares expressam uma recusa aos padrões de sociabilidade idealizados pelo modelo estatal de assentamento” (Ferrante, 1995:18).

As mulheres que presidem as estratégias familiares de reprodução social e a construção dos espaços de sociabilidade, não estão igualmente presentes nas instâncias políticas de decisão e gestão dos assentamentos.

### **3.3.4 - A ação do Estado**

A atuação do Estado na elaboração e execução de políticas agrárias expressa o peso das contradições que permeiam a correlação de forças entre os diferentes agentes que, por

sua vez, estão munidos de distintos projetos: trabalhadores rurais, Estado, Igrejas, sindicatos e poder local.

Quanto ao Estado, o que orienta sua intervenção é a preocupação com a viabilidade econômica dos assentamentos. Esta ocorre de forma tecnicista, formalizada e aparentemente neutra, objetivando a despolitização dos assentados. Dessa forma, deixa-se de considerar o caráter ativo da população que compõe os assentamentos, bem como o processo de formação deste, sendo negada aos assentados a condição de sujeitos transformadores de suas condições de vida e de construtores do espaço em que hoje vivem.

*(...) o Estado busca orquestrar uma relação de clientelismo que parece presidir a relação entre os trabalhadores assentados e os demais agentes sociais envolvidos nas experiências de assentamentos (Ferrante, 1997:64)*

Na relação com o poder local, prevalece o clientelismo, que reforça a exclusão imposta aos assentamentos. Essas trocas envolvem o voto e as demandas dos assentados, que vão desde os interesses particulares, como o acesso a médicos, hospitais, remédios, até benesses mais coletivas.

O Estado e o poder local buscam, frequentemente, esvaziar de conteúdo político as conquistas do Movimento, atribuindo ao assentamento a condição de dádiva do Estado. A cultura da dádiva continua alimentando a atuação do poder público local nos assentamentos, e os assentados, com frequência, submetem-se à despolitização atribuída pela condição de beneficiário. As exceções são, na sua maioria, aqueles que, ao se envolverem mais organicamente com as atividades do Movimento e com a sua concepção política, tornaram-se militantes.

Observando como os assentados encaram as ações governamentais e as decisões dentro do assentamento, pode-se verificar a eficiência dessa estratégia governamental e, conseqüentemente, o sucesso ou insucesso do Movimento na promoção de novas referências para a relação assentados/Estado.

Para Medeiros, Leite, Esterci e Franco (1992), a polaridade que se expressa entre os pares Estado/Movimento, beneficiário/ocupante, unidade administrativa/conquista nunca é totalmente eliminada, ressurgindo permanentemente sob forma de tensão que



permeia não só a relação agentes do aparelho estatal/ trabalhadores, mas também a relação lideranças/base do Movimento e entre o MST e as entidades de apoio.

Apesar de o Estado orientar a formação de assentamentos como forma de atenuar os conflitos no campo, estes acabam sendo um dispositivo legal que produz sempre novos conflitos, relacionados ao surgimento de novas demandas.

*Uma análise dos enfrentamentos entre o MST e o governo mostra que a luta pela reforma agrária dá origem a duas formas de pressão sobre o governo. A primeira forma é aquela exercida por sem-terra acampados e só se desfaz quando o assentamento é conquistado. Surge então o segundo tipo de pressão, aquele exercido pelos assentados para ter acesso aos créditos de reforma agrária, e viabilizar a produção até que o assentamento adquira autonomia suficiente para ser emancipado... O sucesso do MST e a razão principal do seu crescimento podem ser explicados justamente pela sua habilidade em construir esses dois ciclos e mantê-los sempre ligados à organização do movimento, de modo que eles se reforcem mutuamente. (Comparato, 2001:04)*

Medeiros e Leite (2004:23/24) também apontam para os dois momentos de luta na trajetória da construção dos assentamentos, caracterizando-os como ponto de chegada, à medida que a conquista da terra através da luta transforma pessoas excluídas em sujeito de direitos, e como ponto de partida no qual os assentados passam a buscar novas formas de inserção econômica, social e política, sobretudo a partir da apresentação de novas demandas ao Estado: escolas, crédito, assistência técnica, infraestrutura, etc.

O fato de a maior parte das demandas dos assentados relacionados às suas necessidades de reprodução social (educação, saúde, transporte, etc.) dirigirem-se ao poder local, tornam os assentamentos permeáveis às disputas dos diversos grupos políticos, até porque o apoio a essas áreas representa um capital político importante que sempre é utilizado nos períodos eleitorais.

A percepção dos agentes dos públicos locais, estaduais e federais, no atendimento do Estado aos seus cidadãos nem sempre é visto como dever do Estado. Isso implica em práticas clientelistas, eleitoreiras, e, no caso dos assentamentos em ferrenhas disputas políticas por sua gestão.

Para Ferrante, (1997:54) os assentamentos representam a possibilidade não realizada de tornar a agricultura municipalizada, arguindo que os valores do repasse de recursos públicos para os assentamentos, contrastam com a realidade vivida no seu interior, o que revela a impossibilidade das esferas federal e estadual de acompanhá-los satisfatoriamente, principalmente no que diz respeito à assistência técnica. Bergamasco também destaca a ausência de um projeto para os assentamentos por parte do Estado e a deficiência do Movimento em elaborar modelos de gestão e em promover a capacitação dos assentados para empreendê-los.

Outro aspecto importante a considerar na atuação do Estado é a sua posição de regulador legal e aparentemente imparcial dos conflitos agrários, enquanto instância legítima de poder. Na prática, esse organismo manifesta, de forma oculta, violência simbólica e, até, militarizada contra os assentados em nome da ordem estabelecida.

Essa postura é reforçada pelas práticas repressivas dos governos em relação aos movimentos sociais, especialmente ao MST. Os governantes do Brasil após 1984, período denominado de redemocratização, têm reestabelecido expedientes autoritários de enfrentamento a esses movimentos (força policial, criminalização dos movimentos, inteligência institucional) alegando que suas ações, tais como ocupações de terras, de prédios públicos e de estradas, põem em risco a democracia.

A violência apresenta-se também, para Ferrante (1997), na organização dos assentamentos em agrovilas (modelo mais difundido no Brasil), que permite o acesso dos assentados a determinados equipamentos urbanos e serviços públicos, configurando-se também como um artifício de controle. Esse formato de organização provoca ainda a fragmentação entre o espaço produtivo e o reprodutivo (não comum no espaço rural), caracterizando assim uma desruralização ou a formação do chamado rurbano<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ausência de fronteiras entre as atividades rurais e urbanas.

### 3.3.5 - Modo de organização da produção.

Uma importante discussão que permeia os estudos sobre os assentamentos é o modo de organização da produção que se tem concentrado nos argumentos pró e contra a coletivização. Esses argumentos, no entanto, são elaborados sob o prisma de uma opção política que tende para um ou para outro, não sendo capaz de captar sua eficiência na promoção de uma sustentabilidade econômica, política e social dos assentamentos.

A coletivização também é frequentemente compreendida de diferentes formas pelos agentes. O Estado, quando a estimula, encara-a como uma maneira de racionalizar os poucos recursos, e o Movimento mantém as formas coletivas como um modelo de organização social e política por julgar eficaz na promoção do ideário socialista. Já os assentados, que vêm de uma tradição comunitária forte, percebem-na como uma necessidade de ajuda mútua presente nas comunidades rurais tradicionais.

*O fato de se terem postos como iguais no momento da luta, não significa necessariamente sua disposição de estruturarem-se coletivamente para a organização social da produção, mesmo porque a perspectiva de construção de uma coletividade rural de produtores em cooperação não é necessariamente produto da vontade dos trabalhadores, mas resposta a uma decisão ao modelo cooperativo forjado nas instâncias de poder (Ferrante, 1997:68).*

A experiência dos trabalhadores rurais com a produção põe em dúvida a perspectiva de viabilização do assentamento enquanto local de alta produtividade agrícola, até porque esse conceito de produtividade nunca esteve próximo da sua experiência com a produção.

Vale observar também se as cooperativas, quando implantadas nos assentamentos pelo MST, contrapõem-se à lógica do sistema capitalista, como prega o ideário socialista do Movimento ou se, pelo contrário, representa uma forma alternativa de inserção de setores excluídos no mercado.

A discussão em torno da organização da produção apenas do ponto de vista econômico e não político, manifesta uma equivocada diferenciação entre “lutas políticas” e “lutas econômicas”. Pois, a viabilidade econômica dos assentamentos, além de garantir a sobrevivência dos assentados, é também uma questão de afirmação política e social. Os

assentamentos têm assim, uma dupla atribuição na práxis do MST. De um lado, deve ser um lugar produtivo integrado ao mercado; de outro, deve garantir o engajamento dos assentados na luta, prestando respaldo infraestrutural e simbólico aos “*sem terra*”.

Para Navarro, Moraes e Menezes (1999), a situação dos assentamentos, onde quer que as instâncias do MST exerçam sua influência,

*...resulta das incongruências da sua proposta de organização da produção que presume a superioridade da ação coletiva em detrimento das iniciativas familiares. Essa proposta, transformada em diretriz oficial a partir de 1988 entrou em confronto com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentamentos, da própria dinâmica da área rural e as dificuldades macroestruturais impostas pela conjuntura.”(Navarro, Moraes e Menezes, 1999:51)*

Apesar de apontar alguns impasses enfrentados pelas propostas de coletivização, é necessário refletir se ela realmente fere a dinâmica da produção historicamente praticada pelas comunidades rurais.

Stédile, por sua vez, explica os problemas da produção nos assentamentos, argumentando que:

Na primeira etapa do movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, havia uma visão romântica da produção. Isso porque a memória histórica dos camponeses que conquistaram a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. (Stédile, 2002:95)

Por isso, ao a base acreditava que, após a conquista da terra, ela poderia organizar a produção sem grandes obstáculos.

No cotidiano dos assentamentos é possível perceber certo grau de resistência dos assentados ao modelo de produção coletiva, sobretudo porque este limita a autonomia das famílias em termos da produção. Por outro lado, observa-se também que os assentados são seduzidos pelo que há de utópico e transgressor nessa proposta.

Guanzirolli (1999) defende a formação de assentamentos híbridos que, implantando formas coletivas, deixem espaços abertos às prerrogativas individuais. Na prática, o que

se observa é uma combinação dos modelos individual e coletivo, onde o espaço de ambos não se encontra bem definido.

As cooperativas parecem ser as experiências mais acessíveis para a análise das formas coletivas de organização da produção, pois ainda que sejam organizadas com a intenção de superar obstáculos relacionados à produção e à comercialização de produtos e não como formas organizativas estruturadas em função do princípio de coletividade, não deixam de causar certo impacto, trazendo resultados políticos.

Grande parte dos assentados rejeita as formas coletivas, preferindo correr os riscos da produção individual. Essa resistência, interpretada a princípio como simples expressão da incorporação da ideologia dominante por parte dos assentados, mais recentemente passou a ser compreendida como tradução da mentalidade tradicional camponesa, que os leva a resguardar sua autonomia através da gestão individual/familiar da terra. (Poker, 2003: 02). Outra explicação, encontrada por Lopes em um estudo sobre assentamentos rurais em Sergipe, é a de que a opção do parceleiro pelo trabalho no lote com os membros da família está ligada à existência de um frágil vínculo de relações sociais entre as famílias assentadas, seja porque em grande parte elas vieram de localidades diferentes e, portanto, não se conheciam antes, seja em razão de apresentarem trajetórias de trabalho e vida distintas (Lopes, 2004: 245).

O estudo coordenado por Medeiros, Leite, Heredia, Palmeira e Cintrão (2005:126) demonstra a prevalência da forma de organização da produção individual/familiar, confirmada por 78% das famílias entrevistadas<sup>9</sup>. Porém, é importante ressaltar que este percentual pode estar incluindo formas de cooperação desenvolvidas tradicionalmente pelas comunidades rurais (ajuda mútua) no encaminhamento de questões relacionadas às etapas de produção (limpeza da área, preparo do solo, trato na cultura e colheita), utilização de equipamentos; a aquisição de alimentos e a comercialização de produtos; além de mutirões, trocas de trabalho, e outras que também não envolvem remuneração.

Buainaim alerta para os riscos em se realizar a simples transposição da associação na luta pela terra para o momento da produção, já que:

---

<sup>9</sup> As cooperativas de assentados estão presentes em 13% dos assentamentos pesquisados.

*“(...) a unidade forjada no grupo coletivo embute vários tensionamentos como a disputa pela alocação de recursos entre os setores, a subordinação à divisão do trabalho e às decisões coletivas, forma de remuneração e divisão dos ganhos e das horas trabalhadas que não consideram as diferenças de produtividade entre os assentados.”(Buainain, 2003:04)*

O papel deste trabalho não é o de julgar os modelos de organização mais bem sucedidos, à luz de determinados parâmetros, mas de buscar compreender que esses modelos formam um quadro de prerrogativas que podem provocar alterações no tratamento dispensado à propriedade da terra, dimensões que estruturam a sociabilidade.

#### **4 - Perfil dos Assentamentos Rurais no Brasil.**

##### **4.1 - A produção nos assentamentos rurais.**

A mais recente pesquisa sobre assentamentos rurais<sup>10</sup> destaca a sua presença na alteração do quadro produtivo na área rural, sugerindo que os assentamentos não reproduzem os modelos de pequena produção existentes no Brasil. Pois emerge dos assentamentos uma agricultura predominantemente familiar, mas ancorada em formas associativas, nem sempre formalizadas, e articuladas em torno de grupos ligados por identidades locais ou vinculação política.

Muitos dos assentamentos, por serem oriundos da compra de terras improdutivas pertencentes a proprietários ausenteístas, têm sua produção comprometida pela má qualidade das terras, pela ausência de assistência técnica e pelas precárias condições de produção dos assentados. Apesar disso, os dados de produção desses assentamentos, inseridos em áreas de agricultura patronal decadente, quando comparados com a situação anterior dos municípios nos quais estão localizados, demonstram que estes têm

---

<sup>10</sup> Os dados utilizados como referência neste item estão apresentados no trabalho “Impacto dos Assentamentos Rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro”, baseado na pesquisa realizada pelo CPDA (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ) entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, sob encomenda do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Foram definidas 6 manchas (áreas com elevada concentração de projetos de assentamento e alta densidade de famílias assentadas) com 39 municípios, 15.113 famílias assentadas em 181 projetos, abrangendo uma área total de 536.235,23 hectares. A amostra foi limitada em 1.568 questionários e 92 projetos.

promovido uma espécie de reconversão produtiva. Isto sugere que a luta pela terra refaz o lugar econômico desses territórios.

A capacidade de geração de renda da produção por unidade produtiva é maior entre os assentados do que a média dos demais estabelecimentos agrícolas da região onde os assentamentos estão inseridos.

A pauta produtiva dos assentamentos é informada por um conjunto de fatores: a qualidade dos solos, a infraestrutura instalada nos assentamentos, a existência de canais de escoamento da produção, o conhecimento acumulado pelos assentados em suas experiências anteriores de produção, o acesso aos créditos e o tamanho dos lotes.

É marcante a diversidade da produção nos assentamentos (inhame, banana, arroz, algodão, cana-de-açúcar, abacaxi, carne, leite e fumo), embora os assentados invistam mais naqueles cultivos que apresentam maior facilidade para a comercialização e que podem ser utilizadas para autoconsumo. Comparando a produção dos assentamentos com a de seus municípios (pelos dados do Censo Agropecuário de 1996), nota-se que os assentamentos contribuem para diversificar a produção agropecuária local, introduzindo novos cultivos e incrementando itens tradicionais.

Segundo o estudo do CPDA/UFRRJ, predomina nos assentamentos a agricultura, enquanto a pecuária representa em média um quinto de todo o Valor Bruto da Produção (VBP), destacando-se a produção de leite, ovos e gado. Mais da metade da área dos lotes (55%) é utilizada produtivamente com atividades agrícolas e pecuárias. Dessa área destinada à produção, a maior parte (38%) é voltada à pecuária, enquanto 16% são cultivadas com produtos agrícolas. O percentual da área utilizada para a agricultura e para a pecuária é variável segundo o tamanho dos lotes, observando-se que a criação de animais requer a utilização de áreas maiores, enquanto nos lotes menores o percentual destinado a agricultura se amplia. O tamanho médio dos lotes é de 26,9 hectares. A área média cultivada com produtos agrícolas na safra 1998/1999 foi em torno de quatro hectares por lote (16% da área), e 10,5 hectares com pastagens (38% da área produtiva).

A criação de gado, especialmente o de corte, além de servir para o fornecimento de itens alimentares (carne e o leite), tem um peso significativo no conjunto dos produtos comercializados pelos assentamentos. Aparecendo como estratégia de acumulação,

resulta em crescente diferenciação de renda entre os assentados. A participação dos assentamentos na produção pecuária dos municípios onde os assentamentos estão situados alcança o relevante percentual de 8,7%. A importância da pecuária na produção dos assentamentos pode ser verificada pelas instalações presentes nos lotes, onde predominam aquelas destinadas à criação animal.

Quanto ao padrão tecnológico, os assentamentos não apresentam uma ruptura substancial com a agricultura química, pois 60% dos lotes pesquisados utilizam agrotóxicos.

#### **4.2 - Trabalho e renda nos assentamentos rurais.**

À primeira vista, observa-se que ocorre uma reinserção de assentados no mercado de trabalho agrícola como assalariados. Isso não implica em retorno a situações anteriores por parte dos ex-sem-terra, indicando apenas que a produção de bens alimentícios básicos não é suficiente para prover todas as necessidades familiares. Contudo, pesquisas indicam que apesar das dificuldades vivenciadas, eles encontram-se em patamares de renda superiores aos dos demais pequenos agricultores.

Em um cenário de crise da agricultura tradicional e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos menos qualificados da população, os assentamentos representam uma importante alternativa de trabalho. A presença dos assentamentos também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.) e dinamizador do comércio local nos municípios, situação que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados.

A pesquisa sobre o Impacto dos Assentamentos mostra que, embora os recursos oriundos da comercialização da produção dos lotes não sejam a única fonte de renda familiar, eles representam 69% dessa última, enquanto as atividades de trabalho representam 14%, e os benefícios previdenciários, 17%<sup>11</sup>. Para o conjunto da amostra, a média de rendimentos brutos mensais da família é de R\$ 312, 00, no período da pesquisa (1998/1999).

---

<sup>11</sup> O estudo aponta a existência de 1,3 aposentados por família assentada.



Entre a população com mais de 14 anos, 74% trabalham exclusivamente no lote, 11%, no lote e fora dele, 1%, apenas fora do lote e 9% declararam não trabalhar. Dentre os que trabalham apenas fora do lote, predomina o assalariamento rural. Considerando que a quantidade média de pessoas vivendo em cada lote é de cinco pessoas, os assentamentos apresentam uma enorme capacidade de geração de trabalho, já que três pessoas em média são ocupadas em cada unidade, sendo 2,6 ocupadas exclusivamente no lote. A inclusão dos menores de 14 anos que declaram trabalhar aumenta a média de ocupados para 3,6 pessoas por lote, indicando a absorção de aproximadamente 94% da força de trabalho da população assentada com mais de 14 anos.

A contratação de trabalho por parte dos assentados potencializa ainda mais a geração de trabalho tanto para as pessoas de fora quanto para outros assentados, já que 36% dos lotes pesquisados declararam contratar pessoas fora da família para a realização de atividades em suas áreas.

### **4.3 - Impacto dos assentamentos.**

A concentração de assentamentos em determinadas áreas, como resultado de condições objetivas (existência de uma população demandante de terras e de áreas suscetíveis à desapropriação) e subjetivas (capacidade dos movimentos de organizarem esse segmento para reivindicarem a terra), desencadearam processos econômicos, demográficos, sociais e políticos, com natureza, temporalidade e intensidades variáveis, perceptíveis tanto no que se refere às condições de vida das famílias assentadas, se comparadas à situação vivenciada anteriormente, quanto ao entorno da área onde estes assentamentos estão inscritos.

Embora não seja possível constatar alterações demográficas muito significativas em decorrência do pequeno peso dos assentados no total da população desses municípios<sup>12</sup>, sua participação no conjunto da população rural é notável e tem impedido o êxodo rural, reduzindo o decréscimo do número de residentes no campo e as vezes aumentando em termos absolutos o seu tamanho (Bergamasco, 1997: 06). Situação esta verificável em

---

<sup>12</sup> Na pesquisa de Medeiros e Leite a população assentada representava 2,1% da população total dos municípios envolvidos e 23,6% da população rural (Censo 2000).

municípios com grande concentração de assentamentos. Isso leva Medeiros e Leite a afirmar que

*“...a política de assentamentos não vem provocando nenhum tipo de processo de desurbanização...têm-se constituído em uma alternativa de trabalho e permanência no meio rural.” (Medeiros e Leite, 2004: 30).*

*“Embora seja muito provável que os assentamentos não sejam um ponto final na trajetória de migração, é possível trabalhar com a hipótese de que eles trouxeram certa estabilidade e os deslocamentos populacionais passaram a envolver principalmente os filhos, na medida em que a terra não será suficiente para as famílias quando eles atingirem a idade adulta.” (Medeiros e Leite, 2004: 33).*

Apesar dos dados de concentração de terras constatarem que os assentamentos não sejam capazes de promover alterações fundiárias relevantes, impedindo qualquer possibilidade de caracterização da política de assentamentos como um processo de reforma agrária, a análise do impacto dessas unidades na estrutura fundiária dos municípios onde se verifica a sua concentração, aponta para uma tímida redistribuição de terras, só observada em nível local (Medeiros, Leite, Heredia, Palmeira e Cintrão, 2005: 67)

Outra alteração marcante, provocada pela presença dos assentamentos rurais, é a transformação da paisagem geográfica devido a introdução de novas formas de ocupação do espaço com a substituição de grandes propriedades por pequenos lotes. Ocorre também outra distribuição da população rural com a criação de novos núcleos populacionais, a modificação no traçado das estradas e a presença de cultivos alimentares em locais onde predominava a pecuária extensiva.

Além disso, a diversificação da produção, a ampliação do volume de produtos agropecuários - especialmente de gêneros alimentícios -; a inserção dos assentados como consumidores dotados de maior capacidade de consumo no mercado local, sobretudo na aquisição de insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e outros bens de consumo; a criação e/ou o fortalecimento de canais de comercialização provocados pelo aumento no volume da produção e a dinamização da economia local proporcionada pelo

volume de recursos provenientes da liberação de crédito para os assentamentos<sup>13</sup>; o aumento na arrecadação no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) decorrente do incremento populacional que alguns projetos provocaram, são alguns dos impactos econômicos relacionados à concentração de assentamentos em determinadas faixas de território, a exemplo da área de estudo dessa pesquisa, a “Chapada Diamantina”.<sup>14</sup>

Do ponto de vista político, a condição de assentado inaugura para muitos a relação com o mundo dos direitos: seja no acesso à terra e ao crédito, seja pela experiência com a postura de reivindicação por melhores condições de vida, em que as demandas por saúde, educação, infraestrutura faz surgir novos comportamentos frente ao poder local e ao Estado. Também possibilita a formação de novas lideranças políticas para a ocupação do espaço de representação de uma categoria política - o assentado - que é reconhecida pelos poderes públicos e demais agentes políticos como portadores de demandas específicas e legítimas. Além disso, a vivência com formas organizativas (associações, assembleias, marchas, ocupações, etc.) proporciona a criação e/ou afirmação de identidades e interesses coletivos. O surgimento desses novos atores que introduzem novos comportamentos políticos pode influenciar e produzir uma alteração na cultura política local, embora se observe, em alguns casos, a reprodução dos padrões tradicionais de clientelismo e assistencialismo entre os assentados e as autoridades locais.

O MST, juntamente com os sindicatos rurais, está presente em 80% dos assentamentos estudados por Heredia no Oeste Catarinense e no Sertão do Ceará (112). Em Sergipe, 71,2% dos assentados participavam das associações existentes no projeto, 27,4% eram filiados aos STRs dos municípios, 10% eram ligados ao MST, 20% eram sócios de cooperativas e 28,8% afirmavam não participar de nenhuma organização social. Apesar dos índices de filiação a alguma organização política serem elevados, a análise da densidade organizativa apontou fragilidades, sobretudo no que se refere à assiduidade nos eventos político-associativos. (Lopes, 2004:232/233)

---

<sup>13</sup> Os recursos mobilizados pelos assentamentos “representam 12,5% daqueles manejados pelo Serviço Nacional de Crédito Rural nos municípios analisados.” (Medeiros, Leite, Heredia, Palmeira e Cintrão, 2005:224).

<sup>14</sup> Essa denominação não corresponde à oficial, mas ao conjunto de municípios que formam a brigada da Chapada Diamantina segundo divisão organizativa do MST.

#### 4.4 - Perfil dos assentamentos.

O tamanho dos assentamentos determina e é determinado pela quantidade de famílias a serem assentadas em cada área e reflete a estrutura agrária de cada região. A ausência do Estado enquanto definidor da política de assentamentos, também é identificada na localização dos projetos. Estes são decorrentes da pressão dos movimentos sociais nas diversas regiões, como destacado anteriormente. A título de exemplo, o tamanho médio dos assentamentos que compuseram a amostra da pesquisa do CPDA varia entre um mínimo de 18%, na faixa de 500 a 1.000 hectares e um máximo de 25%, na faixa de 2.000 a 5.000 hectares. A área média dos lotes no conjunto da amostra é de 35,5 hectares, com grande variação entre as *manchas*. A quantidade média de famílias por assentamentos sofre progressão ascendente, variando de 36,5 famílias por projeto nos menores PAs (100 a menos de 500 hectares) até 224,1 famílias por projeto, naqueles com 5.000 hectares. A localização compreende uma distância média de 28 km em relação às cidades com as quais estabelece maior contato, com um tempo médio de deslocamento em torno de uma hora (Medeiros, Leite, Heredia, Palmeira e Cintrão, 2005:93).

Em 86% dos projetos investigados existem escolas, em grande parte, criadas depois de instalado o assentamento. Em 71% dos casos, elas são frutos de reivindicações dos assentados. Cerca de 90% da população entre sete e 14 anos encontra-se matriculada. Apesar do cotidiano no assentamento representar uma melhoria nas condições de vida dessas famílias, a precariedade dos serviços de educação e saúde pode ser observada pela existência de classes multisseriadas, pela ausência de cursos de 2º grau e profissionalizantes e pela falta de oferta de equipamentos de saúde<sup>15</sup>.

A melhoria nas condições de vida é apontada por 91% dos entrevistados, sobretudo pela identificação do assentamento com a “libertação” em relação aos proprietários de terra, com expressões como “não ser mais escravo”, “ter acesso a terra sem prestar obediência”, “ter liberdade/direito de plantar e criar o que quiser”. (Medeiros, Leite, Heredia, Palmeira e Cintrão, 2005:251)

Algumas questões estruturais dos assentamentos têm provocado evasão e rotatividade entre os assentados. Esta última propicia o acesso à terra de pessoas sem vínculo com o

---

<sup>15</sup> Somente 21% dos assentamentos têm postos de saúde, e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde só cobre 78% das famílias entrevistadas.

processo de luta que está na base de formação de alguns desses assentamentos. A demora na liberação dos créditos, a precariedade de infraestrutura e a situação de empobrecimento das famílias, dentre outros fatores, têm levado alguns estados a apresentarem um alto índice de evasão. Exemplificando esse fenômeno, a média de evasão nos assentamentos do Rio Grande do Sul é de 30,2%, sendo observado também em outros estados o mecanismo de venda e troca de lotes. Bergamasco identificou em São Paulo que 11% dos assentados tiveram acesso a terra por meio de negociação direta com o titular anterior. Em Sergipe, Lopes constata que apenas 40% participaram do processo de seleção do INCRA, enquanto 60% dos assentados compraram seus lotes posteriormente.

O mecanismo de compra e venda dos lotes, geralmente realizado sem o conhecimento do INCRA e do MST, toma como base o valor das benfeitorias existentes no lote, ficando o comprador responsável por quitar de imediato a dívida contraída pelo antigo dono. Em algumas regiões, os assentados denominam esse mecanismo como a “venda dos feitos”, referindo-se às benfeitorias implantadas no lote pelo morador anterior.

#### **4.5 - Perfil dos assentados<sup>16</sup>**

A maioria dos assentados tem entre 30 e 50 anos e apresentam baixa escolaridade: 87% dos entrevistados cursaram, quando muito, até a 4ª série do ensino fundamental, sendo que 32% nunca foram à escola.

A pesquisa realizada por Bergamasco demonstrou a origem rural dos assentados, ao identificar que a experiência de trabalho anterior ao assentamento se deu na agricultura, porém com diferentes formas de inserção: cerca de 20% deles foram arrendatários, parceiros e foreiros; 16,6% foram posseiros; 9,1% ocupantes; e 12,4% vendiam sua força de trabalho na forma de assalariamento.

---

<sup>16</sup> O termo “assentado” contrapõe-se à definição que o MST utiliza, pois para esse todos os acampados e assentados são denominados sem terra. Isso porque o Movimento compreende a ocupação, o acampamento e o assentamento como partes de uma mesma luta, que extrapola o acesso a terra e se destina à transformação da sociedade. Tal estratégia visa ainda manter o vínculo identitário dos assentados com a luta.

Chama a atenção o percentual de assentados que possuíam a propriedade da terra (16,3%). Nesses casos, a condição de demandante de terra certamente pode estar associada à insuficiência da área para a reprodução social de suas famílias e aos processos que resultaram na saída de camponeses do campo com a venda de suas propriedades.

No momento imediatamente anterior ao assentamento, 75% dos assentados estavam ocupados em atividades agrícolas como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários ou trabalhavam com os pais ou outros parentes na agricultura.

As diferenças socioculturais relacionadas às distintas trajetórias e formas de inserção socioeconômicas identificadas por alguns autores eram mais marcantes nos grupos que formaram os acampamentos e assentamentos na década de 1980, quando este processo ainda era uma novidade e articulava pessoas de diferentes regiões. Porém, à medida que os assentamentos foram se proliferando, os segmentos sociais que realizam as ocupações, em geral, são mobilizados dentro de um raio geográfico limitado, não apresentando diferenças culturais tão substanciais. A pesquisa encomendada pelo NEAD confirma esse fato, ao mostrar que mais de 80% das famílias dos assentados entrevistados vieram do próprio município ou de municípios vizinhos àquele no qual está localizado o assentamento.

No entanto, essa provável homogeneidade sociocultural não se verifica na totalidade dos segmentos que se constituem enquanto assentados no país, já que a demanda por terra está relacionada a situações que expressam diferentes vínculos com a terra. Medeiros e Leite demonstram que, em sua grande maioria, os assentados são:

*“(...) posseiros com longa história de permanência no campo, embora sem o título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para o acesso à terra, optam pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidroelétricas, seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava seu modo de vida; assalariados rurais muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem*

*rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros.” (Medeiros e Leite, 2004:17/18).*

## **5 - Territorialização da Luta pela Terra**

A luta pela terra, ao desembocar na implantação de assentamentos, cria territórios sob a gestão do Estado, disputados politicamente pelos movimentos e demais agentes presentes no seu processo de formação. Nesses enfrentamentos, os movimentos têm incidido mais fortemente no que diz respeito às formas de organização social, econômica e política, apesar de nem sempre conseguirem adesão completa aos padrões de relacionamento social propostos pela práxis de movimentos como o MST.

Por outro lado, embora à primeira vista a sociabilidade dos assentamentos apareça mais afastada da racionalidade estatal, os mecanismos de controle do Estado, no que tange principalmente à gestão dos assentamentos, impõem limites ao processo de territorialização do MST<sup>17</sup>. Pois, a sua ingerência incide sobre questões relativas ao acesso à terra (critérios), produção (com a definição de tipos de cultivos a serem financiados), organização política (com indicação de formas associativas obrigatórias para o acesso aos recursos de implantação) e, principalmente, pelo atrelamento prolongado dos assentados ao Estado, provocado pela ausência de condições para a emancipação dos assentamentos.

Cabe então investigar se os assentamentos apenas reproduzem os elementos da “*cultura camponesa*”, ou se “*representam uma ruptura com uma situação anterior e aparece, ele mesmo, como resultado de relações de poder*” (Medeiros e Leite: 22), influenciados pela atuação de um movimento social que busca empreender uma práxis transformadora.

Assim, a formação dos assentamentos passa a ser compreendida como resultado de conflitos agrários que são a expressão da luta de classes no campo, caracterizada

*(...) pela ação histórica arbitrária e opressiva de invasão e apropriação privada de territórios indígenas, camponeses e das*

---

<sup>17</sup> Compreendido aqui como o processo pelo qual o Movimento consegue constituir efetivamente territórios baseados em formas de relações sociais referenciadas em sua práxis.

*terras públicas pela expansão e territorialização do capital e, por outro lado, da combinação entre a resistência indígena e camponesa contra essa invasão de terras pelo capital e a ofensiva dos trabalhadores rurais sem terra na ocupação das terras dos latifundiários” (Carvalho, 2005:03).*

Nesses termos, a observação do processo de territorialização do MST implica em identificar e caracterizar nos assentamentos rurais do Movimento a expressão dessa disputa pela apropriação do território e do poder político dela decorrente, como parte fundamental de uma luta contra-hegemônica.



***CAPÍTULO II***

***A PRÁTICA COLETIVA DO MST***

## CAPÍTULO II

### A PRÁXIS COLETIVA DO MST

O assentamento é, como se buscou destacar no capítulo anterior, um espaço novo, mas não de “novos”. Pois, ainda que formado por um processo bastante aglutinador e propício à criação de uma identidade - a ocupação e o acampamento -, traz plasmado em si os valores, referências, modo de vida e trabalho retratados nas diferentes trajetórias individuais que se cruzam para a sua formação. Enfim, de um conjunto de práticas e concepções, que do ponto de vista do projeto político do Movimento, precisa ser reelaborado. Desafio posto para a Práxis do MST que necessita assim introduzir novos parâmetros que sejam adequados à expectativa de transformações sociais e políticas pretendidas.

Entendida dessa forma, a práxis coletiva do MST que objetiva instrumentalizar o sujeito coletivo para a ação visando preparar uma nova hegemonia não só ideológica, mas, principalmente, econômica e política, pode realizar, segundo a fórmula de Gramsci, uma “*reforma das consciências*”, sendo assim um evento filosófico, como pressupõe a “*Filosofia da Práxis*”.

A práxis coletiva do MST pode então ser apreendida como a materialização do que Gramsci denominou “*Filosofia da Práxis*”, como um esforço de união entre teoria e prática<sup>18</sup> imbuídas da tarefa de compreender os mecanismos de reprodução da ordem existente e da elaboração de formas concretas de superação que devem ser expressas na ação, pois o mundo é essencialmente práxis. Esta contempla tanto o aspecto objetivo,

---

<sup>18</sup> A ênfase na necessária unidade entre teoria e prática se inscreve na contestação marxista da postura idealista de conceber o movimento histórico como produto da consciência. Marx adverte contra o idealismo hegeliano que “*Não é a consciência que determina a vida e sim a vida que determina a consciência*” (Manuscritos:26), pois considera que o modo de produção da existência social constitui a infraestrutura (relações objetivas) da sociedade a qual corresponde uma superestrutura (relações subjetivas), o que não significa que seja mero reflexo da primeira, pois isso implicaria em considerar a estrutura social fechada e a ação humana imutável, o que não é de modo algum o argumento marxiano. Na mesma perspectiva, Gramsci considera que o pensamento se origina da realidade objetiva e deve ser norma para a ação, estando o valor histórico de uma filosofia relacionada à eficácia prática que ela conquistou. Assim, aponta a Filosofia da práxis como um instrumento da classe operária na sua tarefa de combater as ideologias e educar as massas populares para a disputa pelos meios sociais de produção e pela direção da sociedade.

pois a atuação dos homens se dá segundo as condições que representam a objetivação da práxis de outros homens na produção de sua existência, como o aspecto subjetivo, pois a realidade é essencialmente produto do trabalho humano<sup>19</sup>, sendo este, a práxis que se objetiva.

É a partir dessa perspectiva que a práxis do MST é interpretada, como uma construção histórica coletiva fundada em aspectos objetivos e subjetivos. Entre os aspectos objetivos que operaram na gênese do MST podem ser destacados: 1) os resultados do avanço do capital sobre o campo e do processo de “Modernização Conservadora” que expulsou milhares de camponeses do campo e colocou sob ameaça de expropriação outros milhares. Para estes restavam apenas quatro alternativas: o êxodo rural, o deslocamento para a fronteira agrícola, a proletarização no campo, e a **luta pela terra**; 2) a existência de movimentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul aglutinados a partir da atuação da CPT e da Igreja Luterana que, pelo seu caráter ecumênico, foram fundamentais na formação do Movimento, ao impedir a dispersão dessas forças; 3) e a conjuntura política do país marcada por um *ciclo de protestos*<sup>20</sup>, exigindo a redemocratização, com destaque para a intensificação de manifestações populares e políticas. (Fernandes e Stédile, 2001 p-p 15-30)

Como elemento subjetivo pode-se destacar a ação reflexiva destas condições econômicas, sociais e políticas empreendidas em cada momento pelo MST e a formulação de estratégias de ação que culminaram no formato organizativo que apresenta atualmente, e que se atualiza conforme os novos desafios colocados pela realidade.

No caso específico dessa investigação, é necessário na perspectiva teórico-metodológica acima enunciada, reconstituir de modo sintético a trajetória do MST no Brasil, na Bahia e, particularmente sua inserção na Chapada Diamantina, a fim de localizar os elementos que constituíram a sua práxis, focalizando, sobretudo, as formas como esta é vivenciada

---

<sup>19</sup> Trabalho enquanto atividade humana que media a relação do homem com a natureza, não como trabalho produtivo que é apropriado no processo de reprodução do capital.

<sup>20</sup> “...fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo: rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, um passo estimulante de inovações nas formas de disputa, novas frentes de ações coletivas, combinação de formas de participação organizadas e não organizadas e sequências de interações intensificadas entre os desafiadores (militantes) e as autoridades que resultam em reformas, repressões e algumas vezes em revoluções.” (Tarrow, 1994, ap. Gohn, p.96)

pelos assentados dos três Projetos de Assentamento (PA) analisados nesta Dissertação: o PA São Sebastião de Utinga, no município de Wagner, o PA Baixão, no município de Itaeté e o PA Beira Rio, localizado em Boa Vista do Tupim.

Considerando que, quando se aborda a práxis, é impossível separar a teoria da prática, pois ela é uma atividade teórico-prática. A análise e a descrição da práxis aqui realizadas dão ênfase à observação da atuação dos dirigentes e militantes do Movimento, buscando focalizar como essa práxis se apresenta nos assentamentos e qual seu produto concreto no que tange a relação dos assentados com a propriedade da terra. Pois, entende-se que a práxis do MST só pode ser apreendida de modo mais efetivo através da atuação real dos sujeitos que o compõem, desde seus dirigentes e educadores, até o mais simples militante (na acepção gramsciana), e não apenas por suas intenções, seu programa ou declarações. Interessa, aqui, a prática, como intenção realizada, como síntese na qual está presente a orientação teórica (mas não como intenções puras desligadas de sua realização) refletida na ação que se confronta em um determinado contexto cultural com condições históricas.

É com este entendimento que a práxis do MST será apresentada, lançando-se mão da observação direta e da análise de depoimentos de dirigentes estaduais e regionais, militantes e assentados das brigadas do MST na Chapada, e, quando necessário, de documentos produzidos pelo Movimento e de declarações dos seus quadros nacionais.

## **6 - A Construção histórica da práxis do MST.**

O MST foi oficialmente fundado em janeiro de 1984, quando foi realizado na cidade de Cascavel – Paraná, o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a participação de representantes de 13 Estados. Esse momento representou a culminância de um intenso processo de lutas empreendidas por diversos movimentos localizados no Sul do país, posteriormente articulados para a formação do MST. O conflito fundiário entre colonos e os índios Kaingang em Nonoai (RS), a ocupação das Fazendas Macalí e Brilhante, próximos a Ronda Alta (RS), a luta dos atingidos por barragens e o grande acampamento Encruzilhada Natalino foram lutas que expressavam

as dificuldades de reprodução social dos camponeses e a opção destes em lutarem pela posse da terra.

Esse novo Movimento apropriava-se de um “aprendizado histórico”, decorrente de lutas anteriores tais como a Guerra de Canudos, de Contestado, do Cangaço, de Trombas e Formoso, e das Ligas Camponesas, dentre outras, que orientou certas definições político-organizativas, estabelecendo o seu vínculo histórico com a trajetória de criação, destruição e recriação do campesinato brasileiro, incorporando elementos dessas experiências de luta. Ao mesmo tempo, o MST desenvolveu características inteiramente novas, o que tem sido apontado por diversos estudiosos.

Entre elas podem ser destacadas: 1) a dimensão nacional, superando o localismo dos movimentos camponeses anteriores, dificultando, assim, a repressão (Martins<sup>21</sup> e Caldart, 2000); 2) a direção coletiva sem culto a personalidade (Petras, 1995); 3) a formação de quadros militantes (Navarro, 1999); 4) o investimento na formação política (Petras, 1995 e Caldart, 2000); 5) a luta pela reforma agrária como eixo principal, mas associada a outras lutas na direção da transformação da sociedade, para além da conquista da terra (Caldart, 2000 e Fernandes, 2000); a ocupação como principal forma de luta (Caldart, 2000); 6) a direção política unificada com atuação descentralizada (Fernandes, 2000); 7) a influência exercida em frações do território através dos assentamento (Fernandes, 2000); e a autonomia frente a sindicatos, igrejas e partidos (Petras, 1995);

Navarro<sup>22</sup> procede à leitura da trajetória do MST a partir da identificação das opções político-organizativas do movimento, especialmente orientadas pela postura frente aos apoiadores/mediadores (igrejas, sindicatos e outros movimentos) e aos interlocutores governamentais. Estabelece três momentos principais: os anos formativos de 1984 a 1986, onde o movimento ainda se encontrava restrito ao Sul do país, predominando a negociação -em função da influência dos apoiadores religiosos- e o principal interlocutor eram os governos estaduais; o período de 1986 a 1993 quando se dá o afastamento dos mediadores religiosos e o Movimento assume uma postura de

---

<sup>21</sup> Citado por Fernandes e Stédile, 2001:21)

<sup>22</sup> Em exposição realizada em 1988, numa assembleia anual de planejamento da Pastoral Rural na Diocese de Teixeira de Freitas, o sociólogo Zander Navarro defendeu que o MST era considerado autoritário, por ferir a cultura local, trazendo uma forma de luta e organização do sul do país para a Bahia. (Magalhães: p. 85).

confronto - associada a sua “adesão ao receituário leninista”- e passa a ter uma interlocução com governo federal; e a fase iniciada a partir de 1994 que seria marcado pela crescente força e influência do Movimento, sobretudo pela atuação no Pontal do Paranapanema e pelos episódios dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) <sup>23</sup>.

Já Ros (2005:169) adverte que as estratégias de ação do movimento não derivam de deliberações autônomas das lideranças, nem da vinculação ao “receituário leninista”, mas devem ser explicadas também pelas condições colocadas a cada momento pela correlação de forças na sociedade e a interpretação formulada dessas situações que se refletem no seu processo de formação interna.

Compreendendo o MST como um movimento sócio territorial, que se territorializa a partir da conquista de uma fração do território, que coloca a possibilidade de conquista de novos assentamentos, Fernandes (2000) elabora uma periodização da história do MST destacando três etapas: o período de *gestação e nascimento* (1979/1985) com articulação das primeiras experiências de resistência e ocupações de terra; a *territorialização e consolidação* (1985/1990) no qual o movimento se espacializa tornando-se um movimento nacional com consolidação da sua estrutura organizativa; e a *territorialização e institucionalização* (1990/1999) quando o Movimento tornou-se conhecido no Brasil e no exterior e passou a enfrentar novos desafios, sobretudo, a gestão dos assentamentos e a superação de momentos de refluxo. Nesta perspectiva, a territorialização é concebida como “*um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico*”. (Fernandes, 2000: 273)

### **6.1 - A formação do MST na Bahia.**

Por influência da Comissão Pastoral da Terra - CPT, dois delegados baianos participaram do I Encontro Nacional do MST (1984) e compuseram a Coordenação Nacional do MST como representantes da Bahia, ficando encarregados de organizar o

---

<sup>23</sup> O massacre de Corumbiara (RO) ocorreu em 09 de agosto de 1995 quando cerca de 500 famílias ocuparam uma área de floresta pertencente à fazenda Santa Helena. O massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu no dia 17 de abril de 1996 quando foram assassinados 17 sem terras.

Movimento no Estado: Betão, um ex-sindicalista e Maria Angélica, sindicalista de Santa Maria da Vitória. Estes viram surgir a bandeira de luta “Ocupar é a única solução”, no I Congresso que contou com a participação de 1.500 delegados. Para auxiliá-los nessa tarefa, foram enviados para o Estado três militantes do Sul: Ademar Bogo, em outubro de 1985, o seminarista Adelar Pizetta, em abril de 1986, e Jaime Amorim que passa a atuar no Estado em maio do ano seguinte.

As condições estruturais no Extremo Sul, com a presença crescente do capital no campo provocando expulsão de camponeses para as periferias de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro, eram favoráveis à inserção do MST na região, onde já se verificava um grande número de conflitos. Dentre as quais se destacam a luta dos posseiros de Corte Grande, em Comuruxatiba, de Guaníra, em Prado, do Brejão ou Nova Déli, na época distrito de Itamaraju, hoje pertencentes ao município de Jucuruçu, e das terras da Gringa, em Porto Seguro.

Dois fatores dificultaram a instalação do MST na região: a postura conservadora do Bispo da Diocese de Teixeira de Freitas, e a forte articulação dos latifundiários da região organizados pela UDR<sup>24</sup> que utilizaram de muita violência para impedir a organização do Movimento, com sucessivos episódios de despejos violentos, espancamentos, ameaças, humilhações e difamações sofridas pelos sem terra.

Durante os primeiros dois anos (1985/1986) foram realizados os trabalhos de base e formação política nos municípios de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis, Nova Viçosa, Prado e Itanhém. Cada município elegia uma coordenação municipal que realizava reuniões semanais. Neste período foi escolhida a I Coordenação Estadual do Movimento na Bahia no I Congresso Estadual realizado no seminário dos Capuchinhos com 120 pessoas. O surgimento de novos militantes nesses trabalhos colocou a necessidade de qualificá-los, na perspectiva de transformá-los em quadros do Movimento por meio de atividades de formação. Com este intuito, foi criada, em

---

<sup>24</sup> Na época a UDR tinha 500 associados só em Itamarajú e era considerada por Euclides Neto, então Secretário Estadual de Reforma Agrária, como “a mais braba da Bahia”. NETO, Euclides. *Trilhas da Reforma Agrária*. Bahia: Editora Littera, 1999, 2ª Edição (citada por Magalhães página 58). “Atenção: para o comunicado nº. 03 da UDR de Itamaraju-BA (...) eles são agentes clandestino do Nazismo e do Comunismo internacional que tentam solapar a ordem legal e as instituições”.

parceria com o Sindicato Rural, a Escola Sindical Eloy Ferreira<sup>25</sup> que começou a funcionar em 1987.

A tarefa estabelecida e cobrada pela Direção Nacional de ocupar uma área desde 1985 só foi concretizada em 1987, quando o “Gaúcho” (Jaime Amorim), pelo seu estilo de militância e experiências anteriores, passa a programar a metodologia para a realização de ocupações de terra na região.

Inicialmente a coordenação fez um mapeamento de todas as fazendas passíveis de serem ocupadas e optou logo pelo Projeto 4045<sup>26</sup> que estava desapropriada desde o dia 15 de março. A ocupação foi realizada na madrugada do dia 06 de setembro. A escolha da data foi estratégica, pois a polícia estaria ocupada com os preparativos da comemoração do dia da Independência.

*“Se, por acaso, qualquer caminhão fosse interceptado pela polícia, a desculpa era a de que estavam indo a uma romaria; até nessa possibilidade passaram. Esses artifícios eram bastantes utilizados, até para se conseguir contratar os motoristas.”*  
(Magalhães, 2005:58).

Pouco depois se instalou um conflito no 4045, pois o prefeito levou para a área um grupo de 100 famílias que acamparam no fundo da fazenda e logo demarcaram seus lotes individuais. Tal divisão, instituída após o assentamento de parte dos dois grupos nesta área, se mantém até hoje, devido às diferentes origens políticas desses dois grupos, como pôde ser verificado através de conversas informais realizadas neste assentamento, na ocasião da comemoração dos 20 anos do MST na Bahia em 07 de setembro de 2007.

A segunda ocupação do Movimento foi realizada no dia 5 de dezembro de 1987 em uma fazenda com 2.000 hectares - a fazenda Riacho das Ostras - no município do Prado. Esta

---

<sup>25</sup> O curso desenvolvido em 1986 foi realizado em quatro módulos de uma semana cada. O primeiro: *Como Funciona a Sociedade*, dava uma visão geral do desenvolvimento dos modos de produção, de como surgiram a sociedade, o Estado e o poder, infra e a superestrutura do marxismo, ideologia, alienação e classes sociais. Em *Economia Política* adentrava-se mais ainda no marxismo. Trabalhavam a questão da mais-valia, discutia-se basicamente o *Capital*. No terceiro módulo, o módulo central era o *Sindicalismo Brasileiro*, a história das centrais sindicais. Por último, tratavam de *Metodologia de Trabalho de Base*: como fazer assembleia, reunião, jornal popular. O que é o militante, quais as qualidades do lutador do povo, de que forma se portar frente à massa. Em 1987, cerca de mil militantes da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Sergipe tem passagem pela Escola Sindical. (Magalhães: p. 46).

<sup>26</sup> Recebia este nome devido a numeração feita para o controle dos técnicos da empresa proprietária que realizou o projeto de plantio de eucalipto.



área, pertencente a uma firma do ramo madeireiro, havia sido desapropriada em 18 de dezembro de 1986. Nas duas áreas, 4045 e Riacho das Ostras, foram assentadas 132 e 87 famílias, respectivamente.

O primeiro conflito entre o latifúndio e o MST na Bahia ocorreu na terceira ocupação. A fazenda Bela Vista<sup>27</sup>, em Itamaraju, situada a 24 km da sede do município, era propriedade do ex-deputado federal pelo PDS e, na época, suplente de senador, Eraldo Lemos Machado. A UDR da Bahia se mobilizou contra a ação. Para essa ocupação, o Movimento desenvolveu um novo trabalho de base, espalhando toda a militância pelos municípios e povoados. Muitas lideranças surgem arregimentando novas famílias. Entre estas estavam alguns daqueles que seriam os responsáveis pela inserção, expansão e consolidação do MST na Chapada Diamantina: Ueldes, Lucinha e Jean. Mais de 1.200 famílias de vários municípios da região participaram da ação que aconteceu na madrugada do dia 12 de março de 1988. (Magalhães, 2005: 77).

Nesta ocasião, foi realizado o primeiro despejo<sup>28</sup> dos trabalhadores do MST feito pela Polícia Militar na Bahia, quando 60 policiais do 13º Batalhão de Polícia Militar atuaram no cumprimento da liminar expedida pelo juiz Raimundo Alves de Souza. (Magalhães, 2005:79/80). Foi um momento em que o MST adquiriu visibilidade na opinião pública do Estado. Além disso, surgiriam os primeiros desentendimentos entre as forças responsáveis pela construção do Movimento na Bahia, pela divergência acerca da opção em realizar novas ocupações antes de se efetivar o assentamento das famílias então acampadas. Seriam consolidadas a independência e autonomia do Movimento perante o sindicalismo e os setores progressistas da igreja, apoiadores e articuladores atuantes na sua gênese.

Os sem terra ficaram acampados por meses no Seminário dos Freis, e como não eram tomadas providências, iniciaram ocupações em série<sup>29</sup> em diversas áreas da região: em 15 de junho, 100 famílias ocupam a fazenda Boa Esperança em Porto Seguro-BA, com

---

<sup>27</sup> O poder público comprometeu-se em assentar os acampados dentro do período de 90 dias. Em 18 de março, os 46 trabalhadores rurais do MST, acampados na Secretaria da Reforma Agrária, em Salvador, desde o dia 16, deixaram o órgão, devido ao acordo realizado. Entretanto, a fazenda Bela Vista, o MST só conseguiria numa segunda ocupação, realizada quase dez anos depois, em 1997. (Magalhães: p. 84).

<sup>28</sup> “Itamaraju vivia momentos de apreensão política. Talvez, por esse motivo, o governo Waldir Pires tenha escolhido o município naquele período, para ser a sede do governo estadual de 19 a 21 de Maio, dentro da sua estratégia de descentralização da administração.” (Magalhães: p. 89).

<sup>29</sup> Em virtude do enfrentamento realizado durante a trajetória de ocupações, no 5º Encontro Nacional do MST, no início de 1989, os sem-terra da Bahia receberam a premiação de melhor resistência ao despejo, e o militante Jaime Amorim foi congratulado com o prêmio Che Guevara.

área de 2 mil hectares, pertencentes à multinacional Brasil Holanda S/A do ramo madeireiro; em 2 de julho, centenas de outras famílias ocupam a fazenda Reunidas, Corumbal, com área de 2.741 hectares, espólio de Artur Fontes Mascarenhas, no município do Prado; no dia 3 de julho, 100 famílias ocupam a fazenda Modelo<sup>30</sup> pertencente a Empresa Vale do Rio Doce, no município do Prado.

## 6.2 - Especialização do MST na Bahia.

Os trabalhos de Cirlene Santos (2004) e Lílian Magalhães (2005) apresentam o percurso do MST no seu processo de especialização na Bahia, ocorrido a partir de 1988, na maior parte das vezes propiciada pela articulação com outras organizações, especialmente sindicatos rurais e igrejas, que convidavam o MST, pela sua experiência de êxito no Extremo Sul e em todo país, para auxiliar em ações de mobilização, ocupação, resistência e organização de grupos de trabalhadores na luta pela terra. “*Na Bahia, antes de serem criadas estratégias de regionalização, os sem terras foram sendo levados pelas circunstâncias.* (Magalhães, 2005:111). Apenas duas regionais foram apontadas como estratégicas para Movimento: a do Recôncavo e a do Oeste (Santos), como será explicitado abaixo.

Pela centralidade da ocupação na práxis do MST, concebida como a “*matriz organizativa do Movimento a partir da qual se forma a coletividade sem terra*” (Caldart, 2000), o MST considera que o marco inicial da sua inserção em uma determinada região ou município, ocorre no momento em que a primeira ocupação que efetiva.

Ainda que precedida por um trabalho de base iniciado com o deslocamento de militantes de regiões consolidadas (como ocorreu com Lucinha e Ueldes enviados do Extremo Sul para a Chapada), apenas a data da ocupação é considerada como marco histórico para o movimento. Prova disso, é a realização dos festejos em comemoração ao aniversário de assentamentos acompanhados através dessa pesquisa (Beira Rio e Barra Verde em Boa Vista do Tupim) que ocorreram com base no dia da ocupação e não da homologação, que é o reconhecimento legal por parte do Estado.

---

<sup>30</sup> Até hoje a Modelo é um acampamento onde pouco mais de 20 famílias vivem a espera da resolução do impasse com os índios, que hoje reivindicam a área junto à FUNAI. (Magalhães: p. 92).

A primeira intervenção fora do Extremo Sul ocorreu em 1989 na Região sul, quando militantes foram enviados para uma antiga área de luta de posseiros em Camamú, denominada fazenda Rodotec. Através da organização desses posseiros, o Movimento acumularia forças para a realização da primeira ocupação na região, na fazenda Mariana, em 1990. Essa região seria dividida, futuramente, em duas regionais: a Sul e a Baixo-sul. A consolidação da regional Sul foi alcançada com a ocupação da fazenda Bela Vista, em Arataca, em 1993, resultando no assentamento Terra Vista. Atualmente esta regional possuía seis Projetos de Assentamento (PA) localizados em 03 municípios, onde 395 famílias estão assentadas em 3.454,60 hectares.

A terceira regional foi formada a partir da orientação dada pelo MST a uma área de assentamento existente desde 1990 na fazenda Amaralina, em Vitória da Conquista. Mas a primeira ocupação só ocorre em 1994 na fazenda Santa Emília. Com 14 PAs distribuídos em 05 municípios, é uma das maiores regionais por comportar 1.078 famílias assentadas em 18.649,58 hectares.

Após a inserção na Chapada (4ª regional), o MST decide instalar-se no Recôncavo por ser um local estratégico para a articulação e organização de grandes mobilizações, além de estar próxima ao centro de poder do Estado que é a capital baiana. Com este mesmo intuito, a Secretaria Estadual do MST foi transferida de Itamarajú para Salvador em 1992, instalando-se no bairro da Barroquinha. (Santos, 2004:112/113). A ocupação que marcou a presença do MST na região foi realizada na fazenda Nova Suíça, em maio de 1996. Foram desapropriados 17.296,79 hectares de terra para assentamento de 501 famílias do MST em 7 PAs localizados em 03 municípios da região.

A expansão para o Baixo Sul se dá numa ocupação realizada no município de Wenceslau Guimarães em abril de 1997, consolidando-se com a ocupação da fazenda Canta Galo do banqueiro Ângelo Calmon de Sá, em Camamú. Esta ação ocorreu no mesmo período da ocupação da fazenda Beira Rio, em Boa Vista do Tupim, que também pertencia ao Banco Econômico, aproveitando-se da oportunidade gerada pelo Escândalo de corrupção envolvendo a instituição. Hoje são 10 PAs com área total de 8.799,86 que abrigam 710 famílias em 06 municípios.

O descontentamento de acampados da fazenda Boqueirão com a condução da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG e do Movimento de Luta pela Terra -

MLT<sup>31</sup> que se arrastava desde 1997 - cuja acusação é que estavam em “conchavo com o latifundiário”- , abre caminho para o MST na região Norte/São Francisco, pelo convite para que o Movimento auxiliasse na organização da área. Em 1999 é realizada a primeira ocupação do MST na fazenda Jacaré (Magalhães, 2005:105). Existem hoje 176 famílias assentadas em 1.861,93 hectares de terra que representa a área dos 02 PAs situados nos municípios de Casa Nova e Juazeiro.

A última regional também foi pensada como ponto estratégico pela proximidade com a capital federal. Em 2000, os sem terras realizam na Bahia um dos maiores acampamentos de sua história, com aproximadamente cinco mil famílias, que dá origem a diversas ocupações. Ocupada em 1999, a área mais importante na região, o hoje assentamento Rio Branco, em Riachão das Neves, não se caracteriza como um local inicialmente coordenado pelo MST. Entretanto, o Movimento consegue se inserir no assentamento, conduzindo o seu processo organizativo. (Magalhães, 2005:113). Atualmente, 326 famílias estão assentadas em 02 PAS em Riachão das Neves, e em Barra, com área total de 13.448,13 hectares.

### **6.3 - A luta pela terra na Chapada Diamantina e a construção da regional do MST.**

O processo de luta pela reforma agrária na região da Chapada Diamantina na altura do médio Paraguaçu (região de Itaberaba) não se diferencia das características gerais da disputa pela terra no Brasil. Segundo as informações do senhor Pedro Barbosa<sup>32</sup>, essa luta se inicia no início dos anos setenta, apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iaçú, que empreendia naquele momento uma luta contra a família Medrado, que ainda hoje é proprietária de uma significativa área de terras na região.

Essa luta foi marcada pela violência por parte dos fazendeiros e pela resistência dos camponeses que, a partir daí, passaram a se organizar em sindicatos, culminando na

---

<sup>31</sup> Pelé, Bal e Damião, filhos de Benedito, assentados, destacaram-se como lideranças do MST. Devido a suspeitas de desvios foram expulsos da organização. Em 1994 depois de passagem pela FETAG, articulando-se com o PC do B e fundam o Movimento de Luta pela Terra na Bahia – MLT.” (Magalhães: p. 105).

<sup>32</sup> Ex-presidente dos STRs de Boa Vista do Tupim e Iaçú, membro da CETA – Central de Trabalhadores dos Assentamentos; assentado no assentamento Cana Brava em Boa Vista do Tupim e mobilizador da ocupação da Beira Rio.

formação de um polo de apoio a Reforma Agrária - a Associação de Apoio aos Trabalhadores da Chapada - sediada em Itaberaba. Esse polo reunia os sindicatos da região e adquiriu recursos junto à ONGs estrangeiras para a compra de veículos utilizados na operacionalização da luta. Essa entidade contava ainda com dois advogados que eram bastante requisitados na época em que a violência, que tem marcado historicamente a luta pela terra no Brasil, se fazia sentir muito fortemente, demandando muita resistência e mobilização.

*“Aí quando foi, passado assim uns três ou quatro meses que eu cheguei, meu pai também tava engajado nessa luta pela terra, né, ne Iaçú, que foi a luta contra os Medrado, que foi uma luta muito dura, teve queima de casa né, muitos policiais que agredia os trabalhadores, muitas pessoa intimada, queima de casa, corte de arame, gente preso, gente correndo, outros enfrentando (...).aí meus colega me chamaram pra ir numa reunião, eu nem sabia direito como era essa reunião. Chegou lá, o problema era o encontro do fazendeiro que vinha pra, pra quebrar com tudo, queimar casa, cortar cerca e acabar com as coisa. Aí arrumamos com mais gente que tinha. Bastantes sindicatos tava na luta. Aí arrumamos uns 8 sindicato, aí cada sindicato se reuniu e levou, cada um deles levou nessa faixa de um caminhão a dois de gente.” (Pedro Barbosa)*

Observa-se nesse período o papel de destaque que os sindicatos assumem na luta pela terra. Na região, muitos surgiram a partir da experiência de luta do sindicato de Iaçú. A conquista da terra em Iaçú agiu como um propulsor da luta em toda a região, dando origem à disputa em Pau a Pique (Marcionílio Souza) e Cana Brava (Boa Vista do Tupim). Da mesma forma que fomentou a organização dessas lutas, instigou a repressão por parte do latifúndio.

*“Então, depois que o fazendeiro viu que ia perder o direito de ficar na terra aí colocou um pistoleiro e assassinou um colega da gente, que era até um delegado sindical por nome Zacarias. Aí a gente, a gente não esmoreceu, continuou na luta né.” (Pedro Barbosa)*

Uma das brigadas do MST na Chapada, que compreende as áreas dos municípios de Boa Vista do Tupim, Itaberaba, Iaçú e Ipirá, recebeu este nome como homenagem pela luta empreendida por este delegado sindical em favor da reforma agrária. Exemplifica a ligação histórica que o Movimento busca estabelecer com as experiências anteriores de

luta, na perspectiva de construir uma identidade para além da luta individual por um pedaço de terra.

A violência está presente em toda a história da luta pela terra na região, sendo frequentemente relatada nos depoimentos.

*“(...).hoje (2004) o fazendeiro botou vários pistoleiros que estão armados, exibindo armas como se fosse num filme de faroeste e hoje a gente teme ainda que a reforma agrária, dessa forma, não simplesmente como caso de polícia, ou só como caso de polícia seria fácil de resolver porque a justiça podia tomar alguma providência, mas simplesmente ela é tratada com pistolagem e a própria polícia acompanha ainda os pistoleiros, na área inclusive, a polícia de Redenção, do município de Nova Redenção, eles dão suporte aos pistoleiros, até andando na área, levar eles até a área, acompanhado com o carro da polícia, as polícias fardadas; então isso é um absurdo, do qual a polícia, ainda, principalmente no interior dos Estados, é a mando ainda de coronéis e a mando das prefeituras que mantém o controle naquela região...” (Wilson) <sup>33</sup>*

*“(...) quando os pistoleiro tava na área... Era reunião dentro dos mato, de noite. Minhas unha aqui é tudo outras unha porque era topada encima de topada. A gente com medo fazia reunião de noite por dentro dos mato...todo mundo unido, ninguém nem chamava ninguém pelo nome era tudo companheiro, companheira.” (Verinha) <sup>34</sup>*

O processo de ocupação da Chapada que, após o declínio da extração de diamantes e carbonato, passou a se dá pela extração de madeira e exploração das áreas desmatadas para a criação extensiva de gado, explicam a estrutura fundiária fortemente concentrada que reduziu enormemente as condições de reprodução social no campo - seja pela falta de acesso à terra para os camponeses, seja pelo número cada vez menor de ocupações na área rural -. Esse quadro ajuda a entender porque a luta pela reforma agrária passou a ser tão presente e intensa na Chapada. Essa situação foi agravada nas décadas de 1970 e 1980 quando os crescentes subsídios governamentais estimularam a concentração de terras nas mãos de fazendeiros, como os irmãos Bezerra, proprietários da fazenda São Sebastião de Utinga.

---

<sup>33</sup> Militante do MST que acompanhou o processo de luta em São Sebastião de Utinga, onde foi assentado... Aqui ele se refere ao conflito na fazenda Pilões quando ainda atuava na Regional da Chapada, quando coordenou a ocupação da Beira Rio. Hoje faz parte da coordenação da Regional Oeste.

<sup>34</sup> Liderança do Assentamento Cana Brava.

*“Esse pessoal que veio pra aqui com a família comprou a fazenda São Sebastião de Utinga, no início até que progrediram muito, mais quando vieram da própria nação. E desmataram uma área muito grande e pastaram e tal. Mas a essa altura já tava regredino, os 3.000 bois já tava reduzido em pouco menos de 500 bois né, que a própria nação financiou.” (Astério)<sup>35</sup>*

Os segmentos camponeses que se organizaram para enfrentar o latifúndio, tinham características semelhantes aos que, no passado, compuseram as Ligas Camponesas, mobilizados, principalmente, contra o pagamento da renda da terra e pelo direito à posse da terra, luta essa que recebeu o apoio da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

*“...as pessoas também que ocupava a terra já era moradores da terra e que pagava renda, aí resolveram se unir pra num pagar mais a renda porque já tinha pagado bastante renda e não era o dono da terra, resolveram inclusive através do sindicato se unirem e resolveu lutar pela posse da terra e aí conseguiu com muita briga...” (Pedro Barbosa)*

As experiências de ocupação tiveram início em 1989, quando a CPT, com o apoio do senhor Astério, organizou um grupo de 22 famílias para ocupar a fazenda São Sebastião de Utinga. Essa experiência se integrava às ações desenvolvidas pela CPT, que desde 1992 organizava cerca de 700 famílias em toda a região para lutar pela terra.

Além da convicção ideológica acerca da necessidade da reforma agrária, adquirida com sua experiência de sindicalização em São Paulo, seu apoio à luta também foi motivado pela disputa judicial que realizava com os irmãos Bezerra. No processo, acusava-os de grilar 60% (129 hectares) de área da sua propriedade, a Fazenda Bonfim, para ligar duas áreas do latifúndio de 2.224,26 hectares, que posteriormente viria a ser ocupado pelo MST.

*“Eles tinha muita ganância por terra, então eles cismaram que tinha de pegar todas as terras aqui da região, aí vieram querer pegar as de Astério também. Aí foi onde surgiu o problema que ele teve de deixar São Paulo e vim pra cá, porque ou ele defendia isso aqui ou o pessoal, esse grupo, tomava. Eles iam empurrando as cerca e com aquilo eles iam cada dia, por exemplo, hoje a cerca tava aqui, daqui a pouco mandava os empregados botar lá*

---

<sup>35</sup> Pequeno proprietário, ex-sindicalista, vinculado à Igreja Católica que contribuiu muito na organização da luta pela reforma agrária na região, sobretudo na constituição do assentamento São Sebastião de Utinga.

*mais na frente, e saia apertando as terras, mais aí Astério com a, o entendimento que Deus deu a ele, ele falou \_Não, eles empurravam todo mundo, menos eu. Aí partiu mesmo pra briga, e ele mesmo assim brigando conseguiu, ir pra justiça, e você né minha fia sabe, a justiça é boa mais ela é morosa”. (Rina – companheira de Astério)*

As famílias acamparam na fazenda Bonfim durante certo tempo. A área recebia acompanhamento do sindicato e de vários freis, padres e freiras da Diocese de Ruy Barbosa. A ocorrência de um incêndio, provocado pela explosão de um botijão de gás, destruiu os barracos que foram construídos um ao lado do outro, desestimulando as famílias a permanecerem na ocupação: *“praticamente acabou, todo mundo voltou pro seus lugares de origem, mais ficou plantado a sementinha, no é? A igreja continuou trabalhando.” (Astério)*

A inserção do MST na Chapada ocorre em 1995, a convite da Comissão Pastoral da Terra - CPT quando o MST realiza a 1ª ocupação da Regional. Em fevereiro daquele ano, 235 famílias ocuparam a fazenda Águas Belas, localizada à beira da BR 242, no município de Lençóis. A área coberta por pastagens de capim e algumas cabeças de gado, pertencia ao senhor Nildonor. A desapropriação não se realizou, pois o fazendeiro dividiu a área em três fazendas com proprietários distintos, descaracterizando-a como um latifúndio.

Foram 16 dias de acampamento. No décimo sétimo dia ocorreu o 1ª despejo contra o MST na Chapada Diamantina. No dia anterior o Movimento realizou uma reunião para preparar o povo. O despejo é narrado por Ralmir, um jovem militante, filho do senhor Ramilo, um dos precursores das ocupações no município de Wagner junto com Jerônimo e senhor Astério:

*“No outro dia pela manhã, chegaram carros e mais carros, era o batalhão da PM, parecia cena de um filme de terror: um exército se preparando para a guerra, policiais armados das cabeças aos pés, montados a cavalo, segurando dezenas de cachorros treinados. O povo não se inibiu, as crianças ficaram em frente segurando pratos e colheres, gritando: \_ Queremos terra e pão, polícia é pra ladrão. Os militantes se disfarçavam no meio da multidão. A polícia os procurava, o povo respondia: \_Somos todos militantes. A polícia queria prender os militantes, os padres e freiras que estavam dando assistência ao povo. Era o Padre Gabriel, frei Dito, Frei Luciano, Padre Adenilton, Irmã Terezinha.” (Ralmir)*



Depois de alguns dias, outros homens tentaram reocupá-la, mas sem sucesso. As famílias se dirigiram à reserva Itaguassú Sete desapropriada pelo INCRA, permanecendo durante um tempo até encontrar outra terra para ocupar. Construíram barracos, roças e montaram uma escola que funcionava debaixo de um pé de juá. Neste mesmo local, ocorriam reuniões, atividades de formação sobre o MST e festas animadas por músicas regionais executadas com sanfona e violão, e brincadeiras diversas. (Ralmir).

Nessas reuniões alguns coordenadores dos núcleos de famílias citavam nomes de fazendas improdutivas que poderiam ser ocupadas. Numa dessas, Jerônimo Santos e Ramilo Joaquim, narraram à história da tentativa de ocupação da fazenda São Sebastião realizada em 1989. A coordenação visitou o senhor Astério e vistoriou a área e decidiram ocupá-la.

A ocupação foi feita em novembro de 1996. Parte das famílias ocuparam a beira da estrada (BA 142 que liga Wagner à BR 242) e outra ficou na propriedade do senhor Astério. O MST, coordenado à época por Lucinha e Ueldes, realizava reuniões embaixo de um pé de manga no povoado de Chamego onde explicava as normas do Movimento, a forma de organização de um acampamento, a importância do trabalho coletivo e como fazer o enfrentamento com o latifúndio.

O apoio do senhor Astério, que foi fundamental para a conquista da terra no assentamento São Sebastião de Utinga, chocou a população de Wagner que foi amedrontada pela presença dos sem terra, fruto da propaganda negativa realizada pelos fazendeiros da região. Isso ficou mais acentuado quando ele abrigou as famílias após a tentativa do 2º despejo nesta área, que não ocorreu porque o senhor Astério apresentou a documentação contestando a propriedade de parte da área da fazenda.

*(...) quando houve a tentativa do segundo despejo, nós colocamos 235 famílias aqui dentro do Bonfim...mille e poucas pessoas aqui dentro, numa casa sem acabar, o maior ribulção que era, o pessoal chamava agente de louco, muitos amigos deixaram de ser amigo, fazendeiro e sitiantes também deixaram de ser amigos, o pessoal da cidade também deixaram de ser amigo, não recebia nem a minha saudação, achava que eu tava dano atenção a um rebanho de ladrões, num era nem louco, ladrões, invasores e aí, e eu acostumado, um pouco acostumado com o andamento de São Paulo agente, topei com a primeira esposa, então a primeira*

*esposa não resistiu, ela era filha de italiano, a luta foi tão grande essa casa foi cercada 22 vezes pela policia né, inclusive uma vez pela policia federal porque eles tentavam mentir de varias formas, que seu Astério tava trazendo um bocado de ladrões pra cá pra destruir a região, nós sofremos muito, inclusive perdi a primeira esposa” (Astério).*

Outra tentativa de difamar os militantes do MST e seus apoiadores foi documentada em queixa prestada na Delegacia de Wagner, em 06 de fevereiro de 1998, por um grupo de famílias que, ao serem expulsas por não cumprirem as normas de comportamento dentro do acampamento, foram estimuladas pelos fazendeiros da região a acusá-los de:

*“plantio de maconha, uso de drogas, impondo que os filhos dos assentados em vez de vestirem a farda azul e branca vestissem fardamento vermelho para estudarem nos prédios escolares do estado, alegando que eles são diferentes, pois são crianças do MST; obrigando a cada criança pagarem R\$ 10,00 (dez reais) por cada farda vermelha; desvio de verbas que vem sendo utilizadas para viagens fazendo turismo, tomando cervejada todo final de semana; obrigando os assentados a fazerem roças pra eles; obrigando também a darem parte do dinheiro que veio para a construção das suas casas, para ser gasto em suas mordomias; aplicação de trabalho forçado em forma de escravidão, inclusive amarrando as pessoas em troncos como se fossem escravos mesmos, ou animais irracionais; que Rainê vive a espancar as crianças nas escolas, quando deixam de cumprir suas determinações absurdas” (Anexo 01).*

Essa forma de descredenciamento, em um entre outros instrumentos ideológicos utilizados contra o MST, com o intuito de desestimular outras famílias a ingressarem nas novas ocupações que passaram a ser realizadas na região. Cabe registrar ainda, que uma das normas do MST é a não utilização de álcool ou drogas nos acampamentos, o que certamente é muito difícil de controlar, sobretudo pela larga utilização de bebidas alcoólicas entre as pessoas da zona rural.

Após quatro meses ocorreu o segundo despejo. A população da região temia uma grande tragédia. O seu Astério ofereceu a sua propriedade para o povo se abrigar até que pudesse ser transferido para outra área, mas a policia não permitiu porque assim eles seriam mantidos próximos à área desocupada. Através de uma carta encaminhada ao INCRA, que foi noticiada no jornal Tribuna da Bahia de 08 de março de 1996 (anexo (02)), a CPT criticou a ação da polícia e do órgão público. O técnico do INCRA, Geraldo Portela, encaminhou um documento em resposta à entidade, publicado pelo mesmo

jornal em 13 de março do mesmo ano (anexo 03). Os argumentos presentes neste documento foram contestados pela CPT em nova carta onde denunciava a violência utilizada pela polícia na operação de despejo e a postura do INCRA na ocasião (anexo 04).

Novamente as famílias seguiram para Itaguassú Sete, após assinarem um *Termo de Compromisso* (anexo 05) com o INCRA e a Associação de Produtores do PA de Andaraí, onde foi estabelecido um prazo de trinta dias para o órgão efetuar a desapropriação da área. Os sem terra permaneceram por trinta dias, ao final do qual reocuparam a fazenda.

*“Agora era somente aquela terra que o povo queria, já a conhecia, já sabia que era boa para a plantação e que era um latifúndio improdutivo e abandonado... desta vez cruzaram 18 km a pé em marcha rumo a São Sebastião” (Ralmir)*

Uma nova tentativa de despejo foi impedida com a apresentação de documentos, meio que permitiu ao Astério comprovar que aquela área onde os sem terra estavam acampados pertencia à fazenda Bonfim. No dia 21 de maio de 1996 o imóvel foi declarado de Interesse Social para fins de Reforma Agrária, onde foram assentadas 92 famílias.

*“ai sobrou, a terra era pouca, não era os três mil poucos hectares como haviam me dito, nos encontramos aqui, mil novecentos e setenta e poucos hectare. Aí sobraram umas famílias, foi quando nasceu aqui a Jaqueiras Reunidas, essas famílias juntando com outras formaram outro assentamento aqui ao lado.” (Astério).*

A fazenda Bastira, em Itaetê, foi a segunda área ocupada pelo MST na região, vindo a ser o assentamento Roseli Nunes, em setembro de 1996. Participaram desta ocupação: Lucinha, Ueldes e Grilo. Pouco depois essa área se desligou do MST em função da atuação de um ex-prefeito do município que se utilizou de práticas assistencialistas e da rejeição, por parte dos assentados, de formas cooperativas de produção propostas pelo Movimento, para enfraquecer a relação dos assentados com o MST, conforme relata Grilo Serra:

*“Ele conseguiu isso porque naquela época ele manipulou a cesta básica que era da Comunidade Solidária, que vinha direto pras prefeituras. Então ele fazia uma propaganda no assentamento*

*que era ele que tava dando. E a relação das famílias é uma relação muito próxima à prefeitura, um vínculo de dependência muito forte, porque o Prefeito era extremamente assistencialista. Que fizemos um projeto em conjunto que era o Procera, São Sebastião de Utinga e Roseli Nunes. Como o povo já tinha uma rejeição a cooperativa, então o Prefeito pegou essa bandeira. E ele foi pra lá pra dentro, levou Clécio, que na época era Superintendente do INCRA, e colocou o seguinte: \_Olha, se vocês não se filiarem a Copracd, que é a cooperativa, eu garanto em 15 dias dar um projeto individual pra vocês. Pra isso tem que tirar a bandeira do MST. Ai não deu outra.” (Grilo)*

A terceira ocupação ocorreu no município de Boa Vista do Tupim, onde já existiam duas experiências de luta pela terra: a luta, iniciada em 1983, pelo não pagamento do arrendamento e contra a expulsão da terra, que deu origem ao Assentamento Cana Brava; e a luta pela posse de terras devolutas, que fez surgir o Assentamento Crispim. Estes foram fundamentais para a história da formação dos assentamentos do município à medida que, como experiências vitoriosas, propiciaram um terreno favorável à formação de novas frentes, facilitando a inserção do MST. A organização em Cana Brava, por sua vez, foi influenciada pela experiência dos posseiros de Maiquinique, em Iaçú, que se recusaram a pagar a renda da terra e resistem às tentativas de expulsão, culminando com a conquista da terra.

O acompanhamento dos advogados do polo sindical e da FETAG foi decisivo para o sucesso da luta da Cana Brava, pois, além desses agentes mediar o processo de desapropriação realizado pelo INCRA e as demais ações do Estado empreendidas pela EMATERBA (hoje EBDA) e pela CAR, acionaram a polícia para desarticular a ação de pistoleiros, que ameaçavam a vida dos camponeses e a continuidade da luta.

Após a divisão da fazenda de 8.050 ha. em lotes de 25 ha. para cada uma das 222 famílias, e a emissão de posse dada pelo INCRA em 25 de junho de 1986, começaram a ser implantados alguns projetos no assentamento a exemplo da construção de escola, posto de saúde e de uma barragem. Esse assentamento hoje é coordenado pela CETA (Central de Trabalhadores dos Assentamentos).

A fazenda Beira Rio, propriedade de Ângelo Calmon de Sá, do Grupo Econômico, constituía-se em um dos latifúndios situados no território de Boa Vista do Tupim, município com forte concentração fundiária. Sua ocupação passou a ser organizada a partir da articulação entre a CPT e o STR de Boa Vista do Tupim que convocaram o

MST após avaliarem a necessidade de uma grande mobilização para a conquista de uma fazenda do porte da Beira Rio.

*“Eu levei até um acampamento pra Irmã Terezinha em Salvador, acampado no INCRA, porque o sindicato pra desapropriar uma fazenda como a Beira Rio eu achei, o sindicato já daqui de Boa Vista do Tupim... Foi em 97. Aí falei pra Irmã Terezinha, aí ela disse: \_Ah! Então a gente vai convidar o pessoal do MST e nós, porque é um órgão já estabelecido com prática pra isso.” (Pedro Barbosa)*

Jerônimo que é assentado no São Sebastião de Utinga, colaborou na mobilização que deu origem à diversas áreas do MST na região. Para ocupar uma área com mais de onze mil hectares de terra foi preciso um trabalho de base em vários municípios. Para isso, o MST articulou uma ampla rede de organizações (igrejas, sindicatos, políticos locais, voluntários, etc.) para arregimentação de famílias nos municípios de Itaetê, Marcionílio Souza, Planaltino, Maracás, Andaraí, Itaberaba e Boa Vista do Tupim. Responsável pelo trabalho neste último município, Jerônimo relata como ocorreram as reuniões:

*“Agente conseguia fazer a reunião em cinco lugares de Boa Vista: no Limoeiro, na sede mesmo que é cidade, no Baixio, Açude, Cotuvelo...Fazeno esses trabalho de base, explicano como era esse processo da luta pro pessoal e ai o pessoal ia entendeno e foi se agrupando. Foi mais ou menos 45 dias se reunino assim nos fim de semana... fica mais difícil você chamar os lavrador, uma pessoa que trabalha na diária de segunda ate sexta normalmente ele ta trabalhando pro fazendeiro ou alguma coisa na roça ou na cidade mesmo” (Jerônimo)*

A ocupação foi realizada no dia 08 de Fevereiro de 1997, durante o feriado de Carnaval, e contou com a estrutura das prefeituras que disponibilizaram transporte e o apoio dos sindicatos de Marcionílio Souza, Boa Vista do Tupim e Maracás que contribuíram na organização das caravanas em direção ao local da ocupação.

Após a ocupação seguiu-se um período muito difícil. Acampados na beira do rio Paraguaçu, passaram um longo período nos barracos de lona preta enfrentando as sucessivas subidas do leito do rio provocadas pela estação chuvosa. A emissão de posse efetivou-se em 03 de novembro do mesmo ano, sendo seguida da construção das casas e da infraestrutura do assentamento.

A desapropriação da Beira Rio como primeira área de atuação do MST em Boa Vista do Tupim, impulsionou o crescimento do Movimento no município, onde atualmente reside 31% da população, distribuída em oito assentamentos e dez acampamentos. Além desses, existem no município outros 05 assentamentos: Cana Brava e Santa Fé (sob a direção da CETA), Crispim e Bom Jesus (dirigidos por associações independentes) e Torre de São (frutos do programa estatal Cédula da Terra), totalizando 23 áreas de reforma agrária. Neste período de avanço de luta no município, a brigada do MST era coordenada por Neto que é filho de um assentado do Baixão, o senhor Otaviano, e de Valdete Correia<sup>36</sup> Atualmente Neto faz parte da Direção da Regional Oeste e seu irmão Leandro coordena o setor de frente de massas da Regional Chapada.

*“...dona Dete, ela foi uma assentada na verdade que se transformou em militante, então ela tem uma garra muito forte... ela ajudou a ocupar o Dandára, que hoje é um assentamento que tem em Iramaia com 50 família. Ela enfrentou sozinha o processo de despejo com 3 ônibus de policia... e ela fez um gesto, uma simbologia que pra nós a gente prega que todo mundo faça isso, e ela começou fazer em vida, ela doou 2 filhos que é Neto e que é Leandro pra o Movimento e veio falecer aqui em Iramaia, inclusive foi ate num encontro.” (Grilo)*

A quarta área ocupada foi a fazenda dos “Capixabas”, uma empresa pecuarista que no seu momento de mais prosperidade chegou a possuir 10.000 cabeças de gado, além de um enorme patrimônio, que incluía até uma pequena aeronave e um campo de pouso.

A ocupação foi realizada por 315 famílias no dia 01 de Março de 1998. O trabalho de base foi realizado nas localidades próximas à fazenda: nos povoados do Rumo, Colônia e nas sedes dos municípios de Itaetê e Iramaia. Algumas famílias que haviam desistido do acampamento Roseli Nunes, indicaram para o MST uma área a ser ocupada mais próxima das suas localidades de origem.

*“Nesse trabalho de base que a gente fez pro Roseli, muitos trabalhadores foram pra ocupação e depois saíram, e a gente manteve contato com eles mesmo eles fora, então eles falaram pra nós: \_Olha, o Roseli é muito longe, eu moro no Rumo, eu moro em Colônia e não quero ir pra o Roseli. Se o Movimento tiver outra área aqui a gente vai. Aí eles indicaram a fazenda dos Capixaba, nós fomos lá na Fazenda dos Capixaba, fizemos uma*

---

<sup>36</sup> Militante que liderou os acampados durante um despejo no município de Iramaia. Devido ao seu empenho e dedicação à causa da reforma agrária, foi homenageada com o nome da Brigada que atua em acampamentos e assentamentos dos municípios de Itaetê, Iramaia e Boa Vista do Tupim.

*vistoria na área e definimos que ali seria uma área boa pra fazer uma ocupação.” (Grilo)*

Um incêndio ocorrido durante esse período inicial queimou muitos barracos, levando algumas famílias a desistirem de permanecerem no acampamento. Com a conquista do assentamento, 161 famílias obtiveram a terra.

Estas três áreas conquistadas foram importantes para a consolidação e expansão do MST na Chapada Diamantina, que hoje se encontra fixado em 22 municípios, com 23 assentamentos, nos quais 2.445 famílias foram assentadas. Nesta região o Movimento tem 53 acampamentos com 4.501 famílias acampadas, conforme mostram os quadros 02 e 03. Por ser o município onde se concentra o maior número de famílias assentadas e acampadas (1.382), Boa Vista do Tupim é considerada pelo MST “...como se fosse a capital do MST na Chapada.” (Wilson)

Quadro nº. 02

Assentamentos do MST – Regional Chapada - Bahia, 2008

BRIGADA	NOME	MUNICÍPIO	Nº. DE FAMÍLIAS
Zacarias	Barra Verde	Boa Vista do Tupim	98
Zacarias	Beira Rio	Boa Vista do Tupim	400
Zacarias	Cambuí	Boa Vista do Tupim	40
Zacarias	Grotão	Boa Vista do Tupim	61
Zacarias	Aliança	Boa Vista do Tupim	69
Zacarias	Bandeira	Boa Vista do Tupim	52
Zacarias	Polinésia	Boa Vista do Tupim	70
Zacarias	Pé do Morro	Boa Vista do Tupim	69
Zacarias	1º de Abril/Paraguaçu	Ipirá	85
<b>Total (Zacarias)</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>944</b>
Maria da Glória	S.S. Utinga	Wagner	92
Maria da Glória	Jaqueira	Wagner	43
Maria da Glória	Beija Flor	Lençóis	20
Maria da Glória	Moreno	Nova Redenção	120
Maria da Glória	Patil	Utinga	56
<b>Total (Maria da Glória)</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>331</b>
Valdete Correia	Boa Sorte	Iramaia	475
Valdete Correia	Dandara	Iramaia	50
Valdete Correia	Florestan Fernandes	Itaetê	60
Valdete Correia	Florentina	Itaetê	40
Valdete Correia	Moçambique	Itaetê	50
Valdete Correia	Santa Clara	Itaetê	60
Valdete Correia	União da Chapada	Itaetê	200
Valdete Correia	Europa	Itaetê	50
Valdete Correia	Baixão	Itaetê	140
<b>Total (Valdete Correia)</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1.125</b>
Dorothy Stang	Santa Helena	Bonito	27
Dorothy Stang	02 de Julho	Tapiramutá	18
<b>Total (Dorothy Stang)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>45</b>
<b>Total Geral</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>2.445</b>

Fonte: MST (Regional Chapada)

Quadro nº. 03  
Acampamentos do MST – Regional Chapada.  
Bahia, 2008

BRIGADA	NOME	MUNICÍPIO	Nº. DE FAMÍLIAS
Zacarias	São Félix	Boa Vista do Tupim	150
Zacarias	Campo do Gado	Boa Vista do Tupim	40
Zacarias	Peixe	Boa Vista do Tupim	47
Zacarias	Mata Fome	Boa Vista do Tupim	46
Zacarias	Rio Bonito	Boa Vista do Tupim	100
Zacarias	WS	Boa Vista do Tupim	30
Zacarias	Nova Soberna	Boa Vista do Tupim	30
Zacarias	Brasilina	Boa Vista do Tupim	80
Zacarias	São Jerônimo	Itaberaba	800
Zacarias	Chico Mendes.	Iaçu	300
Zacarias	Dois Morros	Iaçu	100
<b>Total (Zacarias)</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>1.723</b>
Maria da Glória	Santa Rita	Utinga	30
Maria da Glória	T. Vista	Utinga	15
Maria da Glória	Progresso	Utinga	40
Maria da Glória	Laranjeira	Wagner	15
Maria da Glória	Alagadiso	Wagner	30
Maria da Glória	Subia 04	Wagner	70
Maria da Glória	Canta Galo	Wagner	40
Maria da Glória	Santa Cruz	Lajedinho	50
Maria da Glória	Ojeferson (Lagoa do Jenipapo)	Nova Redenção	40
Maria da Glória	Pilões	Nova Redenção	80
Maria da Glória	Soares	Andaraí	160
Maria da Glória	Baema	Lençóis	100
Maria da Glória	Ponte Nova	Wagner	150
Maria da Glória	Bom Jardim		
Maria da Glória	Bom Prazer		
Maria da Glória	Belo Horizonte		
Maria da Glória	Ferbasa		
Maria da Glória	Águas Claras		
Maria da Glória	03 de Novembro	Ibiquera	80
Maria da Glória	Boa Vista	Lajedinho	40
<b>Total (Maria da Glória)</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>940</b>
Valdete Correia	Lagoa Dantas	Boa Vista do Tupim	80
Valdete Correia	29 de Novembro	Boa Vista do Tupim	300
Valdete Correia	Bom Jardim	Itaetê	0
Valdete Correia	Valdete Correia	Itaetê	80
Valdete Correia	Ponto Velho/Contendas	Barra da Estiva	100
Valdete Correia	Santa Rosa	Maracás	80
Valdete Correia	1º de Abril	Iramaia	74
<b>Total (Valdete Correia)</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>714</b>
Dorothy Stang	Jenipapo	Taperamutá	35
Dorothy Stang	Boa Esperança	Taperamutá	100
Dorothy Stang	Suíça Cameloá	Mulungu do Morro	30
Dorothy Stang	Coqueiral	Souto Soares	35
Dorothy Stang	Chapada de Paulo	Souto Soares	50
Dorothy Stang	Riacho de mel	Iraquara	70
Dorothy Stang	M. Verde	Souto Soares	90
Dorothy Stang	Pau Ferro	Iraquara	35
Dorothy Stang	Mata Verde	Iraquara	27
Dorothy Stang	Tingüi	Bonito	40
Dorothy Stang	Jose de Oliveira	Piritiba	130



Dorothy Stang	Água Branca	Piritiba	150
Dorothy Stang	Nova Alvorada	M. Calmon	82
Dorothy Stang	Rio Bonito	Bonito	150
Dorothy Stang	Araguaia	Bonito	100
Total (Dorothy Stang)	15	2	1.124
Total Geral	53	17	4.501

Fonte: MST (Regional Chapada)

Com estes números, a Chapada é atualmente a maior regional do MST em número de áreas e de famílias. Além das razões objetivas que merecem um estudo específico, a explicação pode ser encontrada na opção organizativa da Direção da Regional que priorizou a frente de massa com a proliferação de ocupações e assentamentos, responsável pela ampliação da base do MST na região. Deve-se considerar ainda que as regionais do Extremo Sul e Sudoeste que apresentam também um grande número de famílias têm entre 16 e 20 anos de atuação, enquanto a Chapada irá completar 13 anos em 2008.

*“...a gente priorizou a nossa organização de massa, né? Acredito, tem outras regiões do movimento que priorizou outras, outros setores, outras plataformas de organizar o movimento. Uma optou por produção, ou optou por formação, outra optou, enfim. Geralmente tem vários setores, mas as vezes você tem mais possibilidades em avançar em alguns, certo? Agente priorizou a produção, priorizou tudo, só que alguns desses setores não conseguiu decolar. E outros nem chegou a funcionar, mas o setor da frente de massas da Chapada conseguiu funcionar porque, muita gente se identificava com esse negócio de ocupação, de querer ocupar, se organizar” (Jean, 2008)*

## **7 - Estrutura organizativa do MST.**

Os princípios organizativos baseados: na representação; na direção coletiva; no estímulo à formação; na centralidade da disciplina com o foco no respeito às instâncias e ao coletivo; na priorização das ações de massa; e na contínua relação com a base, são operacionalizados através de uma estrutura organizativa bastante complexa, que tem a função de materializar a linha política do MST, fazendo-a chegar até a base. Tal estrutura procura permitir ainda o fluxo em sentido inverso, de modo a que os anseios da base orientem a elaboração das estratégias de atuação do Movimento.

Essa estrutura compreende instâncias de representação, setores de atividades (com seus respectivos coletivos) e as organizações convencionais que interagem entre si de modo transversal (Fernandes, 2004:282). Vale pontuar que, aquilo que Fernandes classifica como instâncias de representação exerce também funções operativas. A descrição apresentada a seguir foi elaborada com base nas observações realizadas nos assentamentos estudados, na participação das atividades do Movimento e a partir de depoimentos de militantes e dirigentes.

**Grupos de famílias:** é o primeiro espaço no qual a família sem terra (acampada ou assentada) inicia sua participação no MST. São grupos formados para a discussão e o encaminhamento de soluções dos problemas cotidianos surgidos nos acampamentos e assentamentos, e tem a função de garantir a discussão e o cumprimento de deliberações do Movimento junto às famílias. Cada grupo é formado por 10 famílias que escolhem dois coordenadores - um homem e uma mulher - para representá-los e participar, quando convocados, das reuniões da coordenação da área. Vínculos anteriores de ordem familiar, política, religiosa ou de origem estão, muitas vezes, na base da formação desses núcleos. Embora a escolha do coordenador esteja a cargo das famílias, a direção do MST, por vezes, sugere os nomes de pessoas nas quais identificam qualidades de liderança ou que disponham de respaldo no grupo, por julgar que elas poderão contribuir para o processo de organização da área.

Cabe esclarecer que a participação das mulheres nas instâncias do MST é resultado do trabalho que o setor de gênero do Movimento tem desenvolvido, no sentido de garantir que a marcante participação das mulheres na luta encontre correspondência na sua efetiva participação nos espaços de poder dentro e fora das áreas e nas instâncias do Movimento.<sup>37</sup> Essa política têm resultado em uma crescente participação das mulheres, como pôde ser observado no XX Encontro Estadual do MST, realizado em Salvador entre 07 e 10 de fevereiro de 2008, onde as mulheres corresponderam a 50% dos participantes. No entanto, o que se verifica nos assentamentos é uma participação tímida das assentadas. Nas assembleias observadas nos três assentamentos, embora um grande número de mulheres estivessem presentes, nenhuma delas interveio.

---

<sup>37</sup> Outra conquista foi a inserção do nome das mulheres na Relação de Beneficiários do INCRA, seja como titulares ou como cônjuge.

**Brigadas:** São grupos de áreas (acampamentos e assentamentos) definidos por proximidade geográfica. A definição das brigadas se orienta pela quantidade de áreas e de famílias acampadas e assentadas, de modo a facilitar a organização e o acompanhamento das ações. Desse modo, a composição das brigadas não é feita com base na delimitação territorial dos municípios. Embora respeite determinadas formas de relação econômica, social e política entre as áreas e os municípios, esse formato de organização resulta em outra forma de construção territorial que expressa os fluxos migratórios provocados pela instalação de acampamentos e assentamentos. Na Regional Chapada, por exemplo, existem quatro brigadas: 1) Maria da Glória, com áreas em Wagner, Lençóis, Nova Redenção, Utinga, Ibiquera, Lajedinho e Andaraí; 2) Dorothy Stang, com áreas em Bonito, Tapiramutá, Mulungu do Morro, Souto Soares, Iraquara, Piritiba e Miguel Calmon; 3) Zacarias, com áreas em Boa Vista do Tupim, Itaberaba, Iaçú e Ipirá; e 4) Valdete Correia, com áreas em Itaetê, Iramaia e dois acampamentos localizados no município de Boa Vista do Tupim com grande quantidade de famílias provenientes de Itaetê, que integram esta brigada devido a maior proximidade destas áreas da sede deste município.

As brigadas reúnem-se frequentemente para formulação de estratégias de ação voltadas para o fortalecimento do MST. Nestas reuniões participam os coordenadores de acampamentos e assentamentos, onde são discutidas propostas de novas ocupações, são atribuídas tarefas para os quadros militantes, procede-se à avaliação das áreas e ao planejamento de ações, etc. Cada brigada possui 02 coordenadores - um homem e uma mulher - que fazem parte da Coordenação Regional.

As brigadas recebem nomes de lutadores do povo. Na Regional Chapada, três brigadas homenageiam militantes que se forjaram em lutas na própria região. Além das brigadas, os acampamentos e assentamentos também são renomeados, muitas vezes, com nomes ou situações referenciadas na luta. Tal procedimento ajuda a construir outra referência de construção histórica e afirma, junto com a bandeira hasteada na área, a influência do MST sobre o território. Em povoados rurais da Chapada encontra-se lugares marcados pelo movimento com nomes como Che Guevara, Florestan Fernandes e Chico Mendes. No entanto, muitas áreas mantêm os nomes das fazendas e a substituição dos nomes, também ocorre a partir da provocação do INCRA, como ocorreu no Baixão.

**Coordenações:** Além das coordenações já citadas (de áreas e de brigadas) existem as coordenações em níveis superiores que são responsáveis por toda atuação do MST nos âmbitos regional, estadual e nacional. A depender da importância, as deliberações tiradas em um nível local precisam ser aprovadas pela instância superior. A Regional é formada pelos coordenadores de brigada, pelos coordenadores de setores na regional e por pelo menos um membro da Direção Estadual. Esta, por sua vez, é composta pelos coordenadores regionais e pelos coordenadores estaduais de setores. A participação do MST nos diversos espaços construídos e conquistados ao longo destes anos (conselhos, fóruns, redes de movimentos sociais, campanhas<sup>38</sup>, etc.) é concretizada pela indicação de um dos membros da Coordenação Estadual para representar o Movimento.

**Direções:** As coordenações indicam, entre seus membros, os componentes da Direção nas suas respectivas escalas. Estes são responsáveis por formular a linha política do MST, encaminhar as deliberações da coordenação e representar o Movimento, dentre outras funções.

**Setores:** Os membros das famílias, a partir de suas aptidões e de interesse em desenvolver ações para o desenvolvimento dos acampamentos e assentamentos do Movimento, realizam ações voltadas para áreas específicas: educação, saúde, produção, juventude, frente de massas, comunicação, gênero, formação e cultura. Os setores são organizados em **coletivos estaduais** que planejam e executam estratégias para o desenvolvimento de atividades associadas a uma determinada área temática dentro do Movimento<sup>39</sup>. Cada regional tem um coletivo formado por acampados e assentados que compõe os setores e é responsável pela realização de atividades temáticas nas áreas. Cada coordenador regional faz parte do Coletivo Estadual do Setor correspondente.

O desempenho dos setores é diferenciado em cada regional, estando muito associado à dinâmica da luta, às condições políticas e culturais de cada região e ao perfil dos militantes. Na Chapada, o grande número de áreas e de famílias acampadas e assentadas expressa, na análise da Direção Regional, uma opção organizativa de priorização da

---

<sup>38</sup> Atualmente o MST compõe o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia – CONSEA, o Conselho Universitário da UFBA, participa do Grito dos Excluídos, da Romaria da Terra, organiza o Acampamento Baiano da Juventude, entre outros.

<sup>39</sup> Ex: o Coletivo Estadual de Educação promove a instalação de cursos nos assentamentos, a realização do encontro de educadores do MST; o coletivo de produção promove discussões, seminários e cursos sobre formas de organização da produção, créditos, biodiesel; O setor de juventude organiza o Acampamento Baiano de Juventude com outras entidades; O setor de cultura se responsabiliza pelas místicas e noites culturais dos encontros, etc.

frente de massas, bem como as dificuldade de funcionamento dos demais setores. No último encontro regional, o dirigente Jean apontou para o desafio de transformar os assentamentos da Chapada, que são os maiores do Estado em número de famílias, “*em assentamentos “maiores em produção, organização e qualidade de vida”* (Jean, 2008).

O setor é uma forma de organização com atuação transversal, pois determinados setores, como a frente de massas, necessitam da colaboração de todos os demais setores, pois é no acampamento que ocorre um processo mais intenso de formação política (com realização de assembleias frequentes, realização de místicas, cursos sobre o modo de organização do MST, etc.). Isto ocorre porque o acampamento é o ambiente propício à construção da identidade dos acampados como “sem terra”. O coletivo de cultura, por exemplo, responsável pela mística, aglutina militantes de vários setores para a criação e a apresentação de místicas no início de cada atividade do MST.

**Secretarias Regional e Estadual:** As Secretarias tem um caráter administrativo e dão suporte à todas as ações do Movimento na Regional e no Estado. Além de elaborar e captar recursos para a execução de projetos de desenvolvimento nos assentamentos e acampamentos as secretarias realizam um trabalho importante de comunicação.

**Encontros e Congresso:** A construção dos encontros tem início nos acampamentos e assentamentos, onde são realizadas assembleias para o levantamento de pontos da pauta de reivindicação a ser levada para o encontro de brigada. No encontro de brigada são realizadas avaliações sobre as áreas e o desempenho dos militantes, e a elaboração da pauta a ser encaminhada para o encontro regional. O encontro regional aglutina o que foi produzido nos encontros anteriores, além de servir para atualização da linha política. São realizadas análises de conjuntura política, discussão sobre a situação dos setores e dos desafios colocados para o período seguinte.

Este ano o encontro realizado em Iramaia entre 11 e 13 de janeiro teve um caráter orgânico (só com os coordenadores de assentamento, brigadas e setores) e o “*...objetivo do encontro é animar a militância para o enfrentamento, definir os rumos da luta pela terra na Chapada no sentido de fortalecer a luta social e política dos trabalhadores no Estado e no país*” (Jean, 2008). Nos anos anteriores os encontros foram massivos com a realização de atos políticos nas cidades de Boa Vista do Tupim (2006) e Itaetê (2007), com a participação de aproximadamente 1.000 pessoas em cada encontro.

O Encontro Estadual tem um formato semelhante ao Regional, embora integre um leque mais amplo de discussões e atividades<sup>40</sup>. O MST realiza encontros em todas as escalas para a definição de políticas conjunturais a cada ano, com exceção do Encontro Nacional que ocorre a cada dois anos. O Congresso que é realizado a cada cinco anos define a Política do MST a ser empreendida em todas as suas esferas de organização. O último foi realizado em Brasília em junho de 2007 com cerca de 15.000 delegados.



Foto nº 01 - Militantes da Regional Chapada na Plenária sobre produção XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – (11/01/2007)

Durante o trabalho de campo foi realizada a assembleia do assentamento Baixão, no dia 10 de janeiro, para a discussão da pauta elaborada pela Associação em uma reunião realizada no dia anterior. Após o encontro regional, no assentamento São Sebastião de Utinga, em Wagner, os militantes do MST e a Diretoria da Associação que participaram do Encontro, realizou uma assembleia no dia 15 de janeiro para passar os informes do Encontro para os assentados.

---

<sup>40</sup> O XX Encontro Estadual do MST na Bahia, realizado entre 07 e 10 de fevereiro de 2008 em Salvador, teve a seguinte programação: Análise de conjuntura internacional e nacional com Max Altmam e Wladimir Pomar; Análise Estrutural da Esquerda e seus desafios com Neuri Rosseto (Dirigente Nacional do MST); As ofensivas do capital na Bahia: enfoque no campo com Rubens Cerqueira da CPT e Luiz Carlos Souto – Jupará; Planejamento dos setores e mobilizações com Márcio Matos (Dirigente Nacional do MST pela Bahia); Balanço e papel dos cursos formais com Djacira e Adenilza (Setor de Educação do MST – Bahia); Recomposição das Instâncias com Vera Lúcia Barbosa (Dirigente Nacional pela Bahia). Além da apresentação de místicas, documentários e atividades culturais.



Foto nº 02 - Reunião da Associação do Baixão: preparação da pauta. (09/02/2008)



Foto nº 03 - Assembleia no Assentamento Baixão: discussão da pauta (10/02/08)



Foto nº 04 - XII Encontro Regional do MST – Regional Chapada (11/02/2008)



Foto nº 05 - Assembleia no São Sebastião de Utinga: informes do Encontro (15/01/2008)



A construção desses encontros, bem como de outras atividades do MST, a exemplo das marchas, envolve o conjunto dos participantes. A formação de grupos para o desenvolvimento de ações relativas à montagem e ao funcionamento dos eventos, com estabelecimento de tarefas para cada um, além de fortalecer o sentido da participação, demonstra uma forma de organização extremamente eficiente. No XIX Encontro Estadual realizado em Vitória da Conquista entre 05 e 08 de janeiro de 2007 foram organizados alojamentos e cozinhas separadas por regional, além de um espaço de saúde onde um médico do Movimento, formado em Cuba, atendia os participantes com problemas de saúde, prescrevendo medicação alternativa.



Foto nº 06 - Alojamento do MST – Regional Chapada  
XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – (10/01/2007)



Foto nº 07 - Cozinhas coletivas por Regional  
XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – (10/01/2007)



Foto nº 08 - Espaço Saúde  
XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – (10/01/2007)

Nestes encontros é frequente a participação de homens na realização de tarefas consideradas femininas pela cultura camponesa. Imersos em um universo conservador e machista do mundo rural, ao integrarem o grupo da limpeza ou da cozinha, os assentados têm a possibilidade de questionar a divisão sexual do trabalho. Por ser episódica, essa participação não altera substancialmente sua compreensão acerca das relações de gênero. Por isso, ainda se observa a ausência de mulheres assentadas nos eventos do Movimento porque seus companheiros consideram que “a casa e os menino vão ficar a toa”. (Anexo 14)



Foto nº 09 - Coletivo da Alimentação  
XIX Encontro Estadual em Vitória da Conquista – (10/01/2007)

## **8 - Centralismo, autoritarismo e democracia na práxis do MST.**

Concebendo a formação do MST como um processo ativo que se deve tanto à ação humana quanto a condicionantes históricos, Caldart (2000) aponta alguns elementos organizativos que foram sendo desenvolvidos pelo MST no seu “fazer-se”<sup>41</sup>. Essa

---

<sup>41</sup> Interpretação baseada na noção de *experiência* de Thompson;

dimensão da práxis em construção no processo da luta pôde ser observada através da participação em atividades do Movimento e nos assentamentos, principalmente nas formas de organização espacial e produtiva.

No XII Encontro Estadual de Educadores do MST, realizado de 26 a 29 de julho de 2007 em Salvador, Ademar Bogo, educador do MST, em resposta a uma questão levantada por uma professora da Chapada, ponderou que *“Não há um modelo de funcionamento da escola. Sabemos a escola que não queremos. A escola ideal para o assentamento estamos construindo aos poucos, experienciando formas.”* .

Entre as características levantadas por Caldart está a combinação de uma direção política unificada com uma atuação descentralizada. Neste aspecto, cabe registrar que, a avaliação dos resultados da aplicação de modelos pré-estabelecidos de organização (como as cooperativas de produção) -, desvinculados das especificidades econômicas, políticas e culturais apresentadas em cada Estado ou município onde o MST passava a atuar - levou o Movimento a reformular seu modelo de *“centralismo”*.

*“Hoje em dia não temos um modelo pronto pra nada. Cada vez que tentamos fazer isso, falhamos. Hoje, desenvolvemos ‘princípios diretivos’, mas deixamos a cada Estado, ou a cada assentamento, decidir como e quando devem implementar esses princípios.”* (Stédile citado por (Branford e Rocha, 2004:136)

Zander Navarro considera que a adesão do MST ao *“receituário leninista”* com a formação de quadro, impede que a *“massa possua qualquer poder real”*. Para ele, a constituição de quadros profissionalizados forma *“líderes que se enebriam com o poder”*, pois as atividades do Movimento realizam uma doutrinação ideológica dos jovens, onde é oferecido *“um coquetel embriagador de aventuras com promessas de poder”*. Outra acusação no sentido de expor o caráter autoritário do MST é a dimensão da disciplina aplicada que teria uma feição militar. (Navarro citada por Branford e Rocha, 2004:166). Essa crítica desconsidera que um movimento espontâneo jamais resistiria à força mobilizada contra eles por parte dos latifundiários e dos governos.

A associação feita por Navarro entre posturas pouco democráticas ao *“receituário leninista”*, além de manifestar uma intenção em desqualificar a experiência socialista como referência política, contém uma compreensão espontaneísta da práxis. Pois, como adverte Lênin, não se passa diretamente de uma práxis espontânea (orientada por

motivação individual) a uma práxis reflexiva capaz de estabelecer a ligação entre a situação dos indivíduos envolvidos na luta por reivindicações imediatas, com a condição histórica de uma classe na luta pela transformação da sociedade.

A concepção de Navarro desconsidera assim, que a práxis do MST se orienta para além da luta econômica por reivindicações materiais imediatas, tendo a pretensão de contribuir para a construção de uma contra-hegemonia dos trabalhadores.

Ainda que em momentos nos quais sua unidade encontre-se ameaçada, a direção do MST restrinja o espaço das decisões coletivas, as atividades (místicas, construção de encontros), os espaços de participação (grupos de família, assembleias) e a estrutura organizativa representam estímulos concretos à atuação dos acampados e assentados, tanto na gestão das áreas, quanto na construção do Movimento.

No XII Encontro Regional, um membro da Direção Estadual<sup>42</sup> conclamou os militantes a criar soluções para os problemas da Regional, sobretudo a falta de funcionamento dos setores, a baixa organicidade dos assentados e as questões relativas à organização da produção: *“Não existe receita. O Movimento não é só uma escola, é uma oficina. Os militantes precisam se desafiar para criar, ter ousadia para atuar e fazer funcionar os setores.”* (Jean, 2008)

Entre as atividades concretas observadas nos assentamentos, as assembleias são os espaços que evidenciam, de modo mais acentuado, certas mudanças provocadas pela práxis do MST. Estimulados desde o início a participarem das decisões sobre a organização do acampamento e do assentamento, os assentados costumam atuar nesses momentos, questionando, discordando e defendendo pontos de vista diferentes. Em todas as assembleias observadas aparece com frequência declarações do tipo “o povo é quem decide”, “depende da decisão coletiva”. No assentamento São Sebastião de Utinga, por exemplo, em uma assembleia na qual foi discutida a gestão da Casa de Farinha Comunitária, os assentados reivindicaram que a indicação, embora fosse feita pela Diretoria da Associação (como fora sugerido por um militante do MST), deveria ser submetida à apreciação da Assembleia.

---

<sup>42</sup> Participaram do Encontro cerca de 200 pessoas. Ao contrário dos dois encontros anteriores, realizados em Itaetê e Boa Vista do Tupim, o encontro não foi massivo, mas destinado aos coordenadores de acampamentos, assentamentos, brigadas, setores e dirigentes regionais. Esse também foi o formato do XX Encontro Estadual.

A inédita participação dessas pessoas em espaços políticos e a construção da ideia de poder popular é, inclusive, um aspecto positivo apontado pelos assentados quando se referem ao MST e à experiência nos assentamentos.

***CAPÍTULO III***

***PRÁXIS E HÁBITUS***

## CAPÍTULO III

### PRÁXIS E HÁBITUS

#### 9 - A práxis do MST como contra-hegemonia

A luta pela reforma agrária é a principal bandeira do MST que busca organizar os camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra para o enfrentamento do latifúndio. Este embate reivindica diferentes posições do Estado em torno da propriedade de terra e expõe o confronto entre os representantes do capital no campo (grandes proprietários rurais e o agro business) e os trabalhadores rurais que assumem como bandeira a construção do socialismo.

Para Marx o Estado é a forma através da qual os interesses da classe dominante são assegurados. No entanto, a ideologia burguesa apresenta-o como o harmonizador de todos os interesses presentes na sociedade civil, como um arbítrio social autônomo e acima dos interesses particulares. É a partir disso que Engels adverte contra a mistificação do Estado, arguindo que independentemente da sua forma, ou por mais democrática que esta seja, este sempre será um instrumento de dominação de classe, pois o caráter burguês não se dá somente quando os representantes do capital controlam sua máquina, mas relaciona-se a própria razão de existência do Estado em uma sociedade capitalista, ou seja, a impossibilidade de conciliação dos interesses de classe.

Entretanto, como alerta Almeida “... se o estado tem mantido seu caráter burguês através dos vários períodos da sociedade capitalista, também tem sofrido muitas transformações. Entendê-las é compreender possíveis estratégias dos trabalhadores para a conquista do poder.” (02), já que a face atual do Estado representa o estado conjuntural da luta de classes.

Assim, cada direito conquistado representa uma alteração na correlação de forças da sociedade, onde os trabalhadores pautam o Estado segundo valores e concepções que



não correspondem integralmente aos objetivos do capital. É nesse sentido que pode ser entendida a luta pela terra, onde o MST, embora reconhecendo que o assentamento de famílias no campo não corresponde ao modelo de reforma agrária defendida pelo Movimento, compreende que este representa um acúmulo de forças na construção do socialismo, pois promove a organização e formação política dos camponeses, além de expor as contradições do Estado Democrático burguês.

*“Mas podemos ajudar a empurrar as reformas, mesmo dentro desse Estado burguês, empurrar as reformas até o limite do possível. Não que eu ache que o acúmulo de reformas vai nos levar a um salto, mas fazer com que isso nos ajude a politizar o povo brasileiro, para que aja uma participação maior e possamos, ai sim, superar essa sociedade e construir uma sociedade diferente.” (Gilmar Mauro, 2004:362)*

A práxis do MST pode então ser entendida como um dos instrumentos de construção da hegemonia dos trabalhadores, uma vez que preconiza a criação de formas de ação capazes de provocar uma nova orientação ideológica e cultural da sua base, no sentido de possibilitar a formação de um terreno favorável às transformações estruturais decorrentes da ação revolucionária da classe trabalhadora.

A hegemonia é a combinação de direção e domínio, onde se torna necessária tanto a conquista, através da persuasão, do consenso direcionado, sobretudo, aos grupos próximos ou aliados, como a utilização da força para reprimir as classes adversárias. Nesse sentido, duas condições tornam-se imperativas à construção da hegemonia: de um lado, a classe deve tornar-se protagonista de reivindicações que são de outras classes sociais, mostrando-se capaz de apresentar soluções para as mesmas, de modo a unir em torno de si esses grupos para a efetivação de uma aliança na luta contra a classe hegemônica, além de fazer valer suas próprias posições no campo cultural, colocando-se como direção intelectual e moral; e, de outro, se apoderar do poder de Estado a fim de garantir o domínio sobre a classe adversária, sem o qual a hegemonia não se realiza, colocando-se assim como dominante dos grupos adversários e dirigente dos grupos aliados.

A hegemonia, exercida através do consentimento e da força, pode se dar de forma ativa (como vontade coletiva) ou passiva (através do apoio disperso ao grupo

dirigente/dominante). Além disso, a hegemonia sempre terá certo grau de instabilidade, pois pressupõe a existência de forças contrárias, que de algum modo resistem a ela, apresentando ou podendo propor projetos alternativos. (Almeida: 03).

Assim, a conquista do poder não encerra um processo de hegemonia, pois as revoluções se efetivam quando a classe dirigente não exerce efetivamente essa condição, quando a sua hegemonia entra em crise, quando a classe dirigente perde sua capacidade de direção ideológica e cultural, seu poder de organizar o consenso e, então, as condições para a tomada do poder pela classe subalterna se apresentam.

Destaca-se na formulação gramsciana o conceito de bloco histórico, formado pela infraestrutura e pela superestrutura, que envolve na luta pela hegemonia todos os níveis da sociedade. Assim, a práxis revolucionária constitui-se em uma intervenção articulada na base econômica, na estrutura social e nos mecanismos que formam a consciência dos homens, dentre eles o partido.

São três grupos sociais no interior do bloco histórico<sup>43</sup>: a classe que dirige as demais hegemonicamente; os grupos aliados que se constituem em base social e viveiro para a formação de novos quadros; e as classes subalternas excluídas do sistema hegemônico. Na literatura marxista, as massas camponesas são consideradas como o alvo privilegiado em direção ao qual a classe operária deve empreender seus esforços de direção. Assim, ainda que em determinados contextos sociais e em determinadas situações históricas, os camponeses apresentem capacidade de ação política superior, a posição de direção no bloco histórico deve ser assumida pela classe operária, que deve incorporar as reivindicações camponesas, mas garantir seus interesses de classe, pois seria a única capaz de deslocar o bloco histórico hegemônico encabeçado pela burguesia devido a sua condição material de existência<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> É importante pontuar, que o bloco histórico, compreendendo a infraestrutura e superestrutura, não se restringe as alianças de grupos para a disputa do poder de Estado, mas refere-se às classes analisadas durante todo um período histórico considerado, a nível nacional e internacional, tendo sua ação observada do ponto de vista estratégico e não apenas tático.

<sup>44</sup> A missão histórica do proletariado ninguém lhe concedeu providencialmente, esta inscrita como uma possibilidade e necessidade no próprio desenvolvimento histórico-social ao aguçar-se a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção. Na medida em que essa missão do proletariado esta determinada objetivamente, mais, por sua vez, na medida em que para realizar essa possibilidade é necessária uma atividade teórica e pratica, ou seja, uma consciência da situação objetiva e de suas possibilidades, bem como uma luta organizada trata-se de uma missão que estar condicionada objetiva e subjetivamente...o proletariado é a classe revolucionaria por excelência; e o é,

No Brasil, o MST tem apresentado uma enorme capacidade de mobilização e organização dos camponeses sem terra, porém demonstra estar articulado ao projeto de poder da classe trabalhadora, uma vez que atrela suas reivindicações, especialmente a luta pela reforma agrária, a um projeto histórico que se dirige pelo ideário socialista e tem buscado efetivar a aliança com a classe trabalhadora através de formas concretas de ação conjunta.

Aqui se compreende a práxis coletiva do MST como ação de classe que, através da luta pela reforma agrária organiza os trabalhadores, expõe as contradições presentes no Estado burguês e busca acumular forças em direção ao socialismo, utilizando-se de várias estratégias.

### **9.1 - Hegemonia e ideologia.**

Os textos de Gramsci indicam que as formas de dominação burguesa não se restringem ao monopólio dos meios de produção e ao domínio estatal, mas que a classe dominante, como condição de sustentação de sua dominação, utiliza-se de um aparato ideológico para se constituir como força hegemônica, através da difusão dos seus valores e categorias, pois a primazia econômica da classe fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente, para a formação de um bloco hegemônico.

Esse argumento gramsciano amplia o espectro da luta política, impondo sua percepção em outras dimensões da vida, situadas fora do campo reconhecido até então como político. Pois o domínio e a influência do Estado passam a ser percebidos nas diferentes agências situadas na sociedade civil. Dessa forma, a hegemonia do proletariado deve ser construída a partir da sociedade civil, sem abdicar da necessária luta pela dominação do Estado. Para isso, a classe emergente precisa tornar suas categorias universais e assim arar o terreno para uma ação de ruptura e superação do sistema, tarefa associada a ideologia.

---

principalmente em escala histórico-universal, independente dos altos e baixos que apresente no cumprimento dessa missão num determinado país ou determinada fase. (Vasquez :289)

Para Marx, a ideologia seria um movimento de universalização das representações de classe que assume assim um caráter de interesse geral, como forma necessária para produzir ou garantir a dominação de uma classe sobre outra. O autor aponta para a necessidade da classe, para chegar ao poder, representar seus interesses como correspondentes ao interesse comum, “...a dar a seus pensamentos a forma da universalidade.” (Ideologia Alemã: 57)

Considerando esse elemento crucial, Gramsci dará relevo à disputa ideológica como instrumento essencial, porém não suficiente para a construção da hegemonia. Assume, no entanto, uma concepção de ideologia não correspondente integralmente ao conceito marxiano, pois a concebe enquanto concepção de mundo elaborada pelas diferentes classes ou frações de classe que se apresentam como concorrentes pela direção da sociedade, sendo possível então falar de “ideologias”, pois “... a estrutura é contraditória: nela vive a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Por isso, também as ideologias estão em contradição entre si” (Gruppi, 1986: 89). Observa então que para a formação da consciência concorrem influências diversas e contraditórias, advindas da concorrência por hegemonia, própria da luta de classes.

Estando a cultura hegemônica permanentemente em confronto com outras culturas ou ideologias residuais, resistentes ou emergentes, com projetos alternativos ou contra-hegemônicos, a ideologia dominante tem de atualizar constantemente a sua função de unificar e dar coerência ao bloco social dominante, expandindo-se para toda a sociedade, onde, simultaneamente se desenvolvem outras formulações opostas a ela.

A práxis coletiva do MST parece atentar-se para isso, já que pretende lutar pela superação de determinados aparatos ideológicos tornando-se uma agência pedagógica de disseminação de valores anticapitalistas. Para tanto, tem procurado construir uma nova proposta de educação, de arte, de participação, na luta pela reforma agrária.

Observando que certas categorias presentes no mundo rural, e que orientam as práticas dos assentados em relação à propriedade da terra, compõem o que se pode chamar de tradição, ou seja, como concepção de mundo cristalizada, compreende-se que a introdução de novos referenciais de sociabilidade associados à práxis coletiva do MST constituem um projeto reformador. Nesse sentido, a tradição aparece como expressão

prática, mais evidente, das pressões e limites dominantes e hegemônicos, “...*uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural*” (Williams:118). Assim, o processo de socialização não pode ser apreendido como simples instrumentalização dos sujeitos para a ação em contextos socioculturais específicos, mas como um conjunto de variação de significados selecionados, valores e práticas, que constitui a manifestação concreta do hegemônico.

Existe, entretanto, uma disputa por hegemonia no campo das concepções de mundo, como expressão da disputa pela direção da sociedade vinculada à luta de classes. Daí a prioridade da luta no plano ideológico, pois o exercício do poder se processa não só pela coerção ou pela força, mas também por uma filosofia, uma moral, um senso comum que favorece o reconhecimento da sua dominação pelas classes dominadas.

Na perspectiva de forjar as agências de poder, a classe trabalhadora precisa construir uma cultura revolucionária, que tem na crítica da cultura tradicional o combustível para a sua elaboração. “*Gramsci sublinha como tal cultura (em formação) é heterogênea, como nela convivem a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilização precedentes, ao mesmo tempo que sugestões provenientes da condição da classe oprimida.*” (Gruppi,1978: 91)

Essa colocação demonstra que a ação dos assentados não pode ser esperada como uma adequação mecânica aos princípios do movimento, nem como totalmente impermeáveis à sua práxis, já que, como aponta Gramsci, existem inúmeros canais de reprodução ideológica capazes de construir hegemonia, ou uma contra-hegemonia.

No processo de construção de hegemonia, segundo Gramsci, “...*um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental. É essa uma das condições principais para a própria conquista do poder*” (Gramsci apud:78/79).

Essa elaboração, portanto, não é uma produção autônoma, “...*consiste em assumir elementos da cultura dominante para reelaborá-los, ligá-los de modo diferente, até fazê-los assumir significado diferente ou mesmo oposto, mas se conservando, no conjunto, no terreno indicado pela cultura hegemônica.*” (Gruppi,1978:92).

Esse processo se torna possível porque as instituições sociais existentes não se originaram, em sua totalidade, do domínio burguês. Dessa forma,

*“Não só podem neutralizar ou remarcar o sentido funcional de certas instituições, antes aparatos ideológicos do Estado, como criar novas instituições que sejam instrumentos para a elaboração da sua hegemonia, ao mesmo tempo em que situam e isolam o aparelho estatal, tornando viável sua apropriação. De certo modo, nesse processo, a classe operária forja as superestruturas do seu poder futuro, que assim se antecipam ao seu domínio, e o cumprimento dessa condição se faz necessário para seu triunfo enquanto classe.” (Gruppi, 1978:XIV).*

Ou seja, a construção de uma nova sociabilidade demanda o confronto entre a tradição (estrutura simbólica que traz plasmado em si a ideologia hegemônica) e a nova situação proposta pela práxis coletiva do MST.

Nessa perspectiva, pode-se observar a práxis do MST como uma agência pedagógica que busca alterar os padrões de relacionamento dos assentados com a propriedade da terra, provocando uma reformulação nessas categorias ideologicamente hegemônicas, construídas pela burguesia, caracterizando-a como um espaço de trabalho conquistado na luta que estimula a organização de outros trabalhadores para a conquista de outros territórios, em contraposição à concepção da terra como meio de produção para a geração de capital através da exploração do trabalho alheio.

A realização dessa intenção é operada através de diversos mecanismos de mediação entre a ideologia do MST e a cultura dos assentados, pois “Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de transformação das consciências” (Vasquez: 1917:207). Entre os instrumentos que podem ser verificados no cotidiano dos assentamentos encontram-se as palavras de ordem, as músicas, a pedagogia da terra, os símbolos e a mística.

**Palavras de Ordem:** A linha política elaborada pelo Movimento é alicerçada em uma análise da conjuntura política que focaliza, especialmente, a situação da questão agrária brasileira com a identificação dos movimentos do capital no campo, as definições políticas dos governos acerca da política econômica e agrícola e as condições de luta. Definida nos encontros nacionais, a linha política é materializada em palavras de ordem

que sintetizam a orientação política para aquele período. Dessa forma, as palavras de ordem expressam a relação entre a práxis do MST e as situações conjunturais vivenciadas no país ao longo destes 24 anos de história do Movimento. Demonstra, assim, que por ser construída com base na necessidade de responder a situações concretas, a práxis do MST expressa profunda vinculação com as condições políticas, econômicas e socioculturais do país em cada momento.

Desde os primeiros congressos do MST, em 1984, quando a bandeira de luta era *“Terra para quem nela trabalha”*, o movimento identifica-se com as representações camponesas, o que aparece com frequência nas entrevistas dos assentados. Já a partir de 1985, quando se enfatizava a necessidade de luta para a aquisição da terra, a palavra de ordem *“Terra não se ganha, terra se conquista”* demarcava uma postura, frente ao Estado, de negação da posse da terra como dádiva, e sua afirmação enquanto um direito. Essa ênfase na luta para a conquista da terra está presente nas palavras de ordem mais pronunciadas nos assentamentos estudados: *“MST, essa luta é pra valer”*, *“Reforma Agrária quando? Já!”*, *“Che, Zumbi, Antônio Conselheiro. Na luta por justiça, nós somos companheiros.”*. As exortações coletivas ocorrem, geralmente, durante as assembleias ou na ocasião de outras atividades do Movimento nos assentamentos.

**Músicas:** Os aspectos estético e lúdico presentes na música, fazem dela um importante instrumento de identidade, pois comunica conteúdos e significados através da emoção provocada pela arte. Isso se verifica, por exemplo, quando alguns assentados ao se referem a posição do MST sobre determinado assunto, cantarolarem trechos de música do Movimento. O contato com essas músicas ocorre tanto nas atividades políticas (assembleias, durante a ocupação, nas caminhadas e marchas) quanto em momentos festivos. As músicas mais conhecidas são:

*“Só, só sai,  
Só sai reforma agrária,  
Com a aliança camponesa e operária.  
Nossa primeira tarefa é ocupar,  
Toda terra produtiva nós queremos trabalhar.  
Nossa segunda tarefa é resistir,  
Entrar bem organizado e lutar pra não sair.  
Nossa terceira tarefa é produzir,  
No trabalho coletivo, colher muito e repartir.”  
(Só sai)*

*“E assim já ninguém chora mais,  
Ninguém tira o pão de ninguém,  
O chão onde pisava o boi,  
É feijão e arroz,  
Capim já não convém”  
(Assim já ninguém chora mais)*

*“Arroz deu cacho e o feijão floreceu,  
Milho na palha, coração cheio de amor.  
Povo sem terra fez a guerra por justiça,  
Visto que não tem preguiça,  
pra dar.”*

*Esse povo vai pegar,  
Cabo de foice, também cabo de enxada,  
Pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar  
Com sacrifício debaixo da lona preta,  
Inimigo fez careta,  
Mas o povo atravessou,  
Rompendo a cerca que cercam a filosofia  
De ter paz e harmonia,  
Para quem planta o amor.  
(Floriô)*

*“Quando chegar na terra,  
Lembre de quem quer chegar,  
Quando chegar na terra,  
Lembre que tem outros passos*

*(Quando chegar na terra)*

**Pedagogia da Terra:** Consiste numa proposta de educação vinculada à experiência de luta do Movimento. O incentivo à participação dos jovens e crianças nas atividades do MST, está relacionado a uma compreensão da educação como processo de formação para a vida. Nesta perspectiva, o Movimento apresenta-se como um princípio pedagógico, segundo o qual os acampados e assentados, através da participação nas atividades, adquirem conhecimentos sobre a forma de estruturação da sociedade e constrói instrumentos de organização e luta para a transformação da sociedade. O setor de educação do Movimento vem realizando algumas ações no sentido de garantir que a educação ofertada nos acampamentos e assentamentos se oriente por essa perspectiva. Integra este esforço a instalação de cursos de formação de pedagogos em parceria com a UNEB, a realização de Encontros estaduais de educadores do MST e a elaboração de material didático sobre a história do Movimento como o livro “A História da Luta pela Terra e o MST”.

As dificuldades em concretizar essa proposta estão relacionadas ao vínculo frágil dos professores com a luta do MST, pois esses são encaminhados aos assentamentos pelas prefeituras e a sua obrigação, decorrente do vínculo empregatício, é a de realizar as atividades planejadas a partir da concepção pedagógica das secretarias municipais de educação. Soma-se a isso, a origem dos professores, muitas vezes oriundos e/ou residindo na cidade, têm dificuldades em realizar um trabalho específico voltado para área rural.



**Símbolos:** Os símbolos do MST sintetizam aspectos da sua práxis e reforçam a identidade dos assentados com o Movimento. O hino<sup>45</sup> é cantado no início de todas as assembleias realizadas nos assentamentos pesquisados e são acompanhados por palavras de ordem ao final. A postura dos assentados ao cantar o hino demonstra o seu profundo respeito pelo MST. A bandeira do Movimento, hasteada nos assentamentos, demarcam uma área conquistada na luta, sendo encontrada também nas salas de várias casas no assentamento São Sebastião de Utinga. Os símbolos são impressos também em bonés e camisas utilizados pelos assentados.

**Mística:** é um ritual simbólico construído com base na utilização de cânticos, animações, encenações, palavras de ordem, utilizada como instrumento de conscientização e unificação da base com os valores do Movimento, buscando motivá-la para a luta. Utilizando-se de linguagem simbólica, o MST reforça a identidade sem terra ligando elementos da cultura camponesa com os conteúdos da sua práxis. Para Bogo, a mística teria por objetivo “*transformar corações e mentes no seio da luta*”. Um estudo realizado por FARIAS (2004) indica a potencialidade da mística enquanto unificadora do movimento e os seus limites na medida em que os mecanismos racionais da comunicação são substituídos pela linguagem simbólica, o que poderá levar a minimização da compreensão racional do mundo, questionando a profundidade da absorção pelas bases do discurso ideológico dos rituais místicos elaborados pelas lideranças. Nas místicas apresentadas no XII Regional do MST na Chapada, os aspectos relevantes da práxis do Movimento foram ressaltados (combate ao latifúndio, à monocultura, à degradação ambiental e a compreensão da importância da educação, saúde, cultura, comunicação e produção como objetivos a serem perseguidos nos acampamentos e assentamentos do MST). (Foto 11)

**Ocupação:** O trabalho de base, passando pela ocupação e o cotidiano dos acampamentos são momentos cruciais para a formação da identidade sem terra, pois é quando os militantes realizam o trabalho de organização e formação política da base com o intuito de elevar ao nível reflexivo as motivações que a levaram a entrar na luta pela terra. Neste momento, a dificuldade não é a de agregar pessoas para a luta pela

---

<sup>45</sup> O hino do MST foi escolhido no 5º Encontro Nacional, realizado entre 27 de fevereiro a 3 de março de 1989 no município de Sumaré (SP) O autor seria o poeta catarinense e militante radicado na Bahia Ademir Bogo.

terra, mas a construção de uma identidade e a conscientização política do significado dessa luta.

*“Quando você vai pra uma reunião de base, o que tá na cabeça do indivíduo é um pedaço de terra. É isso que mobiliza ele pra ir pra uma ocupação, pra um acampamento, nada mais. Só depois, no processo de formação e da luta é que a gente vai mostrando que não é apenas a terra, mas a educação, a saúde, as condições para a produção, até chegar na construção do nosso projeto de sociedade que é a substituição desse modo de produção que é o capitalismo.” (Jean, 2008)*

Assim, a transformação das famílias começa com o próprio ato de ocupar a terra e reforça-se pela experiência da vida coletiva no acampamento. O ato de romper a cerca e pisar na terra, considerada “alheia” na visão hegemônica da sociedade, que vê a propriedade privada como algo intocável representa uma primeira reflexão sobre o significado da propriedade da terra.

A ocupação é uma ação prática baseada numa carência objetiva (falta de terra, de trabalho, de comida) e na convicção forjada na luta de que há legitimidade em tal ato. Ela apresenta assim, uma potencialidade pedagógica. Isto porque a contrariedade do postulado legal do direito burguês de não violação da propriedade privada, a partir da contraposição do legítimo ao legal, pode ser encarado como um elemento embrionário de desafio à ideologia dominante que pode desenvolver-se dependendo do trabalho de formação política a ser realizado junto a esses trabalhadores e as situações concretas de enfrentamento destes com os proprietários de terra, que possibilite desvendar a natureza burguesa do Estado, especialmente do Direito e visualizar os inimigos de classe. (Claudinei Coletti, 2003). A exploração dessa potencialidade deve ser desenvolvida no acampamento.

É claro que a capacidade do MST de acenar uma mudança revolucionária não depende, somente, das características organizacionais do próprio Movimento. Muito importante também são as condições dentro das quais ele opera.

Embora seja a principal estratégia de luta, a ocupação não é uma prática exclusiva do MST: *“É um contínuo na história do campesinato”* (Fernandes, 2004:278). Mas o

significado e a forma como se realiza expressa uma especificidade do Movimento. Pois, a ocupação para o MST é um ato político não estreitamente vinculado à conquista daquela determinada área, mas a luta para o assentamento de famílias e pela reivindicação das demandas dos acampados e assentados, como nas ocupações de prédios públicos. Assim, o MST tem mobilizado um conjunto diversificado de ações que buscam ampliar o seu espectro de abrangência para além dos contextos locais onde se travam as lutas mais diretas por terra.

## **9.2 - A hegemonia e os intelectuais.**

Como um dos aspectos essenciais da hegemonia é a direção intelectual e moral, os intelectuais<sup>46</sup>, considerados por Gramsci como funcionários da superestrutura, assumem um papel preponderante, pois são apresentados como os responsáveis pela organização das massas, pela elaboração da concepção de mundo da classe e pela atração que devem suscitar nas demais camadas de intelectuais. Tal formulação de Gramsci não corresponde a uma interpretação idealista da história, mas reflete sua concepção do intelectual como o agente que realiza a síntese essencial entre teoria e prática, que dirige o grupo imputando a ele um conjunto ideológico que o unifica e o põe em ação.

Dessa forma, a formação de um bloco histórico impõe a disputa pelo apoio e a adesão dos intelectuais, bem como a formação de “intelectuais orgânicos”<sup>47</sup> no interior do bloco histórico de forma a possibilitar às classes dominadas a disputa no terreno ideológico do poder político e da direção cultural da sociedade.

O MST tem demonstrado preocupação em fomentar o surgimento de intelectuais orgânicos. O modelo de organização implantado nos acampamentos e assentamentos, constituindo-se a partir dos grupos de família e setores de atividade, constitui-se em esforço para a formação dos militantes, associado aos cadernos e aos espaços de formação de novos quadros dirigentes (ocupações, acampamentos, etc).

---

<sup>46</sup> Demonstrando que todo intelectual mantém um vínculo mais ou menos estreito com uma determinada classe, coloca a propalada independência dos intelectuais como ideologia.

<sup>47</sup> Esse vínculo é orgânico quando o intelectual se origina da classe que representa

A função dos intelectuais<sup>48</sup> de promover a homogeneidade da base tem sido uma das principais dificuldades do movimento, pois o processo de formação de novos quadros não acompanha o ritmo do processo de luta. Assim, o movimento encontra-se obrigado a responder em duas frentes: na dinamização da luta pela terra com a intensificação das ocupações de terra, momento em que investe na formação política da base; e no acompanhamento dos assentamentos que, devido a insuficiência de quadros, é prejudicado, impondo limites ao seu objetivo de alterar a relação dos assentados com a propriedade da terra, à medida que o contato com o conteúdo da práxis do Movimento restringe-se às episódicas atividades promovidas (marchas, encontros, assembleias).

Por outro lado, as ocupações e os acampamentos são espaços importantes para a construção do MST, já que, nesses momentos, surgem novos militantes formados no processo de luta e nos cursos de formação oferecidos pelo MST à sua militância.

*“Num acampamento tem muita gente, num assentamento também, então geralmente vai despontando aquelas pessoas, que tem mais disposição pra ajudar a organizar e a resolver os problemas que vão aparecendo no dia-a-dia, problemas que são normais, e que a própria convivência da comunidade vai surgindo, dependente da nossa vontade e as pessoas que vão despontando para resolver, pra ajudar, que tem vínculo com o povo, que tem o respeito do povo. Então essas pessoas despontam, a gente identifica e conseqüentemente dá tarefas para essas pessoas, e resolvendo e atuando nos setores do Movimento pelo perfil da pessoa você descobre qual o setor que ela desempenha mais, nos trabalhos de base ou nas ocupações de terra, então estas pessoas você descobre por esses perfis, por essa atuação e depois você encaminha pra cursos pra ela se qualificar, principalmente pra ela se tornar militante, dirigente” (Jean, 2008)*

Em função dos desafios atualmente colocados pela ampliação da sua base social e pelas dificuldades na gestão dos territórios conquistados, o MST tem investido muito na formação dos militantes com a implantação de cursos formais de Gestão de Assentamentos, Agronomia, Pedagogia da Terra, Letras e Técnica Agrícola que, em

---

<sup>48</sup>“Por “intelectuais” deve entender-se não apenas aqueles grupos vulgarmente reconhecidos como tal denominação, mas em geral todo o extrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, quer no campo da produção, quer no da cultura, e no político-administrativo.” (nota de rodapé do livro Gramsci: obras escolhidas, o ressurgimento: 125)

parceria com a UNEB, já formou XX pessoas. Além dos XX militantes da Regional que participam destes cursos, existem outros três sendo formados em outras instituições: uma assentada de Boa Vista do Tupim faz parte de uma turma de militantes que o MST enviou para Cuba para estudar Medicina; o dirigente nacional pela Bahia que atua na Chapada, estudo no curso de Direito da Universidade Federal de Goiás; e um militante do grupo cultural de jovens “Estrela da Juventude” do assentamento São Sebastião de Utinga, passou em 4º lugar para estudar Música na Universidade Federal do Piauí.

## **10 - HÁBITUS E TERRITORIALIZAÇÃO**

A práxis do MST ao possibilitar a participação de camponeses e trabalhadores rurais sem terra nas atividades políticas do Movimento (as ocupações, os encontros e as marchas) e em novas formas de organização (os grupos de famílias, as assembleias da associação, as brigadas), realiza processos de re-socialização. Esse processo, no entanto, ocorre sob a mediação do Hábitus dos assentados, que orienta a forma de apropriação dessas novas experiências, dimensionando o seu alcance no estabelecimento de uma determinada forma de relacionamento dos assentados com a propriedade da terra, como propõe à Práxis do MST.

*“Qualquer ação que tenha em vista opor o possível ao provável, isto é, ao porvir objetivamente inscrito na ordem estabelecida, tem de contar com o peso da história reificada e incorporada que, como um processo de envelhecimento, tende a reduzir o possível ao provável... a história reificada e incorporada opõe a sua resistência surda e dissimulada às atitudes e as estratégias reformistas ou revolucionárias...”*

*“...a presença do MST tenciona a construção desses espaços, confrontando-se com práticas e modos de ser enraizados historicamente nesses locais. (Ros, 2004:141)*

O *hábitus* como um conjunto de disposições permanentes que estabelece os esquemas de percepção e as categorias de classificação, orienta e organiza o comportamento. Por ser socialmente apreendido através da incorporação de estruturas simbólicas, mantém com o mundo social uma “*autêntica cumplicidade ontológica*”, e assim, possibilita um “*domínio prático das regularidades do mundo*”, mas conserva o seu papel na

elaboração dessas estruturas que lhe dão formato, sendo, também, um dispositivo gerador destas. Nos termos de Bourdieu, é uma estrutura estruturada e, ao mesmo tempo, uma estrutura estruturante. O *hábitus* seria então um:

*“...sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro”.* (Bourdieu, 1989: 23)

Enquanto sistema de disposições duráveis, o *hábitus* é matriz de percepção, de apreciação e de ação, que se realiza em determinadas condições sociais. É a análise dessas condições, apreendidas em um determinado “*campo*” que torna possível observar como o *hábitus* é produzido e orienta as relações estabelecidas neste espaço.

Com este conceito, Bourdieu busca relacionar a estrutura (condições objetivas) com os agentes (esperanças subjetivas) localizados em um *campo*, dando à prática a lógica do jogo, em que os agentes estabelecem estratégias de ação que contém uma racionalidade, mas não tem a razão como princípio.

O *hábitus* como algo socialmente construído, mas individualmente incorporado, seria o resultado do processo de interiorização da externalidade (a socialização como expressão da objetivação das subjetividades) e de externalização da interioridade (a ação individual como a subjetivação da objetividade).

Partindo desse esforço em estabelecer um equilíbrio entre o estruturalismo e as teorias da ação, Bourdieu elabora um “*Estruturalismo Genético*”, concebido a partir da análise dos diferentes campos, relacionados aos processos de formação das estruturas mentais dos indivíduos, ou categorias de percepção do mundo, que são, por sua vez, o resultado da incorporação das estruturas objetivas do espaço social.

A ação é realizada por indivíduos, mas as possibilidades dessa realização encontram-se objetivamente estruturadas pelo *hábitus*, (Ortiz, 1983:15) onde a prática se configura como uma:

*“...necessidade externa do encontro entre uma trajetória e um campo entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere.” (Bourdieu, 1989:70)*

A substituição do termo sujeito -entidade transcendental que na sua concepção carece de concreticidade - pelo de agente tem a intenção de reestabelecer a dimensão prática, criativa e inventiva da ação, que deixa de ser percebida como simples execução de regras pré-estabelecidas.

Por outro lado, na sua proposta de ruptura com as teorias estruturalistas \_que pressupõe a existência de uma entidade transcendente (a estrutura)\_ , preserva o que ele chama de *“modo relacional de pensar os fenômenos sociais”*.

A prática (a ação), seria então a conjunção do hábitus e sua adequação a uma situação, que ocorre no seio de um espaço que transcende as relações entre os atores, o *espaço social* (Ortiz:19).

Utilizando essa proposição, pode-se inferir que a sociabilidade dos assentados seria o resultado do confronto entre o hábitus \_que é a materialização das suas experiências anteriores (relações de trabalho, costumes, vivências, etc.) inscritas em um “campo” (o mundo rural)\_ com uma situação específica produzida pela práxis do MST, o assentamento, que demanda uma alteração no hábitus.

Na mesma linha, o assentado seria um agente que tem um hábitus informado pelas relações sociais que se opera em um dado campo e que, submetido à influência da práxis coletiva do MST (ação pretensamente transformadora), tem, supostamente, uma desestruturação no seu hábitus, à medida que a nova situação em que vive no assentamento e a condição em que se encontra (de assentado), lhe induz a reelaborar suas estruturas simbólicas no que se refere ao tratamento dado à propriedade da terra.

Considerando o Hábitus como uma disposição incorporada, quase postural, (Bourdieu, 1989: 61) adquirida pela imersão contínua e ininterrupta dos agentes em espaços de socialização, Bourdieu evidencia que as estruturas de um *habitus* logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos *habitus*. Dessa forma, o

estudo do campo ganha importância, pois é onde a prática, enquanto produto da “relação dialética entre uma situação e um hábitus”, pode ser mais bem compreendida.

Partindo deste pressuposto, a práxis do MST, inserindo nos assentamentos novas proposições, concretamente realizáveis nas suas ações e formas de organização, opera como uma nova agência de socialização, na perspectiva de provocar mudanças na relação dos assentados com a propriedade da terra. Esta intenção é confrontada com um conjunto de valores e práticas socialmente construídos no *campo* (o mundo rural), caracterizando o assentamento como uma *situação* que impõe uma desestruturação do hábitus.

Nessa direção, Ortiz questiona se o desajustamento entre o hábitus e a situação objetiva implicaria na revolta, ao passo que o ajustamento reforçaria a reprodução das condições sociais”. (Ortiz, 1983:50). O objeto desse trabalho seria então uma reflexão sobre o processo de desestruturação do hábitus.

Porém o próprio Ortiz pondera que se o hábitus comanda a estruturação do “novo hábitus”, demonstrando certa tendência à reprodução, torna difícil articulá-lo ao movimento de mudança social. O hábitus, enquanto mediação entre o agente social e a sociedade, estaria assim envolvido em um ciclo de reprodução.

Essa tendência fica evidenciada quando Bourdieu, para fugir das teorias da ação e visando destacar a longevidade do hábitus como algo que persiste à ação dos indivíduos, faz o conceito tomar o formato de uma estrutura sedimentada. Dessa forma, ainda que conservando a capacidade fundamental de apreender aspectos formativos das relações sociais, cria dificuldades para a identificação da subjetividade, que se configurou como seu objetivo inicial no diálogo com o estruturalismo.

Encontram-se, então, no seu pensamento, lacunas para a compreensão das formas de ação direcionadas à transformação das estruturas econômicas e/ou simbólicas. Pois, o hábitus dá conta apenas do que é hegemônico, dificultando a captação do movimento de construção de uma contra-hegemonia, como propõe Gramsci.

*“O hábitus tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram.”* (Ortiz, 1983:15)



As contradições que podem ser identificadas na teoria de Bourdieu, que mantém um inegável vigor para a pesquisa empírica, derivam da sua intenção em operar uma reintrodução dos agentes, sem construir uma teoria da ação ou cair nas teorias da consciência.

Conservando ao mesmo tempo alguns princípios do estruturalismo, ele busca construir um diálogo entre as diferentes escolas sociológicas, pretendendo com isso superar o que ele chama de “*falsas oposições*”, denunciando que a propalada crise da Sociologia seria, na sua concepção, uma crise de ortodoxias e não de paradigmas.

Utilizando o sentido do jogo, onde os agentes se situam e atuam criativamente a partir de estratégias num determinado espaço social (conceito que substitui a estrutura), tendo sua ação orientada pelo hábitus (estrutura simbólica), Bourdieu não destaca que a posição que os diferentes agentes se encontram não é produto de livre escolha, o que limita as suas estratégias.

Gramsci assume também a ação dos sujeitos enquanto estratégias, porém as relaciona à ação das classes que, situadas numa relação de antagonismo, procuram construir sua hegemonia econômica, política e cultural. Pois, para ele não é suficiente uma sociologia baseada no estudo do cotidiano e dos valores, pois apenas informaria o real fragmentado, considerando fundamental a vinculação desses elementos essenciais à compreensão da produção de uma concepção de mundo, de uma hegemonia moral e intelectual, dos meios de ‘direção social’, partes, portanto, constitutivas do poder

O que é fundamental no trabalho de Gramsci é a sua ênfase nos aspectos subjetivos da ação e na importância fundamental atribuída ao sujeito na construção da história, a partir do destaque dado à práxis. Suas proposições possibilitam uma compreensão dos diversos canais responsáveis pela manutenção e reprodução da dominação burguesa, assim como, e é essa a sua intenção, indicam alternativas para uma práxis revolucionária.

Suas análises buscam abarcar a conquista do poder e o seu exercício (antes e depois) e prescrever ações necessárias à construção da hegemonia: formação de uma rede de alianças, a reforma intelectual e moral, a afirmação da necessidade da práxis política

para a transformação da infraestrutura e da construção de uma concepção do mundo nova e unitária construída a partir da práxis política.

Demonstrando a mesma preocupação de Gramsci, de dar visibilidade aos aspectos subjetivos da ação, Bourdieu, ao contrário do primeiro, não assume o modelo que pressupõe a colocação de instâncias na forma infraestrutura/superestrutura, ou modo de produção/formação social, por minimizar, segundo ele, o poder de constituição das estruturas simbólicas que nesses termos fica reduzida a reflexo das estruturas econômicas.

Articulando o conceito de hábitos às proposições gramscianas sobre a construção da hegemonia social, identifica-se que ele seria o resultado da disputa de hegemonia, como expressão do impacto exercido pelos mecanismos objetivos e subjetivos através dos quais se exercem os efeitos de imposição simbólica.

Sobre isso, Bourdieu admite que: *“Se as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.”* (1989:142). Pois, o *“poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder”* (Bourdieu, 1989:15)

Observando que os objetos não se encontram isolados, retirando suas propriedades fundamentais do conjunto de relações internas e externas que desenvolvem, Bourdieu formulou a noção de campo como um instrumento de pesquisa cuja tarefa é *“pensar relacionalmente”*. (64 e 27 Poder Simbólico). Pois, *“O conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes.”* (Bourdieu, 1989:136)

O campo é o lócus da estruturação e solidificação das práticas e atitudes consideradas válidas, onde os detentores do maior volume do tipo de capital constituinte daquele campo atualiza o poder no seu interior através da conservação do hábitos.

Isso permite caracterizar o hábitus como produto do jogo de forças observado no interior de um campo. Então, o hábitus pode ser considerado como a manifestação concreta do hegemônico (expressão de Gramsci). Pois, mesmo o campo sendo possuidor de certa autonomia relativa, relacionada aos processos específicos que orientam a constituição e manutenção das relações em cada campo, ele tende a expressar a dinâmica do espaço social<sup>49</sup>.

Ao introduzir no interior dos assentamentos outras referências de comportamento e ação social, o MST estaria construindo o que Bourdieu denomina de *poder simbólico*

*“a habilidade para conservar ou transformar a realidade social pela formação de suas representações, isto é, pela inculcação de instrumentos cognitivos de construção da realidade que escondem ou iluminam suas arbitrariedades inerentes”. Já que “O poder simbólico só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.” (Bourdieu, 1989: 14)*

A ação dos assentados é compreendida aqui como o resultado do confronto entre a história objetivada (a práxis) e a história incorporada (o hábitus), onde o segundo se coloca como a manifestação de uma ordem reproduzida cotidianamente dentro dos parâmetros hegemônicos e a primeira enquanto ação transformadora que busca desestabilizá-lo e alterá-lo.

O campo se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social” (Ortiz P 21). O MST enquanto movimento social que possui um formato organizativo hierarquizado, onde as posições no seu interior são definidas em função da identificação nos seus membros de determinados atributos importantes para a construção e manutenção do Movimento, pode ser considerado como integrante do que Bourdieu chama de *campo político*.

A análise da trajetória dos quadros do MST no Estado e a observação do processo de formação dos militantes e das relações no interior dos assentamentos do MST, indicam que a participação na luta, a capacidade de liderança, a resolutividade na execução de

---

<sup>49</sup> Espaço social como um “... espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica”.

tarefas, a disciplina quanto a observância das deliberações das instâncias do Movimento e a dedicação à Organização são elementos que formam um capital social que credencia os acampados e assentados a se inserir como quadros do MST.

*“Num acampamento tem muita gente, num assentamento também. Então geralmente vai despontando aquelas pessoas, que tem mais disposição pra ajudar a organizar e a resolver os problemas que vão aparecendo no dia-a-dia...que tem vínculo com o povo, que tem o respeito do povo. Então essas pessoas despontam, a gente identifica e conseqüentemente dá tarefas para essas pessoas irem resolvendo e atuando nos setores do Movimento. Pelo perfil da pessoa você descobre qual o setor que ela desempenha mais, nos trabalhos de base ou nas ocupações de terra. Então estas pessoas você descobre por esses perfis, por essa atuação e depois você encaminha pra cursos pra ela se qualificar, principalmente pra ela se tornar militante, dirigente.” (Jean:2008)*

Assim, um acampado que apresenta disposição e capacidade de resolver problemas e desempenhar tarefas, vai adquirindo um quantum que se transforma num capital social reconhecido e legitimado, garantindo a ele posições no interior do campo: primeiro como coordenadores de grupos de família, de setores dentro das áreas, coordenadores das áreas, de brigadas, de Regionais ou de Coletivos Estaduais, até o posto mais alto: membro da Direção Estadual.

O encontro entre o seu hábitus anterior e a situação criada durante o processo de formação do assentamento (ocupação, acampamento, apresentação de pautas de reivindicação, etc), mediada pela práxis do MST, faz surgir um novo habitus, o habitus do militante com uma visão de mundo, formas de comportamento e linguagem diferenciada.

Em certa medida, esses elementos são também identificados nos assentados, sobretudo naqueles que participam com maior assiduidade das atividades do MST. A participação na luta, por exemplo, aparece como um elemento de distinção, que orienta a posição e as relações dos assentados nas assembleias ou na disputa por um lote de terra surgido após desistência de um assentado, como foi identificado nos assentamentos estudados. Vimos então que o hábitus adéqua a ação do agente à sua posição no campo.

Apreender o MST, que atua no *campo rural*, como integrante do *campo político* permite observar que o hábitus do assentado submetido à práxis do Movimento se localiza entre dois campos \_ o rural e o político.

Nessa perspectiva, os interesses ou as estratégias que governam as ações dos agentes podem ser observados a partir da posição que esses estão no campo considerado (direção, militância e base social) que expressam, por sua vez, diferentes graus de incorporação da práxis do MST.

*“Os projetos e objetivos de cada um deles se difere bastante. O projeto da direção é de médio e longo prazos: através da conquista de assentamentos pretende imprimir transformações no cotidiano, para criar o homem novo e a mulher nova, mudando a sociedade, levando-a ao socialismo. A militância é composta de funcionários que fazem carreira dentro do MST, e visam cada um seu próprio espaço, pretendendo chegar à direção. Quanto à base, composta por pessoas que já conseguiram o assentamento, a preocupação reside principalmente em encontrar os melhores meios de permanecer na terra conquistada.” (Poker, 2003)*

Considerando a propriedade da terra como o capital social constituinte do campo rural, que orienta as posições dos agentes e a relação entre eles, cabe observar que, antes de ser assentado, essa base social, que se insere na luta a partir da reação a uma determinada inscrição no *campo rural*, como *sem terra* \_cujo hábitus era formado pelas diferentes formas de relação com a terra: como meeiros, arrendatários, posseiros, trabalhadores rurais, filhos de pequenos proprietários ou pequenos proprietários com terras insuficientes para sobreviverem\_, quando conquistam um lote num assentamento, passa a ter uma determinada relação com a propriedade da terra, sendo seu hábitus um resultante dessa nova posição no campo rural \_ de “proprietário” de um pedaço de terra.

Essa relação, no caso específico dos assentados submetidos à práxis do MST é orientada por uma práxis que traz um significado para a propriedade da terra, muitas vezes, estranha à percepção que o *campo rural* lhe atribui.

Segundo este instrumento teórico, os possuidores do maior volume do capital constituinte daquele campo, adquire o poder de nomeação e atribuição, influenciando na distribuição do capital e na posição dos agentes, ou seja, na conservação do campo.

Nessa perspectiva, já que o *hábitus* está associado a um campo relacionado e não ao *espaço social*, mudanças observáveis se restringem a alternância dos indivíduos na posse do capital e nas posições de poder correspondentes. Assim, não é possível, através desta noção, localizar o processo de alteração da estrutura de poder do próprio campo.

O conceito de práxis, por outro lado, indica que, é a ação organizada de uma classe, orientada no sentido de questionar a distribuição desse capital social \_ a propriedade da terra, e por meio da formulação de estratégias de ação \_ a ocupação e outras formas de luta\_ que uma nova posição no interior desse campo é conquistada.

Observa-se assim que, ao contrário da normatização do campo rural, onde o acesso à terra se dá em geral pela compra e/ou pela herança, a práxis do MST (assim como os demais movimentos de luta pela terra existentes na história do país) institui a luta organizada como mecanismo de acesso à propriedade da terra.

### **10.1 - Hábitus, Práxis e Classe**

A lógica da distribuição de diferentes tipos de capital dá a dimensão do campo de forças em que estão inseridos os agentes que, a partir do volume de capital social que possui, produz seu hábitus de classe, condicionando, a partir das suas categorias de percepção, o modo de ordenamento de suas práticas.

*“O capital \_ que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido\_ representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre o conjunto de rendimentos e ganhos.” (Bourdieu, 1989: 134).*

Em função da posição que elas ocupam nesse espaço muito complexo, pode-se compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão se pensar com membros de uma classe. Para Bourdieu, a noção de espaço social associado ao seu conceito de classe tem a pretensão de acabar “... com a ilusão

*intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado” (1989:134)*

Na elaboração do seu conceito de Classe Social demarca mais um momento de ruptura com o marxismo, pois, apesar de considerar que a gênese das classes se dê a partir do plano econômico, não considera este o elemento definidor de suas práticas, sendo, portanto, o lugar ocupado pelos agentes no espaço social, mediante a propriedade de diferentes tipos de capital. Concebe-a como:

*“um conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocadas em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, tem, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes.” (1989:136).*

Bourdieu parece reconhecer a classe apenas quando em movimento, sendo sua ação uma espécie de aritmética de capitais, informada pela *“concorrência pelo monopólio das competências consideradas”* nos campos (1989:12). Gramsci mantém a concepção marxista de definir a classe pelos termos da relação dialética produzida pelo capital<sup>50</sup>

Bourdieu considera que a luta de classe tem uma objetividade, mas que é, sobretudo, simbólica. Vale destacar, no entanto, que as lutas simbólicas não podem ser descoladas ou independentes da luta econômica e política, pois ele mesmo afirma que há uma *“cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico.”* (Bourdieu, 1989:152)

A validade dessa construção teórica só se completa com a discussão sobre como determinados elementos que formam um capital reconhecido no campo como válido é construído e, por isso, constituem-se em transmissores de poder. O que permite que determinados elementos se configurem como importantes ou não, sendo, dessa forma, perseguido pelos agentes como forma de garantirem destaque?

---

<sup>50</sup> Relação social entre os donos dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho.

## 11 - Territorialidade

Este estudo compreende a práxis do MST como ação de classe que, na disputa pela hegemonia social, busca constituir-se como uma agência pedagógica capaz de construir um novo hábitus. Nessa construção, busca demarcar a territorialização do Movimento, através da constituição de uma relação com a propriedade da terra diferenciada da forma burguesa.

Para Fernandes a territorialização é um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. No campo, ela ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que tem se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa, onde a territorialidade do capital promove a desterritorialização do campesinato e vice versa. (Fernandes, 2004: 273/274).

Assim, o território aparece como uma expressão concreta da luta de classes e a constituição dos assentamentos do MST, enquanto lutas por frações do território, representa o processo de “territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração.” (Fernandes, 2004: 278)

Enquanto efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção da sua existência, o território expressa a síntese contraditória do modo de produção/distribuição/circulação e consumo e suas mediações políticas, culturais e simbólicas. (Lefebvre citado por Oliveira). Na construção do território está presente assim, simultaneamente, processos de construção, destruição, manutenção e transformação (Oliveira, 2004).

No Brasil, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório, pois, à medida que avança, introduz relações especificamente capitalistas como o trabalho assalariado – desterritorializando os trabalhadores, ao mesmo tempo que produz, contraditoriamente, as relações de produção camponesa como a exploração familiar da terra – criando condições para a sua re-territorialização.

Nesta lógica, a configuração territorial brasileira retrata o processo histórico de “...territorialização, desterritorialização e re-territorialização da classe trabalhadora no



Brasil, que envolve o campo e a cidade” (Oliveira, 2004:12). Essa tese da “*recriação camponesa no interior do capitalismo*”<sup>51</sup> destaca, no entanto, que a produção camponesa, geralmente desenvolvida nos tipos de produção agrícola pouco atrativa à geração de capital (como a produção de alimentos para abastecimento interno), aparece submetida ao movimento do capital.

Assim, a ausência da produção capitalista em um determinado território, encobre outra forma de hegemonia do capital sobre ele. Pois, mesmo quando a produção camponesa se territorializa, o capital continua a monopolizar a relação desse território, através da subordinação da produção camponesa aos movimentos de acumulação do capital, processo em que “*o capital monopoliza o território, sem, no entanto, se territorializar*”.

Para Bastos, as transformações na estrutura da produção agrária produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo não tiveram como resultado a destruição do campesinato e de certas relações de produção não capitalistas.

*“Pelo contrário, a produção camponesa foi recriada. Isso se constitui numa válvula de escape às tensões sociais decorrentes da inabsorção dos excedentes de força de trabalho em regiões de ocupação antiga. Doutro lado, em outro momento de sua expansão, o capitalismo precisa destruir esse mesmo campesinato por ele recriado. Surgem, então, tensões que podem traduzir-se em conflitos, expressos em movimentos sociais. (Bastos, 1984:11)*

*O campesinato, como classe social inserida na sociedade capitalista de forma subalterna, é caracterizado por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. (Marques, 2004:151).*

A interpretação da “*recriação do campesinato no interior do capitalismo*” se contrapõe as outras duas vertentes de explicação sobre a realidade rural brasileira: de um lado, aquela que explicou a luta dos camponeses contra o latifúndio como a expressão do avanço da sociedade na extinção do feudalismo, onde a reforma agrária é compreendida como instrumento de avanço do capitalismo no campo<sup>52</sup>; e de outro, aquela que considera que o campo brasileiro sempre se desenvolveu sob a perspectiva capitalista e que os camponeses seriam um resíduo social que seria extinto pelo avanço do

---

<sup>51</sup> Além de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, podem ser associados a essa tese Rosa Luxemburgo, Samir Amin, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann (Ariovaldo Umbelino de Oliveira: 36)

<sup>52</sup> Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Inácio Rangel.

capitalismo no campo. Pois, à medida que os camponeses tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas, tornando-se, conseqüentemente, proletários<sup>53</sup>. Orientadas pela percepção da sociedade capitalista como uma composição de duas classes - a burguesia e o proletariado (trabalhadores assalariados) - não haveria, na concepção dessas vertentes, lugar histórico para os camponeses na sociedade capitalista. (Oliveira, 2004: 34/35)

Mais recentemente, na década de 1990, surge a corrente do *paradigma do capitalismo agrário* que se contrapõe àqueles que destacam a impossibilidade da resolução da questão agrária brasileira sob o capitalismo. Tendo Abramovay (1992) como um dos principais representantes, este paradigma defende que através do mercado e por meio da intervenção do Estado com políticas públicas direcionadas à integração dos camponeses nos movimentos do capital, o problema agrário brasileiro seria solucionado.

Fernandes aponta a influência desta corrente entre as forças políticas do Brasil, tanto de direita como de esquerda, o que tem resultado na definição atual da reforma agrária como política compensatória, já que, por esta concepção, sua vinculação ao processo de desenvolvimento nacional teria perdido a validade histórica (Fernandes: 286). No entanto, a ausência da reforma agrária na pauta prioritária do país deve ser explicada também, pela importância que o agronegócio assume para a sustentação da opção de crescimento econômico definida para o Brasil, garantida pelo poder econômico e político desse segmento. Germani (2001:134) destaca que para tornar-se realidade, ante a força dos que a ela se opõem, a reforma agrária “*Não deve ser somente a reivindicação de uma classe, mas o desejo de uma parte significativa da sociedade.*”<sup>54</sup>

Observa-se, assim, que as diferentes perspectivas de explicação da realidade agrária brasileira atrela a reforma agrária a distintos projetos de desenvolvimento nacional. No Brasil, o eixo dinâmico do sistema capitalista estava no campo ligado à agricultura de exportação moderna, tendo o seu perfil econômico alterado a partir de meados dos anos 50, no sentido do capitalismo industrial.

---

<sup>53</sup> Kautsky, Lênin, Caio Prado Jr, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Conceição D’Incao, José Grasião da Silva, Ricardo Abramovay, Ruy Moreira, Paulo Alentejano.

<sup>54</sup> Reforma Agrária, Ações Públicas e Movimentos Sociais. Cadernos de Geociências.

Deve-se admitir, em contraponto aos que buscaram caracterizar a realidade agrária brasileira como pré-capitalista, que a dinâmica dos aspectos agrários, inclusive o latifúndio e a luta pela reforma agrária, só pode ser compreendida como o resultado do capitalismo brasileiro, do seu caráter dependente e concentrador, que para o seu desenvolvimento precisou garantir a permanência e a reprodução de relações não propriamente capitalistas, porém subordinadas às leis gerais da acumulação do capital.

É com este entendimento que Antônio Thomas Jr. defende que, no Brasil, o campesinato, categoria interior da classe trabalhadora, *é um sujeito social nascido das contradições do capital e, simultaneamente, cunhado nas lutas dos movimentos sociais*". (Oliveira, 2004: 36). Compartilhando esse argumento, José de Souza Martins defende que *"O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista atual do país"* (Martins, 1981:16).

Como não houve, no desenvolvimento capitalista brasileiro, uma alteração radical nas relações sociais de produção existentes no campo, a luta pela reforma agrária, que em alguns países fez parte do processo de revolução democrático-burguesa, aparece aqui como demanda de um sujeito histórico que a associa à luta pela construção do socialismo. Para Plínio de Arruda Sampaio (2004:332) o sujeito dessa reforma agrária é aquilo que restou da penetração selvagem, perversa e desordenada do capitalismo no campo brasileiro.

Isto porque, a Lei de Terras, como resposta das classes proprietárias do Brasil à ameaça de futura falta de mão de obra devido à interrupção do tráfico de escravos, foi o instrumento utilizado para impedir o acesso à terra dos ex-escravos e camponeses pobres, garantindo com isso, o controle sobre àqueles que poderiam pagar por ela. Assim foram criadas as condições para o desenvolvimento do capitalismo no campo, com a conseqüente formação de um contingente de trabalhadores sem terra, dependentes, para sobreviver, da venda da sua força de trabalho.

Instituída a partir dessa legislação, o monopólio da terra através da relação de propriedade adquirida por meio da compra, realiza uma das condições fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, que a submissão da força de trabalho ao capital, através do trabalho assalariado. Nesse sentido, nas condições históricas brasileiras, o

latifúndio não se constituiu em um obstáculo ao desenvolvimento do capital, mas sim um dos seus componentes.

A reforma agrária, então, considerada por alguns como uma luta não propriamente socialista, uma vez que esteve associada em outros países à dinamização do capitalismo, ao atingir um meio de produção – a terra, que está na raiz das estruturas de poder do país, traz consequência para as relações sociais decorrentes da quebra desse monopólio.

*“...a luta pela terra tem esse aspecto ofensivo, na medida em que, a rigor, coloca em questão a propriedade dos meios de produção, o que, numa sociedade capitalista, constitui-se num projeto potencialmente revolucionário.” (Sérgio Silva apud Bastos, 1984:29)*

Essa discussão permite observar o caráter ambíguo que a luta pela terra pode assumir, pois através dela o camponês busca impedir a sua separação completa dos meios de produção, o que impediria que a sua força de trabalho fosse posta à disposição do mercado.

Por outro lado, configura-se como uma luta pela aquisição de uma propriedade privada que legitima o sistema capitalista. *“A apresentação da terra como reivindicação principal tem sido interpretada, por vários autores, como reivindicação puramente burguesa, por tratar-se da obtenção da propriedade privada.” (Bastos, 1984:34)*

*Os dois sentidos da mobilização – o defensivo e o ofensivo – apontam para o aspecto contraditório da luta. Esta tem, ao mesmo tempo, um aspecto conservador e um aspecto contestador: a luta não é propriamente pela propriedade coletiva, mas se encaminha contra a concentração da terra, e, portanto, a uma específica forma de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (Bastos, 1984:35)*

Necessário se faz aqui uma reflexão sobre a capacidade do movimento de transformar o antagonismo perceptível na luta contra o latifúndio, do seu caráter corporativo inicial, numa luta política pela transformação da sociedade, considerando o conteúdo da sua proposta de reforma agrária:

*(...) no nosso entendimento, os objetivos de uma ampla reforma agrária no Brasil teriam de ser: 1º Garantir trabalho digno a todos os trabalhadores rurais e que combinassem distribuição de terra com distribuição de renda e com desenvolvimento cultural para todos...2º Produção de alimentação para a sociedade brasileira...gerando segurança alimentar...soberania alimentar para a sociedade brasileira...3º garantia do bem-estar social e melhoria das condições de vida da população do campo...4º a implementação e a descentralização da agroindústria, da indústria, uma das questões principais...5º O desenvolvimento de técnicas agrícolas adequadas para agricultura familiar, que alimentem a produtividade, mas que preservem o meio ambiente, a terra e os agricultores, a saúde dos agricultores. (Mauro, 2004:357/358)*

Cabe pontuar ainda que, a luta dos camponeses no Brasil ocorre em duas frentes: para entrar na terra e para nela permanecer. Para Oliveira (2004), essa luta tem um componente moderno, já que a formação e consolidação do campesinato brasileiro teria ocorrido durante o último século.

O processo de conquista da terra pelo MST através da constituição de assentamentos cria outra base geográfica através da luta, deslocada das referências que o Estado brasileiro se baseia. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação. Cada assentamento é um território do MST, referenciado nos seus princípios e formas organizativas.

Essa nova *ruralidade* construída a partir de práticas novas, resultantes da “transformação” do hábitus, potencializa a luta, inserindo-se, pois, nas estratégias de construção de uma contra-hegemonia no que se refere ao padrão hegemônico de tratamento da propriedade da terra. O domínio sobre um “território” que passa a ser orientado por esta práxis, leva Fernandes (2000) a caracterizar o MST como um movimento sócio-territorial.

Ros (2005:141) adverte que a utilização dessa noção, expressando uma interpretação dos assentamentos como uma espécie de “área liberada”, deve ser confrontada com a observação do grau de filiação e identidade ideológica dos assentados com os princípios do MST. Pois, as discontinuidades identificadas por alguns estudos entre o processo de ocupação/acampamento e a realidade dos assentamentos, alerta para as possibilidades colocadas neste percurso: de reforço, relativização e negação da identidade sem terra. A

presença de outros agentes que passam a influenciar os assentamentos também limitam o alcance das pretensões do Movimento.

## **12 - Do “ethos de campesinidade” à identidade sem terra**

Por ter sido formado no período em que se percebe uma forte investida do capital sobre o campo, o MST, distinto das ao contrário das Ligas Camponesas que eram organização tipicamente camponesa, agrega uma base social mais heterogênea, com trabalhadores rurais com diferentes inserções na estrutura agrária e no processo de produção.

A presença de trabalhadores que já passaram por um processo de assalariamento, que é marcante entre os acampados e assentados organizados pelo Movimento, não descaracteriza o MST como um movimento camponês, tendo em vista que, no Brasil, o assalariamento muitas vezes representa uma estratégia de reprodução camponesa.

A denominação do MST como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fruto de uma discussão acerca da sua caracterização política, demarca a identidade de classe do Movimento (com o termo trabalhadores rurais) e reafirma a categoria “sem terra” criada externamente pela mídia, dotando-a de significado político.

A não incorporação do termo camponês está relacionada tanto à necessidade de reafirmar a práxis do MST como ação de classe, quanto à pluralidade de designações existentes no país para os trabalhadores do campo (lavradores, agricultores, colonos, sitiantes, posseiros, etc.). No entanto, o Movimento se reivindica como um movimento camponês e é assim reconhecido pela sua base, pelos agentes políticos e intelectuais.

A caracterização do MST como um movimento camponês e a sua considerável base social, contrasta com a tese defendida por alguns autores que contestam a existência de um campesinato brasileiro.

Entre estes, estão Caio Prado Júnior (1960) e Ianni (1961), que explicam que as diferentes relações encontradas no campo brasileiro (considerada por outros como situações do campesinato) entre o trabalhador e os proprietários dos meios de produção, na verdade, representam diferentes formas de venda da força de trabalho e de

pagamento da renda fundiária que pode ser: a) venda de trabalho por dinheiro (diarista); b) venda de trabalho por produto (meeiros); c) venda de trabalho pelo uso da terra (inquilinato); d) pagamento do uso da terra com dinheiro (arrendamento); e) pagamento do uso da terra com produto (parceria); f) pagamento do uso da terra com trabalho (trabalho forçado, não pago).

O camponês, segundo a definição de Maestri (2005), se define pelo desenvolvimento da produção agrícola apoiada na divisão familiar do trabalho, onde a produção se orienta, por um lado, à satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter recursos monetários necessários à compra de produtos, serviços e ao pagamento de outras despesas.

O cuidado de Maestri (2005:218) em construir um conceito aplicável às especificidades da formação social brasileira, deriva da sua crítica as teorias que buscam enquadrar a realidade nacional a categorias e situações europeias, desconsiderando a via singular da formação do campesinato no Brasil, marcada pela constituição tardia e subordinada ao capital.

Esse conceito traz aspectos centrais para a caracterização da produção camponesa no Brasil, por focar a questão da produção. Pois, aqui, o camponês não se define pela propriedade da terra, já que sua relação com ela é precária, estabelecida geralmente como uma relação instável de posse.

Da mesma forma, a existência de milhares de camponeses em luta tanto para ter acesso quanto para se manter na terra, reafirma a identidade camponesa através de movimentos e articulações internacionais, como a Via Campesina, e dificulta a sustentação de veredictos intelectuais que proclamaram o fim do campesinato, a exemplo de Hobsbawn, que interpretou o avanço do capital como um processo inexorável de transformação dos camponeses em proletários.

A transformação do camponês em proletário é, para Ianni, um processo lento e cheio de contradições, que depende da efetiva separação entre o produtor (camponês) e os meios de produção. (Ianni, 2005: 132)<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> A Formação do Proletariado Rural no Brasil – 1971 (Octavio Ianni). In: Questão Agrária.

No que diz respeito aos trabalhadores do campo, vale pontuar que, no Brasil, ser trabalhador rural e ser camponês, muitas vezes, representa situações simultâneas de uma mesma inscrição social, ou seja, de pessoas separadas dos meios de produção.

Essa situação difere das condições dos camponeses europeus, já que, aqui, os camponeses mesmo quando de posse de uma pequena e muitas vezes insuficiente pedaço de terra, não dispõem dos demais meios de produção: equipamentos, créditos, assistência técnica, canais de comercialização, etc, e o acesso a terra se dá a partir do estabelecimento de relações de subordinação ao grande proprietário que inclui, até mesmo, a disponibilização de sua força de trabalho.

Considerando que a questão agrária brasileira é uma, dentre outras, contradições do capital, José de Souza Martins compreende que no Brasil existem “*duas classes sociais básicas produzidas pelas contradições do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e a dos camponeses, a dos que sofrem a exploração do capital e a dos que estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital; cada qual com o seu tempo histórico, a sua luta e a sua visão de mundo.*” (Martins:1981:102)

Caldart (2000) argumenta que o MST, articulando os segmentos que lutam pela terra, fez surgir um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: *Sem Terra*. Essa seria, para ela, um feito histórico, pois “nem todas as lutas pela terra que aconteceram na história foram capazes de produzir sujeitos sociais, identidades políticas e culturais que fossem elos de um processo histórico mais amplo.”

Ela explica que, a princípio, assumir o termo sem terra representava a afirmação de uma condição social e, aos poucos, foi deixando de ser associada a uma circunstância de vida a ser superada, passando a expressar um coletivo em luta (Caldart, 2000). É assim que, mesmo os assentados que já adquiriram um pedaço de terra, são identificados interna e externamente como *sem terra*, o que passou a significar pertencer ao MST.

Essa identidade que agrega e unifica aqueles mobilizados pelo MST para a luta pela reforma agrária, penetra, em diferentes graus, no conjunto da base social do Movimento. É nessa situação que as diferenças relacionadas às condições de vida e trabalho anteriores (proletário rural, camponês, pequeno produtor, diarista, etc) entre outras,



mediam a experiência do acampado e do assentado com a práxis do MST, condicionando de certa forma a sua identificação enquanto um “sem terra”.

Alguns autores destacam no modo de vida camponês

*(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleares a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (Marques, 2004:145).*

Esses elementos estariam associados a um *ethos de campesinidade* (Woortmann citado por Brandão, 2004:129) baseado numa ética de reciprocidade entre as pessoas e destas com a natureza. A campesinidade não seria propriamente o modo de vida, “(...) mas uma forma interior, interativa, de ser que teria características não propriamente universais, mas características paradigmáticas que vão sofrer variações aqui, ali e acolá” (Carlos Rodrigues Brandão<sup>124</sup>)

A inserção no processo da luta dos sem terra, com a participação na ocupação, no acampamento, na organização do assentamento, e nas atividades de mobilização do MST, ao permitir a percepção de uma situação pessoal de exploração como uma condição social que atinge outros iguais, retira o camponês do circuito família/terra/comunidade favorecendo a sua politização e proporcionando a construção de uma identidade coletiva.

Essa práxis, destinada a “politização como esforço para desprivatizar a experiência da exploração” (Bourdieu, Poder Simbólico: 98), tem o desafio de retirar essas pessoas do “isolamento social” e da exclusão política em que se encontram ao longo da história. As atividades e as vivências socioculturais proporcionada nos acampamentos, assentamentos, marchas e encontros e os símbolos do MST cultivam a identidade sem terra, reforçando a integração dessas pessoas a objetivos e interesses para além da sua experiência comunitária.

*(...) assim, as pessoas puderam perder a sensação de isolamento e ter a sensação de poder que vem de pertencer a um movimento maior. “Ir a uma reunião ou marchar a centenas pelas ruas de uma cidade importante para defender seus interesses e se mostrar como uma massa unificada...ajuda a superar os efeitos de ter vivido, durante séculos, sob a cultura da repressão” (Branford e Rocha: 373)*

A construção da identidade sem terra objetiva articular a luta imediata por um pedaço de terra que é, efetivamente, o que mobiliza a base para a inserção na luta, a uma perspectiva histórica de luta de classes, na qual o contingente de acampados e assentados torna-se integrantes desse processo, mesmo que, sua questão individual já tenha sido resolvida.

*“É a intencionalidade política e pedagógica do MST que garante o vínculo da luta imediata com o movimento da história” (Caldart)*

A participação do Estado na construção da identidade camponesa também é marcante, quando se observa que o temor provocado pelas possibilidades proporcionadas pela organização política dos camponeses, tem levado os governos a instituir outra denominação, a de agricultor familiar, que carrega uma concepção política e ideológica acerca desse segmento, contendo, também, uma intencionalidade política.

Isto porque, a designação forjada pelo Estado estabelece enquadramentos como forma de acesso às políticas públicas, definindo os termos do diálogo com o Estado, o que vem estimulando o surgimento de pautas e movimentos fundamentados nesta identidade, a exemplo da FETRAF (Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar) e do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

*CAPÍTULO IV*

*A PROPRIEDADE DA TERRA NOS  
ASSENTAMENTOS DO MST NA CHAPADA*

## CAPÍTULO IV

### A PROPRIEDADE DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS DO MST NA CHAPADA

Os assentamentos rurais apresentam-se como uma nova realidade no contexto regional da Chapada Diamantina, região cuja ocupação socioeconômica foi iniciada no início do século XVIII, influenciada pelas disputas em torno da posse de territórios utilizados na exploração de diamantes e carbonatos.

A crise econômica provocada pelo declínio do garimpo no início do século XX, colocou outra matéria-prima como alternativa para a economia da região - a madeira -. O investimento em atividades agropecuárias ocorre desde 1940, concomitante à redução da atividade extrativista, provocada pela extinção das espécies mais nobres de madeira.

O aproveitamento dos campos devastados para o plantio de capim e a capitalização proporcionada pelos recursos recebidos como pagamento das madeiras, propiciou a implantação e o crescimento da pecuária extensiva (BRITO, 2005), colocando a questão da propriedade da terra como uma questão central para o entendimento das relações sociais e políticas na região.

A classe dominante era composta por aqueles cujo poder advinha da propriedade das terras férteis e dos garimpos mais produtivos e pelos grandes comerciantes de diamantes, ou “pedristas”. Este grupo representava a chamada aristocracia lavrista (o coronel), e era detentor ao mesmo tempo do poder econômico e do poder político local, cabendo ao mesmo a indicação de prepostos para o preenchimento de cargos públicos na sua área de influência (BRITO, 2005, p. 92)

Como mostra Brito, desde o início da propriedade da terra originava-se riqueza e poder na região, sendo perseguida pelos coronéis que se constituíam na oligarquia local, cujo poder foi alicerçado na exploração dos recursos naturais (diamantes, carbonatos e matas), no estabelecimento de uma relação estreita com os mandatários do poder e na grilagem de terras públicas (p. 85).

(...)esse tal coronel Moreira [...] um espertalhão! Enquanto o povo de Andaraí se entregava de corpo e alma ao garimpo, atrás dos diamantes e dos carbonatos, ele foi se apoderando de tudo o que podia aqui nas matas [...]. O homem vivia acobertado pela política. Invadiu os terrenos do Estado, e requereu posse baseado em falsas benfeitorias. (trecho do Romance de Herberto Sales citado por BRITO: p.89/90).

A Chapada presenciou ainda a crise política provocada pelas lutas travadas entre os coronéis (Douca Medrado e Horácio de Matos) e pela adaptação dessa oligarquia ao novo contexto marcado pela redução do poder político dos coronéis imposta pela Revolução de 1930.

À margem dessa economia, muitos posseiros desenvolviam uma agricultura de subsistência, geralmente em terras alheias ou ocupadas em áreas de fronteira agrícola. A partir da década de 1970, os vultosos incentivos fiscais destinados à expansão da fronteira agrícola em direção ao Oeste do país, e a concessão de créditos para os monocultivos comerciais (produção de grãos e fruticultura irrigada) voltados para a exportação, resultaram em crescente concentração de terra e, conseqüentemente, em dificuldades de reprodução social da população rural.

A disputa em torno da terra entre grandes proprietários, grileiros e posseiros e a existência de muitos camponeses sem terra, proporcionaram o surgimento e crescimento de movimentos sociais que através de ações coletivas reivindicativas, têm buscado o acesso a terra para camponeses expropriados e trabalhadores rurais. A face atual desse processo histórico é o crescimento da luta pela terra na região e a presença de uma nova territorialidade - o assentamento - resultante da ação de movimentos sociais como o MST, responsável pela formação de 23 dos 90<sup>56</sup> assentamentos implantados na Chapada.

---

<sup>56</sup> Além do MST, outros movimentos sociais atuam reivindicando ao Estado o assentamento de famílias sem terras, a demarcação de territórios e a implementação de políticas voltadas para os camponeses e trabalhadores rurais: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas (CETA, Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento de Libertação de Sem Terras (MLST), Organização Luta no Campo (OLC), Organização Terra e Luta (OTL), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, (MTL), Central de Associações de Fundo e Feixes de Pasto (CAFP), Coordenação Regional de Remanescentes de Quilombos (CRRQ), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG), entre outros.

Com 90 assentamentos, 8.555 famílias assentadas em uma área de 230.723 hectares de terras, a Chapada Diamantina forma uma *mancha* (Medeiros) e pode ser considerada uma *área reformada* pela classificação proposta no II Plano Nacional de Reforma Agrária - INCRA. Segundo Germani (2005:10), em três das sete Áreas Reformadas da Bahia, no Sul, na Chapada e no Médio São Francisco, encontra-se 70% dos projetos de assentamentos (PAs), das famílias assentadas e das áreas desapropriadas pelo Estado.

O MST responde por 28,6% das famílias assentadas na região, o que corresponde a 2.445 destas vivendo em seus assentamentos. O peso do MST na região é considerável, pois além desses assentamentos ele é responsável por 53 acampamentos que abrigam 4.501 famílias na região. A influência do MST é ainda maior nos municípios de Boa Vista do Tupim e Itaetê, onde o número de famílias vivendo em áreas do Movimento (acampamentos e assentamentos) alcança quase um terço do total de famílias residentes do município, como mostram o quadro e o mapa abaixo:

Quadro N° 04  
Representação das famílias do MST na população total  
Municípios selecionados, 2008

MUNICÍPIO	N° de Domicílios particulares	N° de Famílias em áreas do MST	Percentual das famílias em áreas do MST em relação a população total
<b>Boa Vista do Tupim</b>	<b>4.455</b>	<b>1.382</b>	<b>31%</b>
Ipirá	14.634	85	0,6%
<b>Wagner</b>	<b>2.323</b>	<b>440</b>	<b>19%</b>
Lençóis	2.025	20	1%
Nova Redenção	1.893	240	12,7%
Utinga	3.931	141	3,6%
Iramaia	3.632	599	16,5%
<b>Itaetê</b>	<b>3.426</b>	<b>1.060</b>	<b>30,9%</b>
Bonito	2.853	317	11%
Tapiramutá	3.769	153	4%
Itaberaba	14.248	800	5,6%
Iaçu	6.689	400	6%
Lajedinho	998	90	9%
Andaraí	3.117	160	5%
Ibiquera	1.095	80	7,3%
Barra da Estiva	5.372	100	1,8%
Maracás	6.832	80	1,2%
Mulungú do Morro	3.212	30	1%
Souto Soares	3.307	185	5,3%
Iraquara	4.156	132	3,2%
Piritiba	4.880	280	5,7%
Miguel Calmon	6.999	82	1,2%
<b>TOTAL</b>	<b>102.959</b>	<b>6.881</b>	<b>6,7%</b>

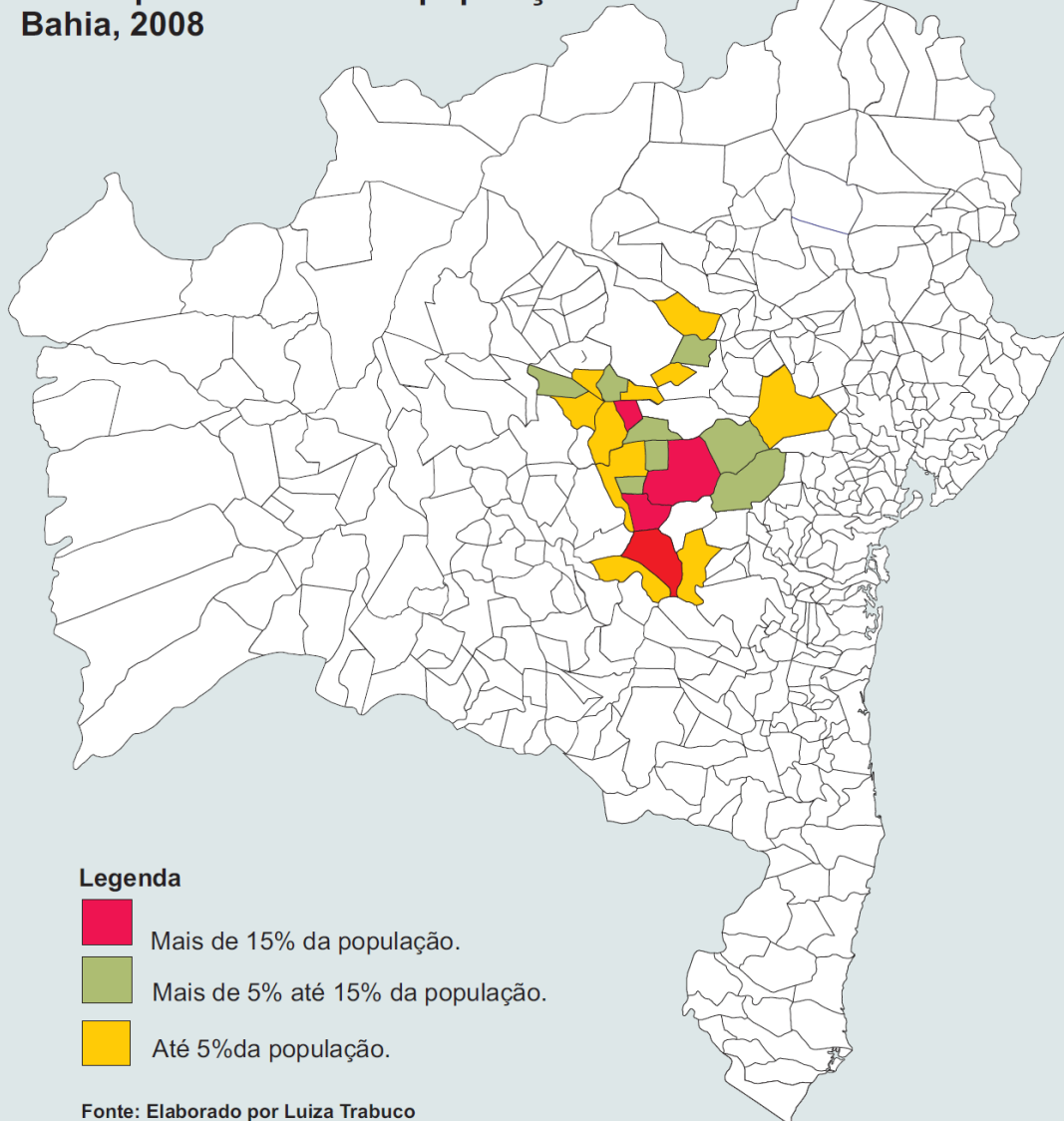
Fonte: IBGE e MST/Regional Chapada.

Além das condições políticas existentes<sup>57</sup> ou criadas pelo MST para a atuação nestes locais, a forte concentração fundiária e o perfil socioeconômico destes municípios ajudam a entender porque ocorreu expansão de áreas de assentamento e de ocupação e incremento no número de famílias na última década. No quadro N° XX observa-se a acentuada população rural destes municípios e a centralidade da pecuária extensiva, consumidora de grandes faixas de terra e pouca força de trabalho. Em decorrência disso, são municípios com um grande contingente de pessoas sem rendimento e com baixa renda. Esse é o público mobilizado pelos movimentos de luta pela terra.

---

<sup>57</sup> As lutas anteriores pela posse da terra em Cana Brava e Crispim (Boa Vista do Tupim) e as ocupações organizadas pela CPT em Wagner e em Itaetê que facilitaram a inserção do MST nesses municípios.

**Mapa 02**  
**Proporção das famílias assentadas**  
**e acampadas do MST na população total dos municípios.**  
**Bahia, 2008**





Quadro Nº 05  
 Perfil dos Municípios  
 Municípios selecionados, 1980-1996

	BOA VISTA DO TUPIM		ITAETÉ		WAGNER	
Área territorial (KM²)	2.630		1.194		416	
População 2007	17.841		14.154		8.610	
Famílias residentes	4.455		3.426		2.323	
	nº de famílias	(%) da população	nº de famílias	(%) da população	nº de famílias	(%) da população
Famílias em áreas do MST	1.382	31	1.060	30,9	440	19
Famílias assentadas	859	19,3	650	19	135	6
Famílias acampadas	523*	11,7	410	11,9	305	13
Famílias de Boa Vista foram computadas em Itaeté por fazer parte da respectiva brigada						
	nº de domicílios	(%) da população	nº de domicílios	(%) da população	nº de domicílios	(%) da população
domicílios	4.160	100	3.152	100	2.005	100
nº de domicílios com rendimento domiciliar	3.601	8600%	2.546	81	1.888	95
nº de domicílios sem rendimento domiciliar	559	1400%	606	19	117	5
pessoas com rendimento	5.517	40	4.011	38	3.416	51
pessoas sem rendimento	8.294	60	6.493	62	3.333	49
Renda de até 1 Salário Mínimo (SM)	3.754	27	2.869	28	2.200	32
Renda de + de 01 até 02 SM	1.244	9	687	6	707	11
Renda de + de 02 até 03 SM	228	1,6	224	2	165	2
Renda de + de 03 até 05 SM	197	1,4	145	1	177	3
Renda de + de 05 até 10 SM	48	0,4	55	0,5	122	2
Renda de + de 10 até 20 SM	30	0,4	10	0,1	23	0,6
Renda de + 20 SM	15	0,2	22	0,2	19	0,4
Rendimento médio mensal	195,65		212		268,92	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Rendimento médio mensal	218,56	155,96	233,16	182,21	288,49	235,44
PIB	R\$ 48.982.000,00		34.543.000,00		28.037.000,00	
Composição do PIB	Valor (R\$)	(%) do PIB	Valor (R\$)	(%) do PIB	Valor (R\$)	(%) do PIB
agropecuária	14.468.000,00	30	9.978.000,00	29	10.824.000,00	38
Indústria	4.398.000,00	9	3.568.000,00	10	2.244.000,00	8
Serviços	27.970.000,00	57	19.549.000,00	57	14.119.000,00	51
Impostos	2.145.000,00	4	1.149	4	850.000,00	3
nº de estabelecimentos agropecuários	1.589		1.266		530	
	lavoura	pastagem	lavoura	pastagem	lavoura	pastagem
uso da terra (% dos estabelecimentos)	59	97	85	81	96	90
área dos estabelecimentos agropecuários	186.490		178.609		26.817	
área dos assentamentos do MST						
	Nº de pessoas	(%) de AF	Nº de pessoas	(%) de AF	Nº de pessoas	(%) de AF
pessoas ocupadas no campo	4.929	91	3.988	80	1.449	90
nº de estabelecimentos com bovinos	1.171	74	744	58	261	49
litros de leite	18.429.000		314.000		490.000	
dúzias de ovos de galinha	52.000		16.000		12.000	
REBANHOS	Nº de cabeças		Nº de cabeças		Nº de cabeças	
bovinos	60.174		20.068		5.246	
caprinos	4.081		3.393		346	
ovinos	6.595		1.261		730	
equinos	2.446		1.092		445	
suínos	8.245		5.526		1.330	
aves	25.138		19.133		6.142	
Arrecadação de ITR (R\$)	24.612,40		Não informado		Não informado	

Avaliar o impacto da maior parte dos assentamentos da Chapada na estrutura fundiária da região é uma tarefa difícil de ser realizada, dado o fato de que foram implantados após a realização do Censo Agropecuário 1996. Mesmo nos próximo censo este problema não estará resolvido, pois os assentamentos estão cadastrados continuam cadastrados de acordo com a sua dimensão e não pelo número de famílias que os ocupam, o que só poderá ocorrer após a emancipação.

Através do desmembramento das fazendas desapropriadas em Itaetê em lotes correspondentes ao número de famílias assentadas no município, Germani demonstrou que 19,8% da área de médias e grandes propriedades foram transferidas para a categoria de pequenos estabelecimentos. Chama a atenção, no entanto, que embora “...*frações consideráveis de territórios de alguns municípios se constituem em espaços de vida e trabalho de centenas de unidades familiares, produzindo diversidade, onde antes havia a terra improdutiva de poucos.*” a concentração fundiária permanece, pois quase a metade (45,2%) da área do município pertencem a apenas 1,6% dos estabelecimentos existentes (Germani: 13), como pode ser observado nos quadros abaixo.

Quadro N° 06  
Estrutura Fundiária  
Itaetê, 1996

Grupos de área (ha)	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	(%) dos estabelecimentos	(%) das áreas
Até 100	473	14.910,6	81,4	15,3
101 a 500	75	19.076,0	12,9	19,6
<500	33	63.269,9	5,6	65,0
TOTAL	581	97.256,5	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1996

Quadro N° 07

Estrutura Fundiária  
Itaetê, 2005

Grupos de área (ha)	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	(%) dos estabelecimentos	(%) das áreas
Até 100	1.286	34.203,3	92,9	35,1
101 a 500	75	19.076,0	12,9	19,6
<500	23	43.977,2	1,6	45,2
TOTAL	1.384	97.256,5	100,0	100,0

Fonte: Germani, 2005:21.

### 13 - Os assentamentos do MST na Chapada.

Para a construção da amostra da pesquisa levando em conta o objetivo de compreender o habitus e a práxis foram escolhidos os três PAs mais antigos -os assentamentos São Sebastião de Utinga, Baixão e Beira Rio. Estes assentamentos são representativos do conjunto, pois estão situados em municípios onde se encontra o maior percentual de famílias em áreas do MST em relação a população total: Boa Vista do Tupim, Itaetê e Wagner.

### 13.1 - São Sebastião de Utinga

O assentamento São Sebastião de Utinga está localizado à 8 km da sede do município de Wagner. O acesso ao PA é obtido pela BR 242, sentido Salvador-Brasília com entrada na BA 142. A fazenda anteriormente de propriedade dos irmãos Bezerra<sup>58</sup> possuía uma área declarada de 2.224,260 hectares que foi dividida em 92 lotes individuais de 16 hectares. Anteriormente existia na área o povoado de Chamego com poucas casas e um prédio com dois cômodos onde funcionava uma sala de aula e a residência da professora.

A agrovila construída em formato de “ovo de pato” foi idealizada por um dos assentados, o senhor Ramiro. São 75 casas inacabadas (sem reboco) dispostas lado a lado com uma enorme área no meio. A demora na liberação do recurso para a construção das residências, tornou defasado o valor orçado, (sobretudo pelo aumento no preço do cimento, que quase dobrou no período entre a elaboração do projeto e a liberação do Crédito Habitação), o que impediu a construção de todas as casas previstas. Com isso, 17 famílias encontram-se até hoje residindo em barracos construídos nos lotes e algumas na sede da Fazenda, aguardando a liberação de recursos do INCRA para a construção.

No centro da agrovila encontra-se um barracão de alvenaria construído pelo Grupo de Vaqueiros (Anexo X). O barracão tem um salão e um bar de onde o grupo arrecada recursos para a organização de uma festa de vaqueiros realizada anualmente no assentamento. Pensando numa estrutura para abrigar os vaqueiros durante essa festa, o Grupo buscou o apoio da prefeitura e de alguns comerciantes para a construção, que foi realizada através de trabalho coletivo. Hoje este espaço é utilizado pela comunidade para a realização de grandes assembleias, ensaios dos grupos culturais e reuniões religiosas.

O Grupo de Vaqueiros, constituído por assentados que integram o coletivo que cuida do gado da associação, apresenta-se com indumentária própria em outras festas da região

---

<sup>58</sup> Na Cadeia Sucessória consta que o atual proprietário possui o imóvel há 40 anos tendo adquirido através de Escritura Pública de Compra e Venda de pequenos proprietários. O litígio que se encontra na justiça há mais de 20 anos com um dos confrontantes, o Sr. Astério Ribeiro dos Santos, está relacionado a disputa em torno dos limite da área, onde o proprietário é acusado de ter grilado muitas terras para a formação desta fazenda. (Processo de Desapropriação: página 20).

fazendo narrações (Anexo X). Outro grupo cultural é a banda Estrela da Juventude que é formada por jovens. Além de fabricar seus próprios instrumentos, a banda compõe músicas no estilo samba reggae com letras associadas ao conteúdo da práxis do MST. O grupo é muito apreciado. Em todos os encontros regionais e estaduais o grupo se apresenta (Anexo).

O assentamento dispõe de dois prédios escolares onde funcionam turmas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, um posto de saúde onde são realizadas consultas semanais com médico e dentista, e uma biblioteca montada no antigo prédio do posto de saúde. Esse conjunto de prédios foi construído próximo das estruturas existentes anteriormente, hoje distantes da agrovila.

A infraestrutura do assentamento conta ainda com alguns equipamentos produtivos de caráter comunitários geridos pela associação. Entre eles estão uma olaria, uma casa de mel, uma casa de farinha e um trator.

A olaria foi construída desde o início do assentamento e funcionava de modo improvisado às margens do rio Utinga, de onde se retirava o barro usado na fabricação dos blocos que foram utilizados para a construção das casas. Atualmente encontra-se fechada, pois a empresa contratada pela associação para a construção da estrutura, não instalou os equipamentos, mesmo tendo recebido o pagamento do serviço. Situação que perdura há dois anos.

A casa de farinha com dois fornos é um equipamento de grande importância para a comunidade, pois a base da renda dos assentados é proveniente da comercialização da farinha. A mandioca plantada em quase todos os lotes (Anexo X) é beneficiada na casa de farinha, resultando numa produção média diária de 30 sacos. Essa farinha é produzida com base no trabalho familiar, inclusive com a participação de crianças, e é comercializada diretamente através da associação que faz a intermediação com compradores de fora do município. A entrega da farinha ocorre semanalmente através de um caminhão que pega o produto no próprio assentamento.

Para a utilização da casa de farinha os assentados contribuem com 1/5 da produção para a associação. Segundo a prestação de contas apresentada na assembleia no dia 16/02/08, foram arrecadados no ano passado 47 sacos de farinha, resultando numa arrecadação de

R\$ 1.820,00 para a Associação. Esse recurso é utilizado para a manutenção dos equipamentos e pequenos empréstimos aos assentados. Esses empréstimos caracterizam uma forma de economia solidária, pois não são cobrados juros. Além disso, a associação distribui alguns litros de farinha para o consumo de famílias que não dispõem de roças de mandioca.<sup>59</sup>

A associação dispõe ainda de dois tratores. Um deles é utilizado pelos assentados mediante pagamento de uma taxa que corresponde à manutenção dos mesmos. Os assentados responsáveis pela gestão dessas máquinas solicitaram afastamento da associação, motivados pelo incômodo em relação a comentários que ameaçavam a respeitabilidade deles na comunidade. Nesta assembleia definiu-se ainda pela venda de um trator menor, com bastante participação dos assentados na definição do valor.

Existe também uma Associação de Apicultores com uma Casa de Mel equipada com caixas de abelha espalhadas por uma área do assentamento. A produção do mel é comercializada em Lençóis e na sede do município de Wagner (Anexo XX).

Durante a pesquisa de campo, a comunidade estava mobilizada em torno da organização da tradicional festa de São Sebastião de Utinga que é padroeiro do assentamento. A comemoração realizada no dia 20 de janeiro contou com uma vasta programação. No primeiro dia uma banda de forró animou os assentados e os visitantes no Barracão dos Vaqueiros. No dia seguinte, foram realizadas uma argolinha, um bingo, uma missa e um torneio de futebol com dois times do assentamento (Esporte Juvenil e Bola na rede) contra dois times da sede do município (Sub 18 e Coritiba).

---

<sup>59</sup> A gestão da casa de farinha é feita por dois assentados indicados pela diretoria: um assentado e um jovem, filho de outro assentado. O mais velho solicitou o seu afastamento alegando problemas no relacionamento com o jovem, pois se considerava humilhado por não ter controle sobre todas as questões relacionados à casa de farinha. A questão provocou muita polêmica e debates entre os assentados em torno da saída dos dois (proposta pelo mais velho) ou de um só (proposta pelo jovem). Os argumentos evidenciaram a influência marcante dos laços de parentesco e das vinculações religiosas na formação dos grupos para a definição de questões relacionadas à gestão do assentamento.

### 13.2 - Baixão:

O assentamento Baixão está localizado próximo ao povoado do Rumo, distante 30 km da sede do município de Itaetê. O acesso ao PA é obtido pela BA-245, sentido Itaetê/Andaraí com entrada após 3,5km em direção ao povoado de Colônia, num trajeto de 27,5km feito em estrada de chão batido. A fazenda pertencia a Agropastoril Quatro Irmãos Ltda. que era proprietária de uma área de 12.420,2000 de terras distribuídas no país em quatro imóveis. A área do Conjunto Brasiléia, formado pelas fazendas São José, Brasiléia e Baixão tinha uma área de 3.646,0878 ha que foi dividida em 145 lotes individuais de 16 hectares.

A agrovila possui três grandes ruas paralelas com uma praça localizada em uma das extremidades. Na área grande da praça está a escola, uma mercearia e alguns bares. Em frente à praça, na direção da antiga sede da fazenda, existe uma rua pequena com poucas casas, onde está localizada a sede da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê - ACVI Núcleo Baixão. No final da rua do campo de avião<sup>60</sup> está o campo de futebol, onde ocorrem os babas (jogo de futebol) nos fins de tarde.

Possuindo grande parte da sua área nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, o assentamento Baixão tem procurado integrar-se ao turismo regional. Após a articulação e a capacitação de alguns jovens do assentamento, foi implantado um Núcleo da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê – ACVI no assentamento, com o objetivo de dar suporte as atividades de exploração do potencial turístico do assentamento como a Cachoeira Encantada (Anexo).

O assentamento não dispõe de posto de saúde. Os serviços de saúde são prestados por um agente comunitário<sup>61</sup> que é filho de uma assentada. Através do acompanhamento das famílias que residem na agrovila, o agente identifica as demandas e, a depender da gravidade, as encaminha para o povoado do Rumo ou para a sede do município. O transporte é realizado por um veículo locado pela prefeitura. A proprietária deste veículo é uma enfermeira que trabalha para prefeitura e é filha de uma assentada. O veículo é deslocado do rumo, onde mora a sua proprietária, quando acionado pelo agente comunitário de saúde.

---

<sup>60</sup> Referência ao campo de pouso de uma pequena aeronave da Agropastoril Quatro Irmãos.

<sup>61</sup> O agente comunitário acompanha 530 pessoas (274 homens e 256 mulheres) que moram na agrovila, sem contar aqueles que residem nos lotes ou outros locais como o Rumo.

O crescimento demográfico no assentamento tem sido acentuado, o que pode ser verificado pela comparação entre o número de óbitos registrados entre 2001 e 2007 (04) e de crianças nascidas no mesmo período (40). Isto levou os assentados a colocarem a instalação de uma creche na pauta de reivindicação que será entregue a Prefeitura. A indicação é que ela seja instalada na antiga sede da fazenda. O crescimento da população juvenil também deverá provocar, num futuro próximo, a demanda pela instalação de turmas de 5ª a 8ª série e de cursos de 2º grau, já que na escola do assentamento só são oferecidos cursos de 1ª a 4ª série e educação infantil. Após a conclusão das séries iniciais, os filhos de assentados dirigem-se ao Rumo, a Itaetê ou à Escola Família Agrícola, localizada em Colônia.

As assembleias são realizadas em um galpão onde fica estacionado o caminhão da associação. A compra deste veículo foi propiciada pela economia dos recursos que seriam usados no pagamento do transporte da areia para a construção das casas, que foi realizada através do trabalho coletivo. Esse caminhão transportava a produção do assentamento que era vendida na feira semanal em Itaetê. Atualmente encontra-se quebrado, pois a associação não dispõe de recursos para o seu conserto.

A água utilizada pelos assentados é de excelente qualidade, pois é proveniente de uma nascente localizada na serra (dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina). Ela chega ao assentamento por gravidade através de uma infraestrutura de captação e distribuição já existente na fazenda. A água quase mineral é utilizada tanto na produção (molhar plantações, dar água ao gado, etc.) quanto para o consumo nas residências. A associação construiu coletivamente um tanque para regularizar a oferta de água dentro da agrovila. Os assentados informaram que recusaram a proposta feita por alguns italianos de vender a área onde se localiza a nascente de água, demonstrando consciência sobre a importância desse recurso natural e dos problemas provenientes da sua falta.

A energia elétrica era comunitária e o pagamento era realizado pela associação mediante arrecadação de uma taxa entre os assentados. O padrão trifásico não suportava a necessidade de todas as residências e tornava o consumo caro. A associação ainda tem uma dívida referente a esse serviço. O dinheiro da venda de um boi da associação foi utilizado para o pagamento, restando ainda R\$300,00 que foi parcelado em 120 vezes de R\$ 8,36. Foi proposta na assembleia a realização de um bingo durante a festa de

comemoração dos 10 anos do assentamento, cujo prêmio seriam dois bois. Os recursos arrecadados destinaram-se ao pagamento total do débito. Há dois anos o Programa Luz para Todos do Governo Federal instalou novos postes e o pagamento passou a ser individual, conforme solicitação da comunidade.

### **13.3 - Beira Rio<sup>62</sup>**

O assentamento Beira Rio localizado a 58 km do município de Boa Vista do Tupim, possui uma área de 11.029,0000 hectares de terra que pertenciam ao Banco Econômico. A emissão de posse ocorrida em 03 de novembro de 1998 destinou a área para 400 famílias em lotes individuais de 19 hectares. Cerca de 7 km das suas terras são banhadas pelo Rio Paraguaçu na divisa com o município de Marcionílio Souza, que está localizado a 5 km do PA.

A agrovila com vinte ruas impressiona pelo seu tamanho. Cada rua contém 20 casas correspondentes a duas brigadas por rua. A localização da agrovila em um extremo do imóvel e o tamanho da área deixaram alguns lotes muito distantes da agrovila. A distância de até 18 km é percorrida diariamente pelos assentados, geralmente com a utilização de motos e bicicletas.

O assentamento possui dois estabelecimentos de ensino: o Centro Integrado de Formação Fábio Henrique Cerqueira<sup>63</sup> e a Escola Mao Tse Tung com turmas de 1º grau (1ª a 8ª série) com 472 alunos matriculados e uma creche com 60 crianças que também funciona no Centro Integrado. A infraestrutura à qual esses prédios estão integrados forma um complexo, onde se encontra ainda um centro comunitário, um posto de saúde e um refeitório.

As atividades do Movimento no Assentamento são realizadas nesse espaço onde também são fornecidos os serviços públicos pela Prefeitura. No posto de saúde são realizadas consultas com um médico que frequenta o local a cada quinze dias. Dada a deficiência dos serviços públicos de saúde, os assentados são obrigados a deslocarem-se para a sede de Marcionílio Souza, devido a distância da sede do município de Boa Vista. Isto ocorre também devido à deficiência do transporte da Prefeitura local, pois o

---

<sup>62</sup> Essas informações foram coletadas em dezembro de 2004.

<sup>63</sup> militante do MST assassinado enquanto participava da ocupação de uma área de terra.



assentamento não dispõe de um carro destinado ao deslocamento dos pacientes para a sede. O fato das demandas do assentamento Beira Rio serem atendidas em Marcionílio tem provocado uma investida do poder local deste município sobre os assentados, visando a transferência de domicílio eleitoral como compensação pelos atendimentos.

O contingente populacional do assentamento com mais de 2.000 pessoas propicia o desenvolvimento do comércio local. No próprio assentamento encontram-se uma padaria, três mercearias e cerca de cinco bares. Aos domingos é realizada uma pequena feira com apenas duas barracas: uma de verduras e outra de bebidas - raízes e folhas em conserva na cachaça que é muito apreciada e consumida.

Desde a desapropriação da fazenda foi formada uma associação que se responsabilizou pela organização dos lotes, a execução dos projetos e o gerenciamento dos espaços e equipamentos coletivos.

Utilizando o crédito habitação a associação comprou todo o material necessário à construção das 400 casas. Porém, no processo de distribuição do mesmo, verificou-se a impossibilidade de concluir cerca de 60 casas que permanecem até hoje inacabadas. Destas, 15 foram concluídas precariamente com um restante de recursos que a associação recebeu do INCRA.

Como forma de amenizar esse problema foram utilizados os prédios da estrutura antiga da fazenda para abrigar essas famílias, além da casa de farinha que foi transformada em residência, já que nunca funcionou por falta de equipamentos (Anexo XX). A solução definitiva tem sido buscada pelo INCRA junto ao CDA, uma vez que todos os créditos (habitação, infraestrutura, fomento, custeio) a serem repassados pelo INCRA já foram utilizados pelo assentados.

A utilização dos recursos do convênio entre o INCRA e a Prefeitura de Boa Vista do Tupim foi alvo de denúncias, resultando na formação de uma CPI na Assembleia Legislativa da Bahia desarticulada pela Câmara de Vereadores do município que questionou a legitimidade do procedimento, alegando que não seria da competência dos deputados estaduais baianos investigarem um convênio entre a instância municipal e um ente federal.

Na ocasião, alguns deputados da CPI tentaram entrar no assentamento, mas, foram impedidos pelos assentados. Esse fato foi bastante noticiado nos meios de comunicação do Estado, chegando a ser veiculado nacionalmente. Registrava-se a força e ousadia de 400 famílias de assentados que bloquearam a passagem dos deputados, da imprensa e, principalmente, de um expressivo número de policiais militares.

Essa postura foi orientada pelo MST que denunciava uma perseguição política a fim de atingir a imagem do Movimento. O evento promoveu a coesão dos assentados e a conscientização da força da mobilização e organização dos trabalhadores. A partir de então, essa percepção é notável na fala dos entrevistados que enfatizam bastante um formato de organização onde o povo decide.

A associação conta com quatro veículos, sendo dois caminhões, um trator e um carro pequeno que era utilizada para conduzir pacientes para as sedes de Boa Vista do Tupim e Marcionílio Souza. Esses veículos são utilizados pelos associados mediante o pagamento de um valor que corresponde a taxa de manutenção dos mesmos. Esse valor, porém, de acordo com a denuncia de três assentados, é superior ao custo de locação de veículos fora do assentamento, o que leva os assentados a não reconhecerem a finalidade da associação no desenvolvimento do assentamento. O Presidente da Associação, na época informou que dos 4 veículos apenas o caminhão está funcionando por não ter recurso suficiente para consertar os demais.

Além da locação do trator, a captação de recursos da associação se dá mediante a arrecadação do pedágio da balsa (meio de transporte que liga as duas margens do rio Paraguaçu, entrada do assentamento). A renda varia conforme o movimento de carros, ficando em uma média de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês, que é utilizado para o pagamento do funcionário e a realização de pequenos reparos.

#### **14 - Perfil dos Assentados**

Considerando o município de origem dos assentados, o PA Beira Rio é o que apresenta a população mais heterogênea entre os três assentamentos. O trabalho de base para a realização da ocupação abrangeu, além dos municípios da região (Boa Vista do Tupim, Marcionílio Souza, Itaeté, Iaçú e Itaberaba), outras localidades como Maracás e

Planaltino. No outro extremo, quase todas as famílias do assentamento Baixão são do próprio município (97,1%)<sup>64</sup>. Já na Fazenda São Sebastião de Utinga, conforme o cadastro realizado pelo INCRA no processo de desapropriação, quase a totalidade dos assentados é procedente dos municípios de Andaraí, Lajedinho, e Wagner, que são localidades próximas da área.

A maioria dos assentados é proveniente da região e oriunda de famílias sem terra ou com relação instável de posse, que sobreviviam realizando serviços temporários (como diaristas) ou produziam em regime de meação (com entrega de metade da produção como pagamento pela utilização da terra). Poucos tinham experiência de assalariamento.

Morava em Lajedinho..., e agente trabalhava na roça, fazendo trabalho aqui, trabalhava vendendo o dia aqui, pra fazendeiro (Téo – São Sebastião de Utinga).

Eu morava como falei em Marcionílio Souza, ai nos trabalhava lá na Fazenda dos outros (Júnior: São Sebastião de Utinga).

Eu sou filho da terra, meus pais moravam aqui... na época que era fazenda e eles trabalhavam numa roça aqui... meação eles produziam e o que produzia dividia com o dono da fazenda (Gurino: Baixão).

eu, sou mesmo daqui da região de Wagner, nascido ali no povoado do Chamego... É, morei um tempo em São Paulo... trabalhei muito nessa fazenda, muita gente que tava ali no sol, era trabalhando desse fazendeiro, que, na época... era um trabalho normal, só que ganhava muito pouco e... eu era diarista... tinha alguns deles que era meeiros, outros diarista, e a maioria das pessoas que, da região era diarista nessa fazenda (Gerônimo: São Sebastião de Utinga).

Não tinha propriedade não. Trabalhava na terra dos outros, é, dava roça...as vezes dava o dia, trabalhava na meia, era assim.(Dunga – Baixão).

A entrada na luta pela terra significou para alguns assentados a alteração na posição dentro do mundo rural, passando de trabalhadores rurais da fazenda ocupada para assentados em lotes de reforma agrária. Essa situação é mais presente no PA São Sebastião de Utinga, onde muitas famílias que trabalhavam para o proprietário

---

<sup>64</sup> Levantamento realizado em 2000 para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento - PDSA Este trabalho foi realizado através de um convênio firmado entre o INCRA e a FAPEX e entrevistou 137 das 140 famílias do assentamento.

engajaram-se na luta. No assentamento Baixão apenas 12 das 39 pessoas que lá residiam se integraram às fileiras do MST (PDSA: página 87), estando hoje assentadas. No assentamento Beira Rio, o trabalho no lote próprio é associado à prestação de serviços externos, como diaristas.

## 15 - A ocupação

Submetidos ao longo da sua trajetória de trabalho a relações de exploração e subordinação aos fazendeiros, cujo poder é alicerçado na propriedade da terra, os assentados passaram pela experiência de confronto com a legalidade instituída através da participação na ocupação da terra.

Você morava aqui, trabalhava aqui, e com o tempo você volta e conseguir isso, conseguir trabalhar, e agora o que eu tô fazendo aqui é meu, não sou mais perseguido por fazendeiro... ninguém mais me mandando, igual era antigamente, uma pessoa que tava trabalhando que tinha chefe ali observando o trabalho dele, pra ver como é que tava, saindo, saindo bem ou não (Gurino - Baixão).

Os relatos dos assentados lembram de sentimentos contraditórios despertados pela participação na ocupação. O medo da represália que o poder do fazendeiro poderia acionar e o desconhecimento daquele expediente convivia com a expectativa da conquista de um pedaço de terra.

Naquela época foi uma coisa espantosa, porque, agente não tinha conhecimento nenhum, além de ocupações, não tinha conhecimento nenhum do Movimento, o que seria isso, e a fazenda de um fazendeiro do tamanho dessa, que era os capixaba chamado, e foi um impacto muito grande, o pessoal não queria vim com medo, e tinha aquela ameaça que eles viam de avião, jogar bomba, que ia matar todo mundo...você tem os dois riscos, primeiro de ser expulso da área, da repressão do fazendeiro, e da vitória na causa. (V -Baixão)

A entrada em uma propriedade privada, considerada sagrada no sistema capitalista e caracterizada pelos latifundiários como um crime, passa a ser entendida como legítima forma de luta para a conquista do direito à terra, o que pode significar o questionamento desse valor burguês. Além disso, a participação na ocupação passa a ser um *capital*

*social*, que garante uma *distinção* reconhecida e valorizada no processo de seleção para a ocupação de lotes vazios nos assentamentos.

(...) no início eu nem entendia nada assim direito, depois eu fui chegando mais perto e começando entender que a coisa não era assim como eu pensava... É sempre o que o pessoal comentava: Ah, um bando de sem-terra, era ladrão, era isso, era aquilo e a gente ficava com aquilo na cabeça, né, a gente só vai conhecer mesmo, depois que passa a fazer parte. (J: Baixão)

(...) quebrar cerca agente sabe que é, muito ruim pro fazendeiro, porque fazendeiro nenhum vai gostar que invadam sua propriedade, mais é o único modo do pobre consegui os eu pedacinho de terra...era uma coisa que parece que acelerava a negociação, porque o fazendeiro pressionava o INCRA, O INCRA pressionava a justiça e as coisas andavam mais, hoje com essa lei que Fernando Henrique aprovou, de você não quebrar a cerca de ficar do lado da estrada, praticamente parou. A famílias ficam, não tem condições de produzir, porque não se pode plantar no asfalto. (...) (V. Baixão)

(...) .se você saiu hoje e procurar você quer concorrer um lote ali no Baixão?, você acha milhares de pessoas que quer vim, mas o pessoal criou aqui uma ordem interna, só concorre lote, filho de assentado... que é um cara que aprendeu na luta (V- Baixão)

A priorização dos filhos dos assentados também está relacionada, de um lado, a intenção em formar uma comunidade, processo facilitado pela existência de vínculos entre os assentados. E de outro, à concepção camponesa da terra que considera imprescindível o acesso a terra para a formação de novos núcleos familiares.

## **16 - Período do acampamento**

As dificuldades enfrentadas e registradas na memória dos assentados mesclam-se ao saudosismo de um período em que a situação demandava e produzia uma cumplicidade que impedia a ocorrência de conflitos como os que se verificam hoje nesses assentamentos.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> As ocorrências de furto, roubos e o assassinato ocorrido em 01 de janeiro de 2004 em Beira Rio, os comentários negativos feitos por alguns a respeito daqueles que gerenciam recursos da associação de São

Era muito bom, o povo tudo amigo. A gente trabalhava muito... naquele tempo a gente vivia naqueles rancho lá arriscado a tudo na vida. (E. S. – Beira Rio)

Moça fiquemos foi tempo debaixo dessa lona viu, no sol quente, rapaz, ave Maria... Eu tinha na base de uns 10 a 14 anos...agente não tinha o costume, que coisa ruim do mundo vei,... passei ai muita fome também... teve ai foi policia queria matar a gente, foi esse sofrimento mesmo...batalhemos...fiquemos nessa beira de pista...Então vida de acampamento, moça, é um negocio puxado mesmo (J. – São Sebastião de Utinga)

A carência material vivida nos acampamentos e o enfrentamento de situações decorrentes de intempéries, despejos e acidentes (as inundações em Beira Rio, o despejo em São Sebastião de Utinga e o incêndio nos barracos do Baixão) eram compensadas pela forte solidariedade entre os acampados. A ajuda mútua e a coesão comunitária pode ser atribuída tanto à uma situação que demandava a união do grupo, quanto à práxis do MST que desde o primeiro momento ressaltava a importância da solidariedade e “do coletivo”.

Era bom, as pessoas tudo unido, tudo direito, e que se eu tivesse um café em casa, chegasse um vizinho tomava. Se não tivesse em casa e chegasse na casa de um vizinho era a mesma coisa...Comida? aí dividia um pouquinho pra um, um pouquinho pra outro. (D - Baixão)

A irregularidade na assistência alimentar prestada pelo Governo e a rejeição dos fazendeiros em utilizar a mão de obra dos acampados nas fazendas próximas, aumentava o sofrimento dessas famílias, minimizadas pelo auxílio prestado pela prefeitura (Beira Rio) e entidades religiosas, principalmente a CPT (Beira Rio e São Sebastião de Utinga).

Na época de acampamento agente sofreu muito... muitas pessoas passava necessidade por falta até de comida porque as vezes tinha uma cestazinha do INCRA, mas não era direto e os fazendeiros também não dava emprego agente (G – São Sebastião de Utinga)

---

Sebastião de Utinga e as atitudes de filhos de assentados do Baixão que tem incomodado a comunidade do assentamento com a utilização do reservatório de água como piscina.

## **17 - Sociabilidade:**

No cotidiano do assentamento as mulheres estão mais presentes do que os homens, pois estes acordam muito cedo, geralmente por volta das 5:30 da manhã, e se deslocam para os lotes ou para as fazendas onde vão “dar o dia” como vaqueiros ou prestadores de serviços em atividades rurais (situação encontrada com mais frequência apenas no assentamento Beira Rio).

Também é comum que as mulheres trabalhem na roça, porém com uma carga horária mais flexível, já que precisam permanecer mais na agrovila para dar suporte aos filhos, que ainda estão em fase de escolarização. Isso lhes possibilita construir os espaços de socialização, onde realizam discussões sobre os problemas do assentamento.

Os homens em geral passam todo o dia fora da agrovila e muitas vezes dormem no lote durante toda a semana, restando apenas os fins de semana para conviverem na agrovila. Um dos espaços privilegiados de participação masculina é o “baba” que acontece nas tardes do sábado e na manhã de domingo, quando também se realiza a feira do assentamento.

As redes de sociabilidades existentes nos assentamentos são baseadas nas relações de parentesco e de vizinhança construídas em um período anterior à ocupação até porque muitos entraram na luta pela terra através de informações ou indicações feitas por familiares, amigos ou vizinhos que participaram de reuniões de base do MST. Nos três assentamentos os assentados declaram ter parentes ou conhecidos no próprio assentamento e/ou outras áreas do Movimento. A extensão disso é maior em assentamentos como o Baixão, já que a grande maioria anteriormente residia em um povoado a 8 km do assentamento - o Rumo. Segundo o levantamento realizado em 2000, 21,9% das famílias afirmam conhecer mais de 50 pessoas antes mesmo da organização do acampamento e 66,4% tem algum parente dentro do assentamento Baixão. (p. 101).

Meus tios logo veio pra aqui...e depois chamou meu avô, depois do meu avô veio o meu tio mais velho Roque, ai depois de Roque agente veio... minha mãe ficou assentada, muito tempo, ai depois que minha mãe foi embora, eu fiquei na área.” (T – São Sebastião de Utinga)

(...) eles tavam numa festa num clube, chegou uns colegas deles comentando, aí eles foram pra casa, arrumaram tudo e veio junto com os colegas e ocuparam... Metade das pessoas aqui é do Rumo e aí eu já conhecia... tem vizinho meu que é vizinho meu, e lá no Rumo era vizinho meu... tem um bocado de parentes, primos... Têm parente do meu esposo na Boa Sorte<sup>66</sup>” (J – Baixão)

(...) tem um assentamento daqui a três quilômetros, que tem parente meu também (G – São Sebastião de Utinga)

Tinha um irmão da minha mulé, que veio logo no início. Aí com oito dias eles foram: “\_Bora rapaz, bora pra lá”. Aí eu vim. Tem muita gente lá de onde agente morava do Rumo, eu conheço varias gente já, da Colônia ...tem um primo. (D. Baixão)

As relações familiares preservam seu peso na construção da sociabilidade no assentamento, já que, elas orientam inclusive a forma de inserção dos assentados nas novas formas de sociabilidade propostas pela práxis do MST como a formação das brigadas, dos coletivos e da participação na Associação. No assentamento Beira Rio, a discussão em torno da expulsão de 10 famílias do assentamento, motivada por um assassinato ocorrido na festa de ano novo de 2005<sup>67</sup>, foi conduzida com base nas relações de parentesco entre os membros da associação naquele período e os envolvidos no episódio. Da mesma forma, na assembleia que discutiu sobre a gestão da casa de farinha no assentamento São Sebastião de Utinga, os argumentos eram direcionados de acordo com o vínculo que cada um mantinha com os assentados alvos da divergência. Alguns coletivos formados para realização de tarefas no assentamento articulam pessoas da mesma família (Anexo XX) ou vizinhos. E a participação nas atividades do MST como as marchas, encontros e até o “pagamento do coletivo”<sup>68</sup> é realizado entre os membros de uma mesma família. “*as vezes eu vinha pagar coletivo com meu pai, outro dia era meu irmão...*” (G - Baixão). No assentamento Baixão as atividades de lazer mais apontadas entre os assentados entrevistados pela equipe da FAPEX foram: a conversa com vizinhos (80, 1%) a visita a parentes (65%) e a participação em atividades religiosas (60, 5%). (p. 145).

O envolvimento da família corresponde à práxis do MST que, ao contrário dos sindicatos, onde a participação restringia-se ao homem ou ao ator sindicalizado, constrói

---

<sup>66</sup> Assentamento do MST em Iramaia.

<sup>67</sup> Descrever a questão da expulsão das famílias.

<sup>68</sup> Consiste em trabalhar durante um dia na realização de alguma tarefa coletiva.



outra referência de participação, incorporando toda a família como fator determinante. Isto porque ela potencializa a resistência de massa nas ocupações e assentamentos, proporciona a formação de novos quadros do Movimento, geralmente entre os filhos dos assentados<sup>69</sup>, e principalmente, porque constrói nos acampamentos as bases para a formação de uma comunidade que se territorializa no assentamento com o máximo de valores e referenciais de sociabilidades associados à práxis do MST.

Por outro lado, outras formas de organização estão presentes nestes assentamentos, a exemplo das brigadas, dos coletivos, do Grupo Estrela da Juventude e do Grupo de Vaqueiros em São Sebastião de Utinga, do Grupo de Mulheres do Assentamentos Beira Rio e da ACVI no assentamento Baixão. Essas experiências, que podem ser consideradas como produtos da práxis do MST nos assentamentos, possibilitam a participação dos assentados em espaços que poderão trazer outras referências para as relações sociais dentro dos assentamentos. No assentamento Baixão, por exemplo cerca de 67% dos assentados nunca havia participado de uma associação (PDSA p. 100).

Tem trabalho coletivo e as brigadas sempre de mês em mês se reuni pra discutir o que vai fazer na brigada... Nós temos o grupo de vaqueiro, quem cuida do caminhão, outros que cuida de trator, outros que cuida da farinha, outros cuida da roça, e outro que cuida dos gado. Então tem vez aqui que agente se reuni e tem vez que tem aqui até 8 reunião numa noite. Aí você chega em um canto tem um grupo, noutro canto tem...Tem o grupo de jovem também, tem a Estrela da Juventude que é um samba, os meninos tem uma bandinha (G – São Sebastião de Utinga)

Em Beira Rio à noite, a rua é burbulhada de jovens, verificando-se inúmeros grupos de 5 ou 6 rapazes nas esquinas e nos bares do assentamento. As moças quando não estão nas sedes dos municípios de Boa Vista e Marcionílio para concluir o 2º grau, tomam conta dos irmãos enquanto os pais estão no lote (dias de semana). Existem dois bares no centro onde os jovens costumam ouvir música em alto volume, e outros dois, localizados nas últimas ruas, um em frente ao outro, onde os mais velhos costumam jogar cartas e dominó.

No Baixão, é difícil encontrar os assentados na agrovila durante o dia. Em visita aos lotinhos pode-se observar que a grande maioria dedica seu dia às atividades produtivas,

---

<sup>69</sup> Neto e Leandro que são filhos de Valdete Correia do Baixão e Ralmir e Amélia, filhos de Ramiro do São Sebastião de Utinga são exemplos disso.

pois em quase todos tinha a presença de um assentado trabalhando. A noite no assentamento é tranquila, pois a maioria dos assentados dorme cedo ou permanece em suas casas. Os espaços onde se verifica movimentação são a Igreja Católica na ocasião das missas realizadas às quartas feiras, e em dois bares situados na primeira rua, onde os jovens conversam, bebem, jogam e ouvem música.

Já o Assentamento São Sebastião de Utinga é bastante movimentado. As brigadas, os coletivos e os grupos culturais fazem várias reuniões paralelas ao longo da noite. Além disso, alguns assentados apreciam o jogo da sinuca no barracão e nos bares do assentamento e rodas de violão, regados a cachaça produzida no próprio assentamento (Anexo X).

## **18 - Organização espacial:**

Inúmeros fatores influenciam a organização espacial destes assentamentos. Os aspectos naturais (o relevo, a existência e a localização de rios e matas), a infraestrutura existente nos imóveis (energia elétrica, água, edificações, estradas etc.), a qualidade dos solos (a localização dos solos férteis e dos erodidos) e as projeções sociais e produtivas relacionadas de um lado, ao projeto sociopolítico do MST e, de outro, às orientações do INCRA.

Dos assentamentos estudados, o PA Baixão foi o único onde foi realizado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) em 2000. Essa intervenção do Estado garantiu aos assentados informações acerca da qualidade dos solos e do potencial produtivo do assentamento. Esse estudo orientou a organização espacial do assentamento, levando os assentados a priorizarem os solos mais profundos para a delimitação dos lotes, deixando os solos “fracos” e desgastados como reserva legal. Como parte do assentamento está localizada no perímetro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, as matas ciliares dos rios Una e Timbó, que cortam o assentamento foram definidas como área de Reserva Permanente.

(...) agente tentou deixar as reservas nos solos mais fracos, porque aí as famílias poderiam ter uma parte maior de solo mais forte, então a maioria dos assentados tem um solo muito bom, mais

ficou ai acho que uns 10 lotes de solo fraco, infelizmente, não deu pra acomodar todo mundo na área boa. (V: Baixão)

Visando garantir aos assentados o acesso às terras próximas ao rio Una, o MST e a associação dividiram o assentamento em dois tipos de lotes: o lotão e o lotinho. A área onde se encontram as terras mais férteis com acesso a água da nascente, foi dividida pelo número de famílias, sendo destinado um *lotinho* de 4 hectares para cada. O lotão foi delimitado ao redor da agrovila para reduzir a distância para o deslocamento diário dos assentados (Anexo XX).

A localização da agrovila foi definida coletivamente em assembleia onde se confrontaram duas propostas: construí-la próxima à estrada já existente ou em um local plano próximo à rede elétrica e aos reservatórios de água da fazenda, tendo vencido a segunda proposta. Através de sorteio foram distribuídos os lotinhos, os lotões e a localização das residências.

(...) a distribuição foi no sorteio, quem pegou a terra ruim não tem do que reclamar, foi a sorte dele. (V: Baixão)

O formato da agrovila foi desenhado para garantir o crescimento da localidade no futuro, pela expectativa de que o assentamento seja local de moradia dos filhos de assentado após a emancipação da área. Buscou-se diferenciar do modelo circular organizando três grandes ruas paralelas com uma praça localizada em uma das extremidades (Anexo X).

A gente saia muito nos encontro e agente via as ruas dos assentamentos quase no mesmo modelo: é sempre aquele redondo, com aquela praça enorme no meio. Agente disse: “Não, num é bem legal assim .Vamos fazer mais um modelo de cidade do futuro. É tanto que essa vila tem 60 tarefas. Agente marcou uma área bem ampra. Mais tarde tem como crescer...e não dá dor de cabeça como é as vilas que agente ver por aí, é mais mato do que praça (V: Baixão)

A agrovila do PA São Sebastião de Utinga foi construída próxima ao rio Utinga, com base num projeto idealizado por um assentado (Seu Ramiro) e desenvolvida pelo senhor Astério. Segundo ele, a disposição das residências uma ao lado da outra, com uma enorme praça no meio, formam um “ovo de pato” e foi pensada para “*facilitar quando a polícia chegasse com represália pra o pessoal tá todo unido ali olhando cara com cara*” (Astério: São Sebastião de Utinga).

O tamanho da praça, inicialmente considerada grande demais, demonstrou-se adequada à realização das festas tradicionais do assentamento, como a Festa de Vaqueiros e a Festa da Padroeira de São Sebastião de Utinga, assim como para as atividades do MST.

a gente pensava que era até grande essa vila, mas teve uma mobilização que veio toda regional, a Romaria das Terras e Águas, e foi setenta ônibus aqui, e agente viu aqui é do tamanho normal (G – São Sebastião de Utinga)

Este modelo prevaleceu sobre o projeto elaborado pelo INCRA que foi criticado pelos assentados, principalmente, em função do tamanho das residências e a distribuição na área. Estava previsto no projeto dos assentados o plantio de árvores frutíferas e árvores silvestres para embelezamento da praça. O que existe neste espaço é o Barracão dos Vaqueiros e um campo de futebol, onde acontecem os *babas*.

A área deste assentamento é marcada pela presença de murundus que limitam a sua utilização agrícola. A área de *terras vermelhas* localizadas no final do imóvel foi dividida entre as famílias, ficando 01 hectare para cada. Esse local é denominado pelos assentados de *hectária*. Antes da hectária estão os lotes grandes, cujo acesso se dá pelo cruzamento da BA 142 localizada ao lado da agrovila.

A organização espacial da agrovila da Beira Rio orientou-se pelas brigadas, cada rua abriga dois grupos de famílias formados na época do acampamento. A agrovila foi construída às margens dos 7 km de rio Paraguaçu que banham a área, próxima a balsa que dá acesso à sede do município de Marcionílio Souza. Essa localização foi estratégica, já que o assentamento está a 58 km da sede do município de Boa Vista do Tupim.

Existem duas áreas coletivas: uma localiza-se no fundo da fazenda e está abandonada, servindo apenas para guardar alguns animais dos assentados; e a outra é próxima à agrovila e vinha sendo utilizado no projeto de horta do Grupo de Mulheres, estando atualmente inutilizado. O restante da área constitui a reserva legal do assentamento, que é frequentemente vítima do tráfico de madeira, conforme informações da empreendedora social do INCRA.

Todos eles apresentam problemas de moradia devido a demora na liberação do crédito habitação, que criou uma defasagem no preço projetado em função da distância

temporal entre o planejamento e a execução: No Baixão e em São Sebastião de Utinga o recurso foi insuficiente para a conclusão das casas que estão, na sua maioria, ainda sem reboco. Em Beira Rio, enquanto aguardam uma solução por parte do INCRA, cerca de 40 famílias residem em edificações da antiga fazenda e até na casa de farinha que nunca funcionou por falta de equipamentos (ANEXO X).

## **19 - As associações**

Por ser uma instância de poder, as associações dos assentamentos são disputadas pelos agentes políticos locais, podendo-se perceber, nas eleições para a escolha das suas diretorias, a existência de grupos formados por diferentes vinculações políticas. As três últimas eleições da Associação do Beira Rio foram polarizadas entre o grupo que apoia o prefeito de Boa Vista do Tupim e a sua oposição, incluindo os assentados mais próximos ao MST. A atual diretoria do Baixão foi a única na história do assentamento, escolhida por consenso. Pois, nas eleições anteriores sempre três ou quatro candidatos disputavam a direção, o vencedor obtinha vitórias apertadas com no máximo 10 votos de diferença.

Ainda assim, as associações mantêm uma relação bastante próxima com o MST, reconhecendo neste a legitimidade da representação dos assentados. Exemplo disso foi a cobrança pela participação do Movimento na definição de questões importantes para o assentamento Beira Rio, como o episódio da expulsão das famílias.

Antes dessa participação direta, o Movimento relacionava-se com a associação apenas como uma entidade necessária para resolver assuntos burocráticos, como o recebimento dos recursos provenientes dos projetos dirigidos ao público da reforma agrária. A associação integra a estrutura do MST, devendo orientar-se pelas deliberações do Movimento.

(...) mas na verdade essas decisões quem toma são a organização, mesmo que seja Nô, Jorge também que passou um tempo e agora Belo, sempre eles ouviram o movimento. Eles sempre pediu se deve ou não deve fazer algo dentro do assentamento. (Wilson)

## 20 - Assembleias

A discussão e resolução dos problemas dos assentamentos ocorrem nas Assembleias realizadas mensalmente pelas associações. A participação da comunidade é frequente, mas varia de acordo com o assentamento e a pauta a ser tratada. Observa-se assim, que nos assentamentos com mais participação, como o PA Beira Rio, as assembleias estão sempre cheias e os assentados fazem muitas intervenções. As assembleias que mobilizam maior número de assentados são aquelas que discutem projetos, dívidas ou transferência de lotes. As assembleias acompanhadas por esta pesquisa nos PAs Beira Rio, Baixão e São Sebastião de Utinga tinham, respectivamente, 120, 45 e 35 pessoas.

A maioria dos entrevistados enfatizou que as decisões são tomadas democraticamente pelo povo, mas alguns relataram situações que demonstram que certos posicionamentos tomados pelos assentados frente a determinadas questões são, por vezes, “orientados” por pessoas que detém algum tipo de poder no assentamento, a exemplo da discussão sobre a compra dos caminhões da associação do Beira Rio.

foi né assembleia. Quando viero com a proposta de comprar os caminhão, aí fizero uma ata e eu disse \_Eu num vou assinar não...Pra quê dois caminhão aqui. \_ Um trator e um caminhão ta bom rapaz. \_Oi tem que assinar...quem num assinar na foia pode ir embora...Aí eu tive que assinar (B. Beira Rio).

Sou aqui coordenador da brigada... sempre participa...agente discuti o trabalho que vai fazer que tem roça coletiva né... tem cerca que tem que fazer pros animais. (Júnior –SSU)

Quando tem alguma coisa aí, reúne e vai pra assembleia aí o povo discuti... aí o que decidir tá decidido... (E. C. Beira Rio)

Quem toma pé das coisas do assentamento é sempre o povão sabe?... É, eles se desloca tudo da roça e vem. Costuma, eles participam muito, apesar de ser né...zoa muito. (N. Beira Rio)

As vez acontece que o presidente fala uma coisa e o povo num tem aquela orde certa. O que dá eles num quer cumprir. (E. S. Beira Rio)

A construção de novos padrões de consciência popular não é suficiente, no entanto, para extinguir antigas concepções arraigadas na verticalização do poder como demonstram algumas falas acima.

Os assentados informaram que a realização de assembleias com o MST geralmente ocorrem quando da organização dos eventos promovidos pelo Movimento ou quando algum projeto está sendo discutido. Em todas as assembleias, o hino do MST é cantado no início e é acompanhado de palavras de ordem.

A disciplina cobrada quanto ao horário de início da reunião e a condução da assembleia feita por um coordenador que organiza a ordem das intervenções \_ um comportamento que compõe o hábitus político, muitos vezes é mal compreendido por alguns assentados que reclamam de cerceamento da palavra<sup>70</sup>. Tal situação, que só se verifica entre aqueles que não participam tanto das atividades do MST, revelando, na verdade, o estranhamento com um novo conteúdo que deve ser incorporado ao seu hábitus de assentados.

## **21 - Relação dos assentados com o MST**

O papel dos assentamentos para o MST é fortalecer a luta pela reforma agrária através da concretização de formas de organização social e produtiva associadas ao conteúdo da sua práxis e o apoio político com a participação dos assentados nas instâncias e atividades do MST. A organicidade dos assentados em relação ao MST, pode então ser observada a partir da existência e funcionamento das instâncias do Movimento dentro dos assentamentos, principalmente os coletivos e os setores e a participação dos assentados nos encontros e marchas.

Embora a forma de organização proposta pelo MST esteja presente em todos os assentamentos, o grau de identificação com o Movimento e de participação dos assentados nas suas atividades e instâncias é diferenciado. Isso se deve ao processo de formação das três áreas que imprimiram determinadas características a cada um deles.

No assentamento Beira Rio, o enfrentamento dos assentados à CPI instalada pela Assembleia Legislativa para investigar aplicação de recursos do Governo Federal nos assentamentos, impedindo a entrada de deputados e policiais, fortaleceu a identidade política dos assentados. Além disso, as atividades do MST realizadas no assentamento

---

<sup>70</sup> Esse fato foi verificado apenas no Assentamento São Sebastião de Utinga.

ajudaram a cultivar essa relação, a exemplo do II Acampamento Baiano da Juventude realizado em 2003 com a participação de 2.000 jovens de todo o Estado.

Quando tinha as marchas, o número maior de pessoas saía da Beira-Rio... Claro que nem todo mundo tem a mesma consciência, se cria a mesma conscientização, mas parte do assentamento Beira-Rio conseguiu avançar nessa questão da coletividade, da consciência, da participação na luta e da valorização a terra. (Wilson - MST).

Ah, eu num perdia caminhada não, nem eu e nem ele. Nunca perdemos uma caminhada no MST. Ainda agora mesmo eu tava ali olhando os jornal que a gente traz. É página e mais páginas daquele jornal que a gente traz até encher as folha do caderno de jornal e tudo do MST a gente tem, de tudo eu tenho, de tudo... Eu gosto muito do MST. Que o MST num tira nada de ninguém, ele ajuda. (Elza Salvador)

Por ser o primeiro assentamento do MST na Chapada, o PA São Sebastião de Utinga foi alvo de intenso processo de formação política na época do acampamento, quando dois dirigentes estaduais residiam na área. A relação com o MST é reafirmada nas falas, na presença de bandeiras estendidas nas salas de várias casas e na atuação dos assentados junto aos coletivos e setores, com é o caso de R. que coordena o setor de cultura da Regional.

(...) caminhada que tem aí eu não perco não... Oh! È divertido moça, ... Todo mundo unido ali, é, eu gosto mesmo. Encontro mesmo, Salvador eu acho que já fui lá umas quatro vezes já... A última foi a caminhada que nos foi, foi de Feira a Salvador... (Júnior – São Sebastião de Utinga)

O assentamento Baixão que é considerado um modelo de produção na Regional, não apresenta o mesmo destaque quando à participação. A associação encontra dificuldades para mobilizar os assentados e convencê-los a estar presentes nas atividades do MST. Por outro lado, os assentados frequentam as instâncias no interior do assentamento, como as brigadas e os setores. A falta de participação não enfraquece a identidade com o MST, pois todos se declaram integrantes do Movimento. Isso talvez se deva à presença de militantes orgânicos nas instâncias de poder do assentamento, que atualizam a práxis via a condução das assembleias, e fortalecem as instâncias coletivas e de valorização dos símbolos do Movimento. Ademais, os assentados recebem informes sobre as atividades do MST nas assembleias.



Para o dirigente do MST em Itaetê, a baixa participação está relacionada a uma concepção de que “*participar de marcha é coisa pra acampado*”, o que explica o maior número de acampados nos eventos do MST. Mas, o principal fator pode estar na transformação das suas condições materiais de vida. Pois ao deixar de ser sem terra, passando a ser “proprietário” de um pedaço de terra, novas obrigações são assumidas, destacando-se a dedicação ao lote, aos cultivos e às criações, como aparece na justificativa de vários assentados, explicando a ausência nos eventos.

tem um grupo de jovem aí,... andei participando... eu afastei um pouco, muito trabalho pra fazer, né? A pessoa chega um pouco cansada (J – São Sebastião de Utinga)

Agente não pode sair assim, pra ficar dois três dias fora. Quem vai cuidar dos bichos? a muié não cuida, os meninos também num cuida, porque os bicho estranha eles. Ai eles deixa tudo a toa, ai eu num posso sair, então aconteceu assim, se você não puder ir, um da cinco conto, outro da dez conto, pra ajudar né (D - Baixão).

na época de acampamento você não tem gado pra você dar água todo dia, você não tem lote pra tá lá produzindo todo dia, tá chovendo porque você espera o ano todo chuva, e quando chove você tem que tá lá preparando a terra pra plantar, então você não pode tá três dias no encontro. o assentado acha que ir pra marcha, que ir pra ocupação de INCRA e mobilização é coisa pra acampado, o acampado tem que botar 50 e o assentamento bote 5, o Assentamento 29 de novembro, nós vai tirar 10 famílias pra vim pra uma mobilização aqui, trouxe um caminhão e não deu, ficou gente retado chorando, aí nós vai pro assentamento aí o dirigente fala: “Tiro cinco família” num assentamento de 140 famílias, tira cinco e na hora de ir na assembleia tirar cinco dá trabalho (G.).

Para o MST a participação do assentado não pode ocorrer “*só quando a luta lhe favorece...A pessoa tá ali na comunidade e pertence de fato ao Movimento deve pensar em outras pessoas que precisam da terra e não só num metiê do lote dele*” (J.). Esta orientação está presente numa música do Movimento, bastante escutada pelos assentados durante as caminhadas: “*Quando chegar na terra, lembre de quem quer chegar. Quando chegar na terra, lembre que tem outros passos pra dar*”.

A participação dos assentados na luta após a conquista da terra é talvez um dos principais desafios colocados para o MST no sentido de garantir sua territorialização, até porque manifesta o impacto que a “propriedade da terra” provoca na sociabilidade

da sua base social. A postura ideal seria a transformação do assentado em militante inserido na luta, e ao mesmo tempo produzindo no assentamento, cumprindo, assim, os dois papéis atribuídos aos assentados pela práxis do MST.

*é um pouco corrido mais se eu não fizer isso eu não faço roça, e nem faço a luta, mas eu consigo fazer a roça e fazer a luta, as vezes tem hora que a luta atrasa um pouco outra hora atrasa a roça (G.).*

A transformação das condições de vida é associada ao processo de luta. Os relatos acentuam as dificuldades enfrentadas, valorizando assim a conquista. Apesar do MST ter empreendido todas as ações ligadas a luta pela terra: trabalho de base, ocupação, acampamento, implantação do assentamento, acompanhamento dos projetos e elaboração de pautas anuais de reivindicações junto ao INCRA e à prefeitura, os vínculos identitários dos assentados com o Movimento apresentam diferentes graus de aproximação. A maioria deles mantém um distanciamento do Movimento percebendo sua atuação como ajuda. É recorrente nas narrativas a expressão “ele” para referir-se ao MST o que indica que não se consideram parte do Movimento.

*“...fazemos barracos de palha, de lona, entendeu? Aí foi conseguindo **apoio** das entidade, prefeitura, igreja, sindicato. Todo mundo **contribuiu, o Movimento junto, o MST..**” (Nô)*

*“Eu quasemente não. Acho que só assim, eu assisto algumas reuniões deles, só que **eu num faço parte não...** Eu acho que o MST luta muito pela vida dos pobres, pelas pessoas que não tem onde morar, não tem onde trabalhar. (Ninha)*

Observa-se ainda a compreensão de que por residir em um assentamento do MST os assentados devem sentir-se parte da organização. Nessa concepção, a participação nas atividades do Movimento aparece como uma espécie de retribuição pela conquista da terra atribuída à atuação do MST. Por outro lado, a vivência que essas atividades proporcionam reelaboram certas interpretações dos assentados.

*Faz né, porque se a gente mora aqui a gente tem que fazer parte. (Elza Cândido)*

*(..) quando eu morava em Boa Vista eu não entendia o que era o Movimento Sem Terra, eu via outra cara... Depois que eu vim pr'aqui, eu participei de ocupações aqui na Tapera<sup>71</sup>. Eu vi que realmente lá fora a gente vê as coisas de um jeito e a gente vivendo no dia a dia é outra coisa. (Sônia)*

---

<sup>71</sup> Refere-se a ocupação da fazenda Tapera que a professora participou Já como assentada na Beira Rio.

O maior distanciamento é verificado entre os jovens. Essa rejeição não é necessariamente ao MST, pois identificam nele oportunidades de terem acesso a certos conhecimentos e espaços de sociabilidade (viagem para Salvador, outras cidades da região e encontros que levam pessoas novas para o assentamento), mas à identidade de “sem terra”.

Sendo construída a partir do resgate e da afirmação de um modo de vida ameaçado pela ausência de terra, tal identidade não seduz a juventude dos assentamentos que é mais atraída pelo modo de vida urbano, qual tem acesso pela televisão. O trabalho pedagógico do MST atua nas escolas tentando construir outra perspectiva.

(...) os alunos não aceitam, eles não querem ser sem terra, a realidade é essa...aonde cabe a nós professores ver se consegue tirar isso deles...a gente temos de conscientizar eles de que queiram ou não queiram eles moram numa localidade do Movimento Sem Terra.. Eles diz “\_que nada, eu mesmo não que não sou sem terra”. (Sônia)

(..) a gente vê exemplo de alguns que estudam no Rumo, Itaetê, tem aluno que tem vergonha de dizer: “Ah eu sou Sem-Terra, eu moro no Sem-Terra”. Tem aluno que esconde, tem vergonha de dizer pro seus colegas, pro seu professor. (Jose – Baixão).

A dinamização do processo de luta, a dificuldade em formar quadros dirigentes, que encaminhem essas atividades junto aos assentados, e os problemas financeiros são apresentados como justificativas - do Movimento e dos assentados - para a ausência da direção do MST no assentamento. Essa distância é cobrada pelos assentados que reclamam a presença do Movimento na resolução dos problemas, podendo a partir daí perceber a legitimidade a este atribuída para o gerenciamento do assentamento.

A relação com o MST é múltipla: alguns assumem uma postura de gratidão, outros de admiração, outros de cobrança, a depender principalmente da posição que cada um assume dentro do assentamento, do modo como participaram do processo de luta e da influência que as experiências anteriores de cada um exerce no olhar dos assentados sobre o Movimento.

Para a liderança do Movimento o caráter do vínculo que os assentados passam a construir com o MST depende da capacidade de construir-se uma formação política coerente e adequada, um instrumento de conscientização que deve exercer sua influência durante o processo de acampamento, quando há um terreno propício para a introdução dos elementos de sua práxis. O acampamento aparece então como o momento crucial, pois é quando o MST se encontra mais próximo da sua base em função das demandas que o processo de luta impõe.

(...) quanto mais a família sair politizada do processo de acampamento pra o processo de assentamento, conscientizado, o assentamento vai ser melhor, vai ser mais organizado, as pessoas são mais amigas, as pessoas trabalham mais coletivamente, tem um amor maior pela terra. (Wilson - MST)

A demanda do processo de luta exige, assim, mais atenção por parte dos militantes do MST, levando-os a se ausentarem ou a não poderem dar a mesma assistência aos assentamentos. Essa situação é explicada pela insuficiência de quadros dirigentes do Movimento e pela incompatibilidade entre o período necessário à formação de quadros dirigentes e a dinamização do processo de luta que leva a multiplicação das ocupações e assentamentos.

O movimento consegue crescer mais rápido no número de acampados e assentados, do que a formação de um quadro, porque a formação de um quadro, às vezes leva anos pra você formar uma pessoa e o processo da luta às vezes é muito mais rápido do que a formação. Então essa é uma das dificuldades, principalmente de acompanhamento, é a falta de quadros qualificados, no entendimento do processo todo de reforma agrária, da luta de classes. E hoje pra você ser um quadro, que você vá pra o assentamento, você precisa conhecer bem desde projeto, desde lei, você precisa conhecer da organização, todos os processos pra você discutir internamente. Porque pra você formar um quadro, que muitas vezes ele é semianalfabeto, pra ele ter essas qualidades e a consciência de classe acima de tudo, requer tempo pra você fazer essa formação. (Wilson)

## **22 - Pedagogia da terra nos assentamentos da chapada**

A realização dos Encontros Estaduais de Educadores do MST realizado anualmente pelo setor de educação tem o objetivo de formar os professores que atuam nas áreas de reforma agrária na perspectiva da Pedagogia da Terra. Mas, o histórico de formação dos

professores, o distanciamento com a luta do MST e principalmente o vínculo empregatício com as prefeituras limitam a transformação desses professores em educadores do campo.

No assentamento Beira Rio o trabalho é encarado pelos professores como algo pontual, restringindo-se à discussão de textos do movimento, realizado no âmbito de uma disciplina que compunha o currículo da escola. Na disciplina Movimentos Populares - MP eram cantados os hinos e proferidas as palavras de ordem do movimento, servindo de preparação para os encontros regionais do MST: encontro de sem terrinhas, acampamento de juventude e marchas.

Hoje é difícil encontrar um aluno que saiba mais uma música do Movimento Sem Terra... A gente vai pra um encontro de sem terrinha, chega lá passa muita dificuldade, porque eles não cantam, entendeu? O que eles sabem mesmo é o hino que toda segunda-feira é cantado na escola. (Sônia)

A professora atribui isso à falta de acompanhamento do setorial de educação do MST e a dificuldade de “encaixar” o seu projeto pedagógico no cotidiano da escola em função da programação exigida pelo modelo didático-pedagógico exigido pela Diretoria Municipal de Educação.

A fala da professora mostra a contradição que ela vivencia, pois se encontra subordinada a diretrizes externas às do MST e, ao mesmo tempo tem a função de aplicar o projeto político-pedagógico do movimento que exige outra forma de produção e utilização do conhecimento; ao não compreender os princípios do MST na sua íntegra a educadora o reduz à realização de atividades com o material do MST: textos, hinos e palavras de ordem.

Além disso, nem todas as professoras que trabalham nessas áreas se reivindicam militantes ou “simpatizantes” do MST, sendo até mesmo, indiferentes. Assim, a possibilidade de constituir a escola enquanto agência pedagógica da práxis do MST fica extremamente comprometida.

(...) tem esse projeto chapada mesmo que é de 1ª a 4ª série que as vezes nem deixa uma folguinha para **encaixar**...porque se tivesse **um coordenador do Movimento, junto com a coordenadora do Projeto Chapada, elas duas se juntavam e ali elas faziam,**

porque se desse uma vaguinha pra encaixar, nem que saiba uma vez por semana, não é? (Sônia)

A fala acima permite ainda perceber que a professora, responsável pela disseminação dos princípios e valores do MST nas escolas, pretende harmonizar as diretrizes do Movimento com as do Estado. Posta na situação de intermediária entre Estado e MST não percebe que os militantes têm relação de descrédito e desconfiança em relação às agências do Estado: escola, polícia, órgãos de política agrária, etc. Pois são concebidos pelo MST como instrumentos da elite utilizados para garantir a manutenção do *status quo* e, por isso, dirigidos contra o Movimento.

(...) em outros municípios, os professores chega na escola dizer que a criança não pode ir com o boné do MST, que a criança não pode levar o material do MST no próprio assentamento do MST; porque essa é uma das influências que também as prefeituras tem em desarticular o movimento. (Wilson)

Em todos os assentamentos, a maioria dos professores reside na cidade e não participaram do processo da luta. No Baixão, dos quatro professores que lecionam no assentamento, apenas uma é assentada.

O Projeto político Pedagógico, a gente não acompanha o do MST, a gente tem o que é da Secretaria da...a gente tem vontade né? Eu noto muita diferença, porque o que a gente trabalha, não tem nada a ver com o assentamento, da realidade dos meninos Porque a realidade do campo é totalmente diferente né? (Jose – Baixão)

### **23 - O significado da propriedade da terra para a práxis do MST**

Desde os primeiros congressos do MST, em 1984, quando a bandeira de luta levantada era “Terra para quem nela trabalha” o Movimento identifica-se com as representações camponesas. Ainda que este tenha surgido a partir de famílias que perderam a sua condição material de camponeses, isto não alterou o seu caráter ideológico. Será esta formulação que o aproximará do campesinato mais tradicional do nordeste.

A partir de 1985, quando se buscava enfatizar a necessidade de luta para a aquisição da terra, a palavra de ordem “Terra não se ganha, terra se conquista” demarcava uma

postura frente ao Estado negando a sua posse como dádiva e reafirmando-a enquanto um direito.

A noção original de construir-se enquanto um movimento camponês mais adiante sofrerá questionamento, com as bases entrando em choque com as direções. Isso ocorreu quando o desejo dos assentados em conquistarem a autonomia individual e/ou familiar entrou em contradição com o princípio do coletivismo incentivado pelo MST. O Movimento busca caracterizar a posse da terra, não como uma finalidade ligada a um projeto individual, mas como instrumento de luta pela construção de uma sociedade igualitária, onde a terra seria destituída do valor burguês embutido na propriedade privada.

(...) cada pai de família, ele aprendeu a vida inteira, a trabalhar para fazendeiro e sempre teve na cabeça dele, o meu, eu quero ter o meu pedaço de terra, a minha casa...E no processo de reforma agrária, há uma conscientização muito além disso, não é? Da coletividade, de você repartir, de você se sentir naquela irmandade e a gente sempre disse quando vocês conquistam a terra muito fácil, as pessoas às vezes não dão valor que ela, que é preciso ser dado; ...Quando você conquista ela com muita facilidade, sem que você leve um despejo, sem que você sofra um pouco por ela, você acaba não dando o valor que ela tem, porque o seu sofrimento é que valoriza a sua terra (Wilson).

A reelaboração proposta pela práxis do MST em relação à propriedade da terra encontra limites também no fato dos assentados não adquirirem sua sobrevivência unicamente do trabalho que desempenham no lote. Por conta disso, a inserção em atividades precárias e a manutenção dos vínculos de trabalho com fazendeiros reproduzem posturas e comportamentos que o Movimento esperava reformular com a experiência dentro do assentamento a partir das formas de participação e de atuação política.

No Assentamento Beira Rio onde se observa com mais frequência a realização de trabalho fora do assentamento, os assentados, obrigados pelas condições desfavoráveis à produção no próprio lote continuam vendendo a sua força de trabalho, o que os obriga a ausentar-se durante muito tempo da atividade interna, restringindo a sua sociabilidade nos assentamentos e permanecendo sob a influência de relações de poder que reforçam os conteúdos tradicionais de sociabilidade.

(...) meu marido precisa sair pra fora, pras fazenda trabalhar... ele vai de manhã, volta de tarde.... E as vez também ele vai pro lote, cuida ne um lugar e cuida ne outro, porque a gente num tem como num viver assim, só do lote.... Eu acho que é quase todo mundo aqui assim, porque num tem emprego, porque se for trabalhar só no lote num dá.(Maria de Fátima)

Quando a gente arruma algum servicinho a gente vai fazendo.. Quando num arruma fica assim mermo, trabalha na roça e, passa. (E. C Beira Rio)

## 24 - Relação dos assentados com a terra

A análise da origem, da trajetória e dos motivos que levaram os entrevistados a entrarem na luta pela terra aponta para uma homogeneidade no perfil dos mesmos. A maioria é proveniente de famílias camponesas que não conseguiram, pelo tamanho da propriedade ou pela ausência dela, garantir aos núcleos descendentes o acesso a terra ou simplesmente o exercício de atividades fundamentais para a reprodução social do grupo familiar, tais como a pecuária e a agricultura de subsistência.

É uma coisa que agente aprendeu desde o começo, desde os dias de ocupação que a terra é importante, que você vai tirar dela seu alto-sustento, e vai sobreviver nela...é onde vai garantir também minha aposentadoria no futuro. (V- Baixão).

Na maioria das falas é possível perceber que a terra aparece nas narrativas dos assentados como um elemento fundamental para a subsistência física e social, na medida em que permite a manutenção de um modo de vida semelhante ao dos pais e garante a reprodução da família através da herança, logo é um patrimônio familiar econômico e simbólico.

Porque quando foi pra vim pr'aqui foi meu pai que acompanhou sabe? Aí, ele tinha vontade assim, de ele **dar uma coisa a um filho dele sabe**. Aí ele tirou essa terra e botou no meu nome. Aí ficou como se fosse um presente que ele tava me dando. (Elza Cândido).

Esse conteúdo ligado à história da reprodução familiar na qual a terra é concebida como “herança familiar” encontra-se também na práxis coletiva do MST, mas distinto do



sonho tradicional aqui aparece como direito dos camponeses, das gerações : “*porque pra nós a terra ela tem que ser um bem, que passe de geração para geração. Na verdade, se eu conquistar uma terra hoje, eu não quero ela pra mim, eu tô pensando nos meus filhos, neles viver bem.* (Wilson - MST).

Na mesma linha se observa que a interpretação da posse da terra é compreendida contraditoriamente como resultado da luta e dádiva do Estado: ***A gente lutou muito pra adquirir essa terra aqui. Fizemo muita caminhada pra Salvador. A gente sofreu muito... Porque você sabe que a gente pobre tem que lutar com a vida, pra poder adquirir mais as coisa. Essa terra aí que diz que o INCRA vai dar, e aí a gente continuou vindo aqui pra dentro.*** (Belo – Beira Rio). A luta é representada não apenas como um ato político, mas também como uma atitude de resistência frente às dificuldades da vida, um comportamento que compõe o *modus vivendi* dos “fracos”.

O aspecto de dádiva também media a forma como uma assentada apreende o papel do MST no processo de conquista da terra: *Eu vim porque foi muito prometimento, diz que aqui ia ser bom, ia tirar as pessoa da cidade e levar pro campo, que ia ser muito bom, aí a gente veio.* (Elza Cândido). Essa fala expressa certo estranhamento, onde a assentada se destitui do caráter ativo, atribuindo ao Movimento a responsabilidade pelas condições de vida que se encontram a partir da entrada na luta, caracterizando uma transferência de atribuições do Estado para o MST.

Isso é observado ainda na fala de outra assentada que coloca o Movimento como responsável pela desapropriação da Beira Rio em contraposição à Cana Brava, sem perceber que este último também foi formado a partir de mobilização popular que levou o INCRA a desapropriar a área. “*...eu vim de outro assentamento né, a Cana Brava, lá também é uma área de reforma agrária, só que lá foi desapropriado pelo INCRA sabe? Num foi pelo movimento*” (Vanuza – Beira Rio).

Apesar de disporem de pequenos lotes os assentados comprometem a maior parte da área com pastagens para a criação de bois e cabras. Assim, a conquista da terra passa a significar a possibilidade de formar um patrimônio, através da pecuária, que serve como uma poupança a ser utilizada nas ocasiões que demandam mais recursos, tais como doença de algum membro da família, uma viagem para São Paulo ou Brasília<sup>72</sup>,

---

<sup>72</sup> Um dos destinos migratórios da população rural da Chapada.

casamento, funeral e, principalmente, o pagamento da dívida com o INCRA, todos os itens relacionados à reprodução familiar.

Os assentados, apesar da forma singular de luta para aquisição da posse da terra não se distinguem substancialmente dos demais camponeses no tratamento que dispensam a seu principal meio de produção e de vida. Considerada um excelente investimento financeiro por fazendeiros e empresários de agronegócio, a pecuária é desenvolvida nos assentamentos como meio de garantir a propriedade da terra pelo pagamento posterior da dívida, para garantir a subsistência do núcleo familiar com a venda eventual de alguma criação menor (porco, galinhas, cabras). Por outro lado, se observa que alguns assentados compreendem a posse da terra como um instrumento para adquirir autonomia e até mesmo conseguir status, dinheiro e poder.

Se pode ir cuidano daquela terra porque tá ali, tudo é seu, **tudo quem manda é você.** (Elza Salvador)

“É porque na época que saiu a gente já tinha uma quantidade lá de capim, de pastagem...pra ir aumentando, porque quando tem um, dois, período de seca, a gente fica perdendo umas cabeça, **como até alguns fazendeiro** que as vez tem uma fazenda cheia de gado, aí chega uma situação dessa que você, até 400 mil cabeça de gado...então aquilo ali pode trazer um grande prejuízo. **Então a gente já tem esses exemplos, e a gente que ta começando,** a gente num pode deixar ir rendendo muito..”(Edson)

## 25 - Produção

A produção do assentamento é basicamente de subsistência onde se destaca a cultura dos gêneros alimentícios que compõe a dieta dos assentados: milho, feijão, mandioca, abóbora e melancia, além de frutas como banana, pinha, caju e abacaxi.

A principal atividade econômica é a pecuária com a criação de gado e caprinocultura podendo-se verificar lotes totalmente voltados para essa atividade com plantação de capim e formação de pastagens. A centralidade da pecuária no projeto de assentamento vincula-se, em certa medida, ao conhecimento acumulado pelos assentados nas suas experiências anteriores de trabalho, tendo em vista que esta é a “vocação econômica” histórica da região.

A presença marcante da pecuária nos assentamentos estudados indica que esta prática corresponde às experiências anteriores dos assentados, que no período anterior à luta pela terra eram vaqueiros ou diaristas em fazendas de gado da região. Além disso, as condições produtivas dos imóveis desapropriados, que eram ocupados por rebanhos de gado criados de modo extensivo, condiciona a utilização da terra, pelo tipo de infraestrutura existente e pela qualidade dos solos utilizados durante anos com a criação de gado. A fazenda Brasília (Baixão), por exemplo, tinha 54% da sua área ocupada com pastagens plantadas (1.761,00 hectares) e naturais (291,60). A fazenda dos Bezerra (São Sebastião de Utinga) que era claramente utilizada como reserva de valor, com maior parte da área sem aproveitamento produtivo, ainda mantinha 200 hectares de pastagens, além de currais, cercas e aguadas.

Em um levantamento realizado pela Associação do Baixão e a ADAB, foram contabilizadas 2.500 cabeças de gado, o que representa uma média de 18 cabeças por assentado. Essa quantidade está próxima da capacidade máxima do lote que é de 20 cabeças. Além do tamanho da terra, os longos períodos de seca prejudicam a qualidade do pasto, dificultando a ampliação dessa atividade nos assentamentos. O levantamento da associação também registrou que em 2007 os assentados contrataram 270 horas de trator utilizadas na preparação de 520 tarefas de terra nos lotes dos assentados.

Aqui a gente vende de acordo com a necessidade de cada um, por exemplo, na época de roçagem em pasto é obrigado você vender para fazer o pasto e se você não fizer não tem capacidade de criar pro ano seguinte (V. Baixão)

A esses limites estruturais se soma o significado atribuído à pecuária pelos assentados, que a desenvolvem no sentido de garantir um patrimônio familiar que assegure a reprodução da família. Assim, a criação de gado existente nos assentamentos não pode ser comparada à pecuária desenvolvida pelos fazendeiros e pelas empresas rurais, já que se orientam por objetivos diferentes.

depende da necessidade, por exemplo, assim, acaso que tem perca de roça, você tem que vender o bicho por que senão morre de fome, né? Tem época também que adoce alguém da família aí não tem jeito. (V: Baixão)

não pode criar muito bicho, e o meu pasto é pouco e chove pouco... vender uns mesmo pra sobreviver os outros, (D – Baixão)

A produção se destina fundamentalmente para o autoconsumo, com exceção de alguns itens que, quando conseguem superar a deficiência de infraestrutura para a produção e o transporte, são comercializados como forma de garantir alguma renda visando o pagamento dos créditos.

È uma parte é pra minha família e outra parte é pra vender, ta entendendo? Ah! O que agente vende aqui, é mamona é a mandioca também depois que faz a farinha agente vende... o feijão é difícil, porque quando dar, já fica pra mim de casa, é difícil sobrar (T – São Sebastião de Utinga)

A divisão espacial do assentamento expressa a organização da produção onde os *lotinhos* (Baixão) e a *hectária* (São Sebastião de Utinga) são destinados inteiramente para o plantio consorciado de culturas de sequeiro e os lotões são mais utilizados para a criação de gado e outros pequenos animais (porco, cabra, galinha, etc.), embora também se observe plantios, num sistema rotativo de pasto, mamona e milho. No Assentamento Beira Rio os assentados dividem o lote para o plantio e a criação, com preponderância para a última.

Eu tenho 19 cabeça de gado...e planto pasto também... se a gente for, a querer desmatar tudo, roçar tudo fica pior pra gente, né porque se agente quer criação, então se agente roçar tudo e queimar ai fica mais difícil, então não tem como eles sobreviver, aquele animal, agente vai fazendo os pouquinhos, agentes faz duas quitadas de roça ou três esse ano, aí agente planta o capim, e a mamona, e o milho, ai quando agente tira aquela lavoura fica o capim, e vai continuando assim, porque se agente roçar tudo ai fica difícil pra gente criar né?... (D – Baixão)

A inserção no Programa do Biodiesel da Petrobrás tem provocado o aumento da produção de mamona nesses assentamentos. Através de um convênio firmado com o MST, a empresa repassou recursos para a distribuição de sementes e o preparo do solo através do fornecimento máquinas (horas de trator), comprometendo-se ainda a comprar a produção de mamona e girassol no próprio assentamento.

Esses produtos serão estocados em um armazém construído em Itaberaba com recursos do Programa. A assistência técnica também será fornecida por técnicos que acompanham a produção nos assentamentos locomovendo-se por meio de motos adquiridas através do convênio. Segundo informações do técnico do MST serão

plantados mais de 200 hectares de mamona, com expectativa de colheita de 06 sacas por hectare.

Embora este convênio possa proporcionar a inserção dos assentados na cadeia produtiva criada pelo Biodiesel, a participação no Programa pode resultar na redução da produção de alimentos nos assentamentos. Pois, à medida que esta atividade proporcionar a capitalização dos assentados, eles passarão a destinar cada vez mais área para o seu plantio. Preocupado com isto o MST tem orientado o plantio consorciado com milho e feijão. “*É o milho, mas agora tá sendo mais a mamona.*” (Jose – Baixão)

A comercialização dos produtos ocorre nas feiras livres dos municípios próximos e por intermédio de atravessadores que compram a produção de mamona (Baixão e Beira Rio) e farinha de mandioca (São Sebastião de Utinga e Beira Rio) diretamente no assentamento. No Baixão, alguns assentados mais capitalizados assumem esse papel, comprando do assentado e vendendo para comerciantes de Itaetê, o que amplia a diferenciação de renda entre eles. A necessidade de uma grande quantidade de produtos e do pagamento de transporte para o deslocamento, é o que dificulta a venda direta dos assentados, deixando-se a mercê dos atravessadores, que oferecem preços abaixo do mercado.

Vende na feira...mas é mais pouco né, porque tem os comprador que já compra, porque pra ta pagano carro, pagar frete, aí fica difícil né?...muitas hora, que tem uma mamona, já tem um comprador que vai buscar no lote. Então, já é uma ajuda pos pobre né? Então se for pegar no lote pra levar pra feira aqui né Marcionílio. Aí agora é que num tem Cuma. (B. E – Beira Rio).

(...) nunca vende tudo ao todo, o que vai colhendo vai vendendo, bate um saco de mamona vai vendendo, aí vai o dinheiro embora (risos).” (J. – Baixão)

só as pessoas que produzem acima de 50 sacas, que as pessoas vende direto pros caras de Itaetê, que pega nos preços melhores. (Vando: Baixão)

A presença dos produtos dos assentamentos nas feiras livres é essencial para o MST, que considera a produção como um importante instrumento que o Movimento tem para dialogar com a sociedade sobre a importância da reforma agrária. Por isso, a Regional

do MST na Chapada orientou os militantes a criar marcas para os produtos dos assentamentos como forma de “...mostrar que a reforma agrária dá certo.” (Jean).

*mais nois tá tentano ver essa questão...de rotular as coisas também, porque dá uma impressão de que agente não tá produzino nada, que o caminhão vem aqui enche de farinha carrega e ninguém sabe nem onde vai ser vendida, quem vai saber, de onde é essa farinha?.. (G. São Sebastião de Utinga)*

A agricultura tem tido sucessivos prejuízos decorrentes da falta de chuvas, da ausência de assistência técnica, da incompatibilidade, percebida pelos assentados, entre os projetos financiados pelo Governo e as possibilidades do terreno e do conhecimento prático que possuem. A compensação do prejuízo é a criação de animais vista como um investimento voltado para a formação de uma poupança que se destina tanto para o pagamento futuro dos créditos recebidos, quanto para a construção de uma “herança” familiar.

Criação tem, todo mundo cria assim..., num tem um bando né, porque cada qual tem sua sementezinha... Porque quando chegar o tempo de pagar, é de ter qualquer coisa pra poder pagar.( B. Beira Rio).

Porque tem coisas que os projetos vem pra plantar que eu sei que não é o ideal pra plantar no terreno. (E. Beira Rio).

Quando a gente, quando tem aqueles projeto do Banco do Nordeste, sempre vem aquelas recomendação assim do que plantar. Então a gente num planta o que quer no lote, só quando num é projeto. (J. Beira Rio)

Os créditos voltados para a produção são liberados pelos bancos federais (Banco do Nordeste ou Banco do Brasil) aos assentados após a comprovação da sua habilitação informada a partir da Carta de Aptidão fornecida pelo INCRA. Como requisito, as instituições financeiras exigem a apresentação de um projeto elaborado por um técnico que deve responsabilizar-se pelo seu acompanhamento durante um período médio de dois anos.

A preocupação com o acompanhamento técnico também é compartilhada pelos movimentos sociais e lideranças de assentamento, fazendo parte das pautas de reivindicação apresentadas ao órgão ao final das atividades. Pois, a falta de assistência

técnica, a má utilização dos créditos, a ausência de uma organização da produção, e as dificuldades na comercialização, reduzem a capacidade produtiva dos assentamentos. O MST, no entanto, adverte que os assentados não devem ficar dependentes do crédito, devendo buscar alternativas de produção, como pode ser observado no Assentamento Baixão.

muitos companheiros nossos não liga pra crédito, eles acham que o processo de organização da produção vai além do crédito, e esses estão corretos, criam suas alternativas de produção...se o crédito vim ele vai lhe ajudar a produzir, se não, ele produz do mesmo jeito...estão num nível mais elevados, da forma de produzir. (Jean MST)

como agente tá tachado, principalmente pra maioria desse país, que nois só sabemos tomar dinheiro, não sabemos produzir, então esse ano se voltou mais uma discussão interna com os assentamentos, porque tem a obrigação de produzir, porque agente descubriu também que o recurso não é tudo, se agente não produzir, pra gente garantir o nosso alto sustento, nois tamo ferrados, né? Porque o cerco tá fechando, os assentamentos estão todos endividados. (V- Baixão)

As dificuldades enfrentadas com a produção, inclusive os longos períodos de estiagem, resultam no endividamento dos assentamentos, em alguns deles nenhuma das três parcelas vencidas foi quitada. Sendo a primeira vez que se relacionam com o sistema financeiro, a preocupação dos assentados com a dívida reflete também o receio de perder a terra conquistada.

...aí quando acumula minha amiga fica difícil “ (V: Baixão)

hoje e, num to melhor que antes, porque tenho um débito aí, mas a não ser o débito, pra mim ta outra coisa aqui.(D. Baixão)

eu quero fazer tudo pra logo que chegar a época de eu pagar o banco eu ta positivo (J. – SSU)

## **26 - Experiência coletiva**

Os problemas verificados em algumas experiências de produção coletiva no período do acampamento (como a plantação de banana em Beira Rio e de pimentão e no Baixão) desestimularam os assentados a organizarem a produção segundo esse parâmetro. No

entanto, essa rejeição não parece estar associada a certo grau de individualismo ou a dificuldade em construir uma experiência coletiva. Pelo contrário, os assentados demonstram o entendimento de que a organização coletiva seria capaz de resolver as deficiências que eles sentem individualmente quando da comercialização dos seus produtos. O que fundamenta esta postura é a experiência inicial que não apresentou, segundo eles, as características de um projeto coletivo.

(...) já teve, mas bem pouco, quando nós viemo pros barraco, depois acabou com tudo. Por mim num resolveu nada...Trabaiano que nem uns doido, não sobrava nada. Num prestou não. Eu mermo sou cronta a parte coletiva.” (B. – Beira Rio)

A gente trabalhava pra plantar as banana, depois a gente tinha que vorta e comprar.” (Ba – Beira Rio)

Num deu porque disse de um jeito e voltou foi de outro jeito. Agora se fosse todo mundo unido combinano aí era outra coisa o projeto coletivo” (E. C. – Beira Rio)

Porque muitas famílias que participaram, na hora da colheita não acharam nada...É, eu acho que deveria existir assim uma associação, onde tivesse um, como é que fala? Uma firma, um mercado, vamo dizer assim o Superpão encomendasse tantas abóboras, aí ia juntar e ia dar tantas pra cada família. (S. Beira Rio)

No Baixão, no entanto, a formação de uma roça coletiva e o aluguel do pasto pela associação, criou condições melhores para a posterior exploração dos lotes. Isto porque, os recursos administrados pela associação, foram utilizados na compra de sementes e de um trator, que serviu para o preparo do solo, possibilitando o início da produção no lotinho, antes da demarcação dos lotões.

No acampamento agente plantou uma área até bastante grande de feijão, agente alugou pasto...agente pegou esse recurso, quando entrava, comprava uma parte de alimento pro povo e a outra parte agente fez essa roça, pagou trator, comprou a semente né?...compramos as lona... pra botar ali no tanque de chão... agente teve como pagar passagem pra ir pro INCRA reivindicar os recursos. (V- Baixão).

As associações mantém criação de gado como reserva para atender a demandas coletivas como: pagamento de dívidas do assentamento (energia elétrica do Baixão), organização de festas (Padroeira de São Sebastião de Utinga e aniversário do Baixão) e



auxílio a famílias assentadas em momentos de extrema necessidade. A associação do PA São Sebastião de Utinga, por exemplo, cria em uma área coletiva 120 cabeças de gado cuidada pelo *coletivo do gado*, que é formado por 20 pessoas. A maioria deles pertence ao *Grupo dos Vaqueiros*.

o gado do grupo, é do coletivo...ele só é vendido, no caso, se tiver uma precisão muito grande...com uma família doente, alguma coisa assim, que aquela família não tem condições ai, vende um pra ajudar. (T – São Sebastião de Utinga)

No Assentamento Beira Rio foram desenvolvidas iniciativas como a tentativa de organização de um Grupo de Mulheres para a plantação de uma horta comunitária na beira do rio Paraguaçu, que começou a ser articulada em Outubro de 2003. Foi realizado ainda o cercamento da área que estava sendo preparada para o plantio. O grupo vinha recebendo a orientação do técnico do MST que é assentado na área e presta assessoria técnica pelo Movimento. Em pouco tempo, a comunidade derrubou a cerca para permitir a passagem do gado para o rio e o grupo não conseguiu o financiamento esperado, o que desestimulou as mulheres.

Além das questões relacionadas à produção - como o trabalho em roças coletivas, o cuidado com o rebanho da associação e a gestão dos equipamentos coletivos (casa de farinha, trator, etc.) -, a existência dos *coletivos* possibilitam a participação dos assentados em diferentes atividades destinadas ao interesse comum: como a limpeza do assentamento, a realização dos serviços de distribuição de água e tarefas específicas como a construção do piso do galpão onde ocorre a reunião da Associação do Baixão, por exemplo.

o trabalho coletivo, era, por exemplo, tinha...essa casa pra desmanchar né...juntava todo mundo ali no coletivo e desmanchava ela, se tivesse ali uma roça pra trabalhar, agente também tinha uma roça coletiva lá em cima... plantava feijão, milho, verdura, assim, abroba, melancia... tem algum serviço pra fazer, o coletivo vai trabalhar, (Dunga)

A redução da atividade coletiva nos assentamentos, em relação ao período anterior, deve-se a dois fatores principais: 1) a intensidade da organização coletiva para o enfrentamento dos problemas do acampamento com grande investimento do MST na formação dos acampados (realização semanal de assembleias, místicas, etc.); 2) e a transformação do acampado em “proprietário” de um pedaço de terra faz alguns assentados considerarem o trabalho na área coletiva como um tempo que deveria estar sendo aproveitado no tratamento do seu lote, levando muitos a não “pagarem o coletivo”. Por outro lado, embora a experiência coletiva seja mais intensa no período do acampamento, diferentes formas de organização coletiva estão presentes também nos assentamentos.

(...) as pessoas não querem mais trabalhar pra essa coisa coletiva.  
(S. Beira Rio).

porque aqui o negocio é bem poucos que paga o coletivo...oh eu acho que o acampamento nesse ponto ai era mais unido né ? tinha mais reunião pra ta sempre né... incentivando as pessoas... hoje em dia, depois que passou a ser assentamento, é bem pouco que quer.” (J – São Sebastião de Utinga).

não temos o coletivo do dia a dia pela questão da lida, né?... mas quando necessita de coletivo, pras rede de água, pra limpeza da vila, enfim, qualquer outra coisa que necessite do coletivo. Mas tem um coletivo também que atua todo dia, que é, o de soltar água pras ruas...nois temos 7 pessoas por semana, que é coletivo ano a ano, dia a dia.... (V. Baixão).

## 27 – Evasão, substituição, transferência e venda de lotes

Pelas regras do INCRA os lotes “evadidos” são ocupados pelos novos assentados que assumem também as dívidas a este relacionadas, justificando assim a transferência de toda a estrutura existente ao novo beneficiário. No entanto, outras possibilidades são articuladas através de negociações feitas entre os assentados que desejam sair do assentamento e as pessoas que pretendem adquirir um lote, onde “os feitos” são avaliados e o novo beneficiário “**compra o direito de posse**”<sup>73</sup> e assume a dívida. Essas negociações são realizadas entre os assentados e os demandantes, sem a mediação da

---

<sup>73</sup> Vendem não a terra, pois esta na prática ainda não é sua, pois dispõe apenas do direito de uso, adquirindo-a após o pagamento ao governo.

associação, nem do Movimento que estabelecem outras regras para a transmissão de lotes.

A participação no processo de luta, a disciplina no assentamento, a procedência e a vinculação do pretendente com os assentados e a participação nas atividades do MST são alguns dos critérios utilizados pelo MST e pelas associações para a “concessão” de um lote dentro dos assentamentos do MST na Chapada.

A partir dos dados levantados não é possível indicar a frequência desse fenômeno, sendo possível apenas demonstrar o número de substituições que foram realizadas desde a formação do assentamento, a partir da data de homologação (Anexo XX), não sendo possível precisar quantos lotes foram passados pela venda do “direito de posse”. A fala de uma assentada elucida bem esse mecanismo de transferência que escapa ao controle do Estado.

O que eles tinha passa pra outra pessoa. A pessoa que pegar o lote dele, pra assumir o débito dele, aí é que vai ficar com as coisa dele, vai ficar com a casa. Quem aplicou aqui, com o lote, com os bicho, com tudo... Porque a maioria dos bicho foi comprado com dinheiro de projeto. Então, aí agora eles num pode levar, porque quem pegar o lote vai assumir o débito, com a dívida e aí assume, tem que assumir. (L. Beira Rio)

A prerrogativa de vender os feitos, como condição para a saída do assentamento, demonstra uma frágil monetarização no sistema de posse, pois o ex-sem-terra, passa adiante o lote sobre o qual trabalha em troca de um benefício financeiro que poderá permitir-lhe adquirir outro lote e/ou uma casa para morar. Isto, no entanto não implica na instituição de um mecanismo de compra e venda de terras como ocorre no mercado capitalista, nem na concentração de terras daí decorrente. Logo, o fato dos assentamentos, em que pese a tutela inicial do Estado, encontrar-se inserido nas relações no conjunto das relações sociais determinantes do modo de vida capitalista favorece à reprodução de relações sociais monetarizadas ainda que com baixa intensidade.

Nosso plano é esse...se ele vender os feito dele nós saímos de lá...Com o dinheiro que a gente pegar nós vamos comprar um pedacinho de terra pra gente. (N. Beira Rio<sup>74</sup>).

A rotação de titulares é comum nos assentamentos, verificada com maior frequência no PA Beira Rio, cuja taxa de transferência é da ordem de 13,68% resultantes da “evasão” de titulares. O tamanho dos lotes é insuficiente para a exploração das famílias que tem, em sua maioria, de quatro a seis filhos, o que tem provocado uma pressão por parte dos filhos de assentados que se casaram e construíram uma nova família. (

(...) .porque quando você faz 15 substituições, quando você volta lá daqui a dois meses já tem novas substituições, o pessoal vende lote,...algumas moram em Marcionílio de Souza e tem um lote na Beira Rio... Tem também filho de beneficiário que já casou e já tá morando lá dentro e já tá querendo entrar pra... (J. INCRA)

Nunca parou de entrar gente aqui porque, por isso ou por aquilo, hoje eu resolvo ir embora, aí eu passo o lote aqui pra ele. \_Cassiano eu vou me embora, tu quer me dá uns 2.000 mil real, um 1.000 mil real aí pelos feito?<sup>75</sup> Aí quando pensar que não nós faz aquele trambique e eu passo o lote pra ele né? Aí eles já vai entrar como seno mais novo, no modo de dizer, que eu já fui embora...Essa semana mermo teve reunião aí, o povo do INCRA teve aí, cadastrou gente aí e ainda ficou uns pouco de gente aí pra resolver depois de noventa dias.(B. Beira Rio)

é que as vez Tonhe, ele mora lá num sei aonde. Ele chega pr'aqui, eu mermo seguro um pouco pra num colocar ele, porque eu tenho que ver a procedência dele. Eu num sei se ele presta. Aí chega um povo aí e se pica pro INCRA decidir, depois... quem sofre tudo são nós. Como é que coloca um cabra sem nós saber nem quem é?Que nem teve grupo aqui que colocou as pessoa , colocou pessoa aí sem conhecimento do povo. Não pode colocar. A gente tem que ver se a pessoa presta. \_Será se eu posso passar o lote pra ele aqui? \_Isso aí é um ladrão, um maconheiro. Agora, porque eu quero sair, é obrigado eu passar e num passar pra o povo, o povo que mora aqui dentro? (Benjamim)

Nos assentamentos Baixão e São Sebastião de Utinga a transferência de lotes é decidida pela Associação através de votação. Na assembleia realizada durante a pesquisa de campo no PA Baixão, os assentados discutiram a situação de alguns lotes que se encontravam abandonados, decidindo-se pela abertura de processo seletivo, com

---

<sup>74</sup> Assentada que foi obrigada pela decisão da assembleia a sair do assentamento em decorrência do envolvimento do seu filho no assassinato do comerciante.

<sup>75</sup> Recursos financeiros e o trabalho incorporado à terra em forma de infraestrutura: cercas, pastagem, reservatórios de água, etc.

prioridade para os filhos de assentados. Três pessoas se inscreveram para a disputa que será realizada na assembleia seguinte, onde serão também discutidos direitos e deveres do novo assentado. Entre eles, dois são filhos de assentados. Essas questões concretas que manifestam o poder popular fortalecem a organização comunitária e sua representação política que é a associação.

Teve casos, do cara queria vender “feito” e a assembleia derruba e não aceita mesmo, aí se o cara não quer ficar mais na terra, aí ele saí e a assembleias elege outro, abri vaga, abri a candidatura, o cara se candidata e tem eleição e vence o que tiver mais voto.” (V. -Baixão)

Mas Keu foi embora... ninguém dá notícia, se mandou. Quanto a Toi Preto é diferente. É um cara que tá doente, mas que a gente reconhece que tem três anos que num mora aqui dentro. Como é que você vai guardar um lote pra uma pessoa, mesmo tano doente, sem ninguém da família tá nesse lote? Então a gente trouxe hoje aqui esse dois lote pra a assembleia avaliar se a gente leva esses dois lote pro sorteio. (V. Baixão).

“quando botou pra mim assentar aí, logo passou pela reunião, logo depois foram pra assombreira, pra ver se me apoiava, me apoiaram, aí me passaram o lote, ai fui trabalhar sem mesmo ter um projeto...peguei meu negocio livre, que foi bom demais (J – São Sebastião de Utinga).

Aí surgiu a vaga de um rapaz ai, e os menino,”bora, rapaz, agente vai fazer uma eleição lá, vai lhe colocar”... parece que comigo já tinha 12 pra um só...ai um dia fizeram a eleição e eu ganhei... com 24 votos parece, na frente. (D. Baixão).

Além da venda existem outros mecanismos de transferências de lotes. Para ter acesso a um lote melhor localizado, o interessado oferece alguma vantagem para aquele que dispõe de um lote em melhores condições e a partir daí efetuam a troca. Também é comum o lote ser transferido para os filhos dos assentados em caso de morte, viagem ou desistência, manifestando um conteúdo camponês na relação dos assentados com a propriedade da terra.

Minha mãe achou que eu devia ficar na vaga dela que ela foi pra Góias que tá com um ano e meio (T – São Sebastião de Utinga)

Meus pais que eram assentados aqui...e depois que eles faleceram...aí eu como filha vim pra aqui tomar conta (Jose: Baixão)

A prioridade para os filhos na transferência dos lotes abandonados e a presença de muitos parentes em áreas de reforma agrária mostra que a luta pela terra configura-se como uma estratégia de reprodução camponesa, onde os membros da família são estimulados a ingressarem na luta pela terra para adquirirem um lote e, assim, reduzir os impactos negativos da insuficiência dos lotes para a sobrevivência das famílias assentadas, que são geralmente numerosas.

Os pais incentivam os filhos que eles tem que lutar pra ter o lote deles, por que o nosso lote aqui é muito pequeno, é muito pouco para a família sobreviver e criar ao mesmo tempo que é o nosso caso. Então eles incentivam que os filhos tem que ir pra reforma agrária tem que ocupar, participar do processo de ocupação pra tentar também ter o seu lote um dia. (Vo: Baixão).

## **28 - Propriedade ou concessão de uso?**

Segundo a informação dos assentados, a partir de agora os assentados deixam de receber, ao final do pagamento da terra em 10 anos, o título de propriedade da terra, passando a receber um título de “concessão de uso”. Isto implica que eles não poderão vender os lotes, apenas transmiti-los para seus familiares.

*Quem tá aqui pensano que vai ter título de terra, esqueça que num tem isso mais. Existe agora a concessão de uso...se você usou e não quer mais, deixe pra sua esposa, se sua esposa usou e não quer mais, deixa pra seus filho. Quem tiver aqui pensano que vai vender “feito”, cabou isso. A gente já viu né companheiros que o dinheiro não é tudo (V- Baixão.)*

A avaliação que os assentados fazem dessa mudança evidencia o significado que atribuem à propriedade da terra. Alguns consideram que isso causa insegurança, já que, mesmo tendo passado por todo o sofrimento da luta e após o pagamento da terra, continuam a correr o risco de perder ou não poder decidir pela venda do resultado de anos de trabalho. Outros consideram positiva a mudança, pois o impedimento da venda do lote afastará “aproveitadores” das fileiras do Movimento. Já outros argumentam que, considerando que os assentados querem a terra para trabalhar e viver melhor, tal alteração não faz diferença.

Mas qualquer balanço que você dá, você já sai, perde o que tem, como teve muitos amigos aqui...Eu acho assim, que o sofrimento que eu passei veio, nem gosto de tá lembrando, em acampamento... arma, o cabra, o policial botando arma em cima de matar a gente, rapaz, e então se você lutar, lutar...Então...a pessoa sofre, sofre, e sai deixa tudo ai, né, não tem direito de nada (J – São Sebastião de Utinga).

Eu acho que pra família que quer trabalhar na terra, que veio com o objetivo de conseguir o seu pedaço de chão, trabalhar e viver nela pelo resto da vida, isso não influencia muito...se ele tem o título ou não, ou tem concessão de uso, que ele pode usar, desfrutar da terra, tem como ele querer, quando ele não quer mais ele passa pra mulher, pro filho.Eu acredito que é uma coisa boa, porque você vai tirar aquelas pessoas interesseiras, que vem pra terra, só ter o pedaço de chão, e depois receber o título. Então, pra que adiantou ele ficar 20 anos, a vida toda trabalhando pra conseguir um pedaço de chão e quando ele conseguiu ele vende pra um fazendeiro, pra voltar pra aquela vida de antigamente, tornar a ficar pra cima e pra baixo, vendendo o dia, quando ele não achar, ficar parado, pra mim título e a concessão de uso, não vejo, pra mim é a mesma coisa, não faz diferença, pra quem quer trabalhar na terra e produz nela. (Gurino Baixão)

O destino dos lotes vazios como pauta da assembleia realizada pela Associação do Baixão fez surgir esse debate, tornando-a uma espécie de grupo focal, já que o centro da discussão passou a ser a importância de se ter o título de propriedade da terra.

Num tenho pensamento de ir embora, mas posso até sair amanhã...só Deus sabe né? Mas na intenção de nunca vender, porque é como eu falei na hora daquela apresentação aqui no início. Que nós arriscamos nossa vida por essa terra, porque nós não sabíamos o que nós ia encontrar. Então porque agora por qualquer motivo a gente vende a terra? Muitas vezes...tem gente que já não trabalha no lote, já interessado no título pra poder vender a terra. (L. Baixão)

O MST também vê com preocupação a emancipação do assentamento, sobretudo as medidas que transformam o assentado em um proprietário de terra comum, sem direito às políticas de Governo conquistadas pelos movimentos sociais vinculados a agricultura familiar (como renegociação de dívidas, créditos específicos, determinadas linhas do PRONAF), isolando-o e deixando livre pra vender a sua propriedade. Alguns assentados compartilham esse entendimento.

Quando recebe título de emancipação ele passa a ter o grau de proprietário comum”. (Jean).

pra mim né vantagem não, vantagem é ta todo mundo unido que nem nos tamo aqui, né . (Calixto – SSU).

Outros consideram que o título de propriedade apresenta riscos para áreas de reforma agrária que podem deixar de existir, à medida que, os fazendeiros passarão a comprar os lotes individuais, resultando na reconcentração da propriedade, deixando os assentados novamente na condição de sem terra, como o ocorrido em um projeto antigo de Colonização instalado em Itaetê.

Sabe, essa colônia aqui? O pessoal se interessaro pelo título e chegou o ponto dos fazendeiro comprar muito lote. E muitos desses que pegaro lote, hoje é sem terra de novo. (assentado 02 presente na assembleia do Baixão).

Algumas situações favorecem um olhar privilegiado sobre a relação dos assentados com a propriedade da terra. O episódio da expulsão das famílias no assentamento Beira Rio<sup>76</sup>, por exemplo, ao manifestar certa precariedade da relação de propriedade dos assentados com o seu lote, tornou-se o alvo dos debates e das reflexões dentro do assentamento.

quando eles chegaram pr’aqui aplicaram tudo aqui na terra deles e hoje sair sem direito a nada?...Eu acharia que isso aí eles podia carregar... Ele tentou ainda vender os feito dele, mas o povo não aceitaram.... Ele ficou na rua, sem ter nem aonde morar, porque ele queria vender os feito dele porque ele gastou muito no lote dele né. (Lilian)

No caso da expulsão das famílias, em Beira Rio, a contestação dirigida sob o argumento da justiça/injustiça não se baseia numa fundamentação legal, mas apela para o censo

---

<sup>76</sup> Trata-se do assassinato de um pequeno comerciante do assentamento com idade próxima aos 40 anos, motivado por uma briga deste com alguns jovens. O fato ocorreu no dia 01 de janeiro de 2004 durante a festa comemorativa da chegada do ano novo. Esse fato gerou uma revolta na comunidade que, em assembleia solicitada pela família da vítima, decidiu expulsar as famílias de todos os jovens envolvidos nestes atos. As cerca de dez famílias foram submetidas a um julgamento comunitário a partir de dois documentos: uma “ata pesada” e uma “ata leve” na expressão dos assentados. A primeira deliberava pela saída imediata de todas as famílias, enquanto a segunda restringia a sentença àquelas cujos filhos estivessem envolvidos no assassinato (cinco famílias), reservando às demais, enquanto condição para permanência no assentamento, a oportunidade de corrigir a postura dos filhos. Em função do clima de forte pressão da comunidade, a família do jovem responsável pelos disparos saiu do assentamento, sendo “obrigada” pela decisão tomada em assembleia a abdicar dos seus “feitos”.



moral, evidenciando uma concepção da terra como direito legitimado pelo processo de luta, ao mesmo tempo em que e, contraditoriamente, essa luta validaria as decisões tomadas a partir de uma assembleia onde a maioria assume um caráter quase “sagrado”.

## 29 - Relação com o Estado

A relação dos assentados é um elemento muito importante para a compreensão dos significados atribuído pelos assentados à propriedade da terra, já que é ele quem regula o direito à propriedade através da legislação, dos impostos e das políticas agrícolas, assim como possui o controle direto de fração do território (terras públicas). Um conjunto de elementos que influencia e é influenciado pela luta entre os movimentos sociais e os representantes do capital. O peso do Estado se verifica ainda no gerenciamento do assentamento, pois este influencia na substituição de lotes, na habilitação dos assentados para terem acesso a créditos, entre outras questões.

A existência de quatro instâncias que interferem na gestão do assentamento: INCRA, Prefeitura, MST e Associação torna bastante complexa a tomada de decisão e confundem os assentados quanto à atribuição de cada uma dessas esferas. A percepção quanto à atuação do Estado oscila entre a concepção de dever e a de concessão:

nois pedimos pro prefeito, creche, que é cabível a prefeitura, pedimos um posto médico, solicitamos um carro pras pessoas que adocece, mais nada disso foi atendido, solicitamos o aumento de mais uma sala de aula, né? o medico atende aqui toda quarta... mais teve um tempo que ficou sem vim, aí agente foi lá cobrou e voltou a funcionar... (V. Baixão).

As vezes assim, quando falta alguma coisa lá, por falta de compreensão do mesmo representante porque num **pede** ao prefeito.(Ninha).

(...) quem tem mais o **direito** de fazer é o representante, porque o representante ta com o poder na mão. (Belo)

Então o que eu acho disperso aqui é só a falta assim, **eles não dá autoridade aqui pra dentro**.. Eu não sei se é realmente eles que não querem ou é a autoridade de não querem vir que **as vezes tem medo de vir também (o prefeito)**... Porque, as vezes, o representante também é muito devagar, não leva os problemas que tem aqui dentro, entendeu? Então **as vezes as pessoas cobram de um órgão (da associação) e é outro (prefeitura)**. (Sônia)

O Estado, por sua vez, busca despolitizar os assentados ao caracterizar as edificações presentes nos assentamentos: creche, refeitório, colégio, posto de saúde, e iluminação elétrica, como resultados de convênio firmado entre prefeitura e INCRA, atribuindo isso às boas relações do prefeito, na época, com o Governo Federal. Os assentados, por sua vez reagem a essa interpretação estabelecendo uma postura crítica frente ao dirigente do Estado e reafirmando sua luta como instrumento de transformação da sua realidade.

Porque o prefeito de Boa Vista fica colocano sempre que é ele que consegue e hoje o pessoal lá fora hoje as vez tem essa visão né? Olha Helder consegue o colégio, porque Beira Rio rapidamente consegue a luz? Porque Beira Rio consegue rapidamente um posto médico, consegue escola né? Isso é uma conquista da gente que as vez em caminhada, as vez daqui pra Salvador, trezentos e tantos km e a gente na perna, as vez 50%, 150 km caminhando, caminhada não é brincadeira. É uma luta que as vez até muita gente passa mal e é preciso muitas vez até ali pedir ajuda pra levar num médico, ou muitas vez até companheiro nosso já chegou a falecer. vez quem ta lá fora não tem conhecimento, pensa que é fácil, mas não é fácil. E hoje aqui, dessas coisas que nós temos, o que é que tem aqui que foi o prefeito a não ser o médico que vem de 30 em 30 dias aqui? (Edson).

Outra tensão entre os assentados e o Estado se dá pelo controle do lote no que diz respeito à produção, financiamento e assistência técnica. Esse aspecto evidencia certo autoritarismo do Estado por desconsiderar as reais demandas de cada área na definição das políticas públicas voltadas para os assentamentos.

(...) eu vejo tudo errado porque não vem aquele projeto que nós queremos, porque nós temos o conhecimento daqui e nós sabemos qual o melhor projeto, certo? Mas muitas vezes a gente quer criar, vamos dizer, ovelha né, mas o projeto é para criar galinha, mas a gente não acha bom criar galinha, acha que o melhor é plantar amendoim. Isso que é a realidade daqui, tudo vem dando errado, dos projetos que não é a realidade nossa aqui que a gente quer, porque a gente é obrigado a aceitar. (Edson)

tem os técnico do INCRA que quando a gente pega o dinheiro eles esprica como é, aí a gente só faz aquilo que eles diz... é o jeito né, que a gente tem que concordar com tudo que eles diz, porque a gente pega o dinheiro já nessa condição. (Elza Cândido)

É de se notar, no entanto, que as decisões tomadas pelo Estado (seja prefeitura ou INCRA), apesar de serem consideradas legítimas pelos assentados, não passam ilesas, sendo alvo de contestações e protestos, a exemplo da reação ao posicionamento do INCRA frente à questão da expulsão das famílias em Beira Rio e da implantação dos projetos produtivos definidos pelo Banco do Nordeste, o que indica um conteúdo diferente na relação que os assentados passam a estabelecer com o Estado.

Dos 40 grupos de 10, um só acertou. Esse um recebeu muitas críticas quando tomou as providências de agir dessa maneira porque viu que ia aplicar dinheiro, jogar dinheiro fora na situação...esse grupo aplicou todo em gado, certo? E esse teve um lucro pra mais de 100%. Esse grupo ganhou, não obedeceu o projeto... (Edson).

O poder popular, desenvolvido a partir da introdução de formas de participação direta desenvolvidas nas assembleias e outras atividades decisórias desde o período do acampamento, continua sendo um valor importante, algo bastante recorrente nas falas. Porém, apesar de considerar legítima a forma de decisão pela participação popular, resguardam ao INCRA a decisão final, contestando apenas o conteúdo da deliberação indicada pela intervenção da representante do órgão na assembleia.

Eu acho assim...porque no início que foi falo que pra decidir qualquer coisa aqui tem que ter uma ata e teve essa ata que foi aprovada pela população. Então, **se tudo que resolve é a ata**, ata tem que ser a maioria e teve a maioria, então eu acho que **tem que ser aprovada, porque foi o povo que ta ali. Mesmo que o movimento não participou**, ele não veio até aqui logo depois dessa morte....(Sônia).

Aí agora num decidiu nada não. A gente vai acabar de encher a ata e aí vai levar no INCRA pra ver o que é que **o INCRA decide..** (Belo).

A fala de outro assentado confere maior legitimidade à decisão da comunidade:

“É porque a aprovação é o seguinte, o pessoal vai aprovar o que eles acha que deve aprovar, né. Se o INCRA não concorda, mas se o povo aprovou aí eu acho que tem que ser aquilo.” (Nô).

Esse contraste demonstra que o processo de conscientização do MST não tem alcançado neste assentamento um resultado homogêneo mesmo em relação a questões que

envolvem decisão política, pois cada assentado apreende de forma diferenciada suas experiências de participação.

A intervenção do Estado, fundamentado no discurso jurídico impõe sua força e retira dos assentados a “*ilusão*” do controle social do assentamento por parte da participação comunitária, demonstrando que há limites estabelecidos pelo Estado à autonomia da sociedade civil. De certo modo, tal intervenção também deslegitima a deliberação dos assentados.

(...) eu sempre coloco pra eles: \_quem coloca e quem tira são vocês, mas tem uma coisa, se o INCRA ver que não tá de acordo, **o INCRA tem o poder de interferir**, se não tiver dentro das normas do INCRA, aí o INCRA interfere. (Jussara).

As novas experiências em espaços democráticos (assembleias) não são capazes de minar completamente as referências construídas ao longo da vida, percebendo-se ainda a reprodução de relações de poder hierarquizadas e verticalizadas interferindo na compreensão de alguns assentados sobre o processo decisório dentro do assentamento. Tais relações são reforçadas pelo imaginário cultural de alguns assentados que associam a ordem à presença de um líder.

As decisões são tomada pelo presidente, que toma as decisões,...É assim mermo que tem que ser porque é ele que tem que resolver. Agora ele resolve aquilo e passa o movimento pra gente. (Elza Salvador).

(...) E esses problemas pra ser resolvido, tá sendo resolvido mão a mão, braçal, que as pessoas é que estão decidindo dentro do assentamento colocar essas famílias pra fora, porque **não tem uma autoridade aqui dentro**. (Sônia).

## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos do MST se configuram como uma nova ruralidade no contexto regional da Chapada Diamantina. Isso se deve à forma diferenciada como foram constituídos, mas, principalmente, pela presença de formas alternativas de organização social e políticas verificadas em seu interior. Pois, embora os demais assentamentos da região também tenha sido, na sua maioria, formados a partir de formas de luta popular, o fato de não estarem articulados em torno de uma práxis coletiva que se orienta para além da conquista da terra, potencializa a reprodução nestes assentamentos, das tradicionais formas de sociabilidade.

A presença da práxis do MST na construção desse espaço, por outro lado, objetiva articula-lo a um processo de transformação social, onde esses “campos conquistados na luta” passam a representar frações de territórios estruturados a partir de formas de organização social e política alicerçada em valores relacionados ao projeto sociopolítico do Movimento.

É essa dimensão da práxis do MST que faz surgir nos assentamentos novas práticas e comportamentos, incentivadas pelo modelo organizativo do Movimento, que confere ao assentado um papel na luta pela reforma agrária, remetendo-o para situações que extrapolam suas referências tradicionais de sociabilidade.

Nas ocupações, marchas, reuniões e assembleias os assentados vivenciam experiências concretas de participação, onde encontram espaço para se colocarem na condição de opinar, decidir, confrontar posições diferentes e construir decisões coletivas. Nessa perspectiva, essas experiências construídas pela práxis se configuram como espaços de aprendizado político, onde o estabelecimento de um modelo organizativo pautado na participação ativa dos assentados nas decisões, tem permitido aos assentados reelaborar seus padrões de comportamento social e político, à medida que evidencia as possibilidades de sua ação.

A introdução de uma cultura organizativa que concebe os assentados como corresponsáveis pela direção do assentamento, a partir da participação deles nos grupos

de família e setores, se contrapõem às relações políticas vivenciadas pela maioria antes da entrada na luta pela terra.

A conquista da terra, identificada como resultado da luta dos assentados, leva-os a agir coletivamente para expressar suas demandas, por meio das pautas de reivindicação elaboradas nos encontros do Movimento e nas assembleias realizadas pelas associações, o que possibilita a auto-percepção dos assentados como sujeito de direitos perante o Estado. Essa participação também vincula-os a uma coletividade definida pela identidade *sem terra*, levando-os a perceberem sua existência para além dos seus contextos locais.

No entanto, o MST não neutraliza a cultura política baseada no clientelismo e no assistencialismo, tendo em vista que sua atuação é mediada pelo hábitus dos assentados marcado fortemente por esse formato de relação com o Estado. Mas, impõe diferentes graus desse fenômeno devido a penetração de novos elementos que passam a compor de forma confusa e muitas vezes contraditória as concepções e o modo de atuar no Assentamento.

Isto porque, a penetração da práxis do MST nos assentamentos não se dá no vácuo, mas se ajustam as experiências anteriores dos assentados, caracterizando a sociabilidade nos assentamentos como produto de um diálogo constante entre a práxis e o hábitus, onde ambos se influenciam mutuamente. É assim que se pode compreender o significado atribuído à propriedade da terra para o MST e para os assentados.

A práxis do MST orientada no sentido de esvaziar o conteúdo capitalista da terra enquanto mercadoria e propriedade privada, encontra correspondência no modo como os assentados a representam, tendo em vista que estes, pelo seu perfil sociocultural, constituem-se enquanto camponeses que mantêm com a terra um vínculo quase ontológico, à medida que percebem nela a garantia da existência social do grupo familiar tanto do ponto de vista econômico quanto simbólico.

Essa identidade, no entanto, não se sustenta quando se observa o lugar que a terra assume nos distintos projetos que ambos \_ MST e assentados\_ buscam encampar a partir da luta pela sua posse. Pois, enquanto o MST busca articulá-la a uma ação de transformação da sociedade, os assentados a relacionam a um projeto de vida individual

e familiar, o que os faz interpretar a práxis do Movimento apenas como luta pela terra, sem dimensionar a amplitude que o MST busca atribuí-la.

Como a maior parte dos assentados é proveniente de famílias que mantinham com a terra uma relação instável de posse, a propriedade da terra não figura como elemento definidor das suas práticas. Considerada um meio de trabalho de onde a família retira o sustento e que lhe confere autonomia nas questões relativas a produção, a terra é concebida pelos assentados como o instrumento que possibilita a formação de um patrimônio familiar, sobretudo através da criação de gado, e que retira-os da submissão em relação aos fazendeiros.

Para além dessa concepção camponesa também presente na práxis do MST, o Movimento traz um conteúdo novo para os assentados, relacionados ao meio de acesso e as formas de utilização da terra. A ocupação coletiva organizada, possibilitada através da inserção em um movimento social, é colocada como uma forma diferenciada de acesso à terra, já que os mecanismos de acesso mobilizados pelo camponês sempre foram a herança ou a ocupação familiar em uma determinada área de terra. A entrada em uma propriedade privada acompanhada da formação política realizada no período do acampamento, apresenta uma potencialidade pedagógica da ocupação no sentido de questionar o valor burguês da propriedade privada. O incentivo a criação de novas formas de utilização da terra, baseadas no trabalho coletivo, também se apresenta como um elemento novo para o hábitus camponês fundamentado na utilização familiar do trabalho.

Por outro lado, como manifestação da força conservadora do hábitus, na relação que os assentados estabelecem com esses novos conteúdos, muitas vezes, a perspectiva camponesa é reintroduzida. Exemplo disso é a presença forte das relações de parentesco e vizinhança na formação dos grupos que realizarão novas ocupações, na formação dos coletivos e dos grupos de famílias dentro dos assentamentos e na definição dos critérios para o acesso aos lotes evadido.

Ainda assim, é possível identificar um processo de reelaboração do hábitus que se dá num ritmo diferenciado dos processos “espontâneos” de transformação cultural, tendo em vista a natureza e a forma como essa modificação é estimulada por um agente que tem uma intencionalidade na sua práxis.



Dessa forma, a interpretação que os assentados elaboram do processo de conquista da terra, embora sejam diversas e mesmo contraditórias, demonstra uma incorporação de elementos centrais da práxis do MST, como a compreensão da possibilidade de transformação das condições de vida a partir da intervenção dos assentados na realidade e do reconhecimento da luta como forma legítima de acesso à propriedade da terra.

O descompasso entre o comportamento dos assentados e os conteúdos da práxis do MST, identificado por alguns autores como resultado do *“profundo condicionamento cultural que reaparece entre eles depois de terminada a emoção da luta pela terra”* (Branford e Rocha: 2004:338) pode ser explicado por dois fatores:

De um lado, a alteração na condição material do assentado, que passa de um trabalhador sem terra à “proprietário” de um pedaço de terra, coloca-o frente a novas necessidades como a de produzir para sobreviver e pagar as dívidas contraídas através dos créditos. Assim, as tarefas cotidianas nos lotes (cuidado com a criação, o preparo do solo, o plantio, a colheita e a comercialização) vão aos poucos os retirando dos espaços de participação e convívio com a práxis do MST. Ao tempo em que os remete à situações pretéritas da atividade restrita ao grupo familiar.

De outro, a dinamização da luta pela terra, que demanda uma atenção maior do Movimento para as áreas de ocupação e acampamentos, dificulta o acompanhamento do MST nos assentamentos. Isso ocorre pelo fato deste se vê obrigado, sob pena de verem suas áreas de assentamento distanciadas da sua proposta política, a responder em duas frentes: na organização e acompanhamento dos assentamentos e na operacionalização e ampliação da luta com a realização de novas ocupações e acampamentos.

A dificuldade do MST em responder a essas duas frentes reside no descompasso entre o ritmo da luta, que faz surgir novas áreas a cada dia, e o lento processo de formação de militantes qualificados para assumir as tarefas de organização e formação nestas áreas. Por isso, o Movimento tem investido na formação dos militantes e incentivado, nos encontros regionais e de brigadas, o investimento na criação e funcionamento dos setores dentro dos assentamentos, como estratégia para garantir a organicidade e a identificação com a sua práxis.

Os assentados vinculados ao MST na Chapada, mesmo preservando certas práticas e posicionamentos tradicionais no seu relacionamento com a propriedade da terra como foi mostrado, apresenta em sua sociabilidade elementos que indicam a presença de alguns conteúdos da práxis coletiva do MST. Porém, as conexões desses referenciais com o Hábitus dos assentados produziram um arranjo que não corresponde integralmente ao propósito da práxis do Movimento, onde se percebe um vínculo precário entre as “disposições” e a “orientação”, que resulta em descontinuidades entre a fase da luta e o período posterior à conquista da terra.

Ainda que não produzindo um efeito dissolvente dos padrões de sociabilidade tradicionais, a práxis do MST se constitui como geradora de possibilidades à transformação da sociabilidade nos assentamentos, pois desestabiliza os referenciais historicamente normatizadores no “*campo*” rural, configurando-se como mediatizadora de novas formas de pensar, agir e se relacionar com o Estado e a propriedade da terra.

Neste sentido, a sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada, pela forma como é enunciada no conjunto das relações sociais que lá se operam\_ assentados/MST, assentados/assentados, assentados/associação, associação/MST, associação/Estado, Estado/MST expressa a relação dialógica que se efetiva entre os parâmetros tradicionais e os novos referenciais de sociabilidade que o Movimento busca introduzir.

Esse processo, observado do ponto de vista desta totalidade \_ os assentamentos do MST na Chapada, apresenta especificidades e ritmos próprios quando observada cada área e cada assentado individualmente. Pois, o processo de formação das áreas e o perfil dos assentados (experiências de trabalho, gênero, inserção nas redes sociais existentes no assentamento e nível de filiação ao projeto político do MST) influenciam na forma como a práxis e o hábitus se relacionam na construção da sociabilidade dos assentamentos.

A pesquisa que aqui se encerra aponta, portanto, para a formação de uma nova sociabilidade, ambígua, na qual nem os parâmetros do MST são hegemônicos, nem o hábitus aportado pelos grupos familiares. Para se apreender quais os sinais presentes que permitam compreender o futuro dessa nova e movente sociabilidade, é necessário que novas pesquisas possam ser empreendidas, preocupando-se tanto com o cotidiano

dos assentados, quanto com o entrelaçamento de suas histórias individuais com a do MST e dos assentamentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ANDERSON**, Perry. *As antinomias de Gramsci*. Crítica Marxista. São Paulo: Joruês, 1986, 156p.

**ARAÚJO**, Jadson José Cardozo. *Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Da exclusão social à conquista da terra*. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, FFCH/UFBA, Salvador, 2001, 134p.

**BALDUÍNO**, Dom Tomás. *O Campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*, pp. 11-18. In: **OLIVEIRA**, Arioaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**BASTOS**, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. 1-141p.

**BERGAMASCO**, Sônia Maria P. P., *Ontem e Hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais*. Ensaios e Debates. Set-Dez, 1992, pp. 36-48.

**BERGAMASCO**, Sônia Maria Pessoa Pereira. *A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números*. Estudos Avançados 11 (31), 1997, pp. – 37-49. Disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

**BOGO**, Ademar. *O MST no momento político atual: situação e perspectivas*. Salvador: EDUFBA. Cadernos do CRH, nº 28, 1998 jan-jun. p-p 269-280.  
\_\_\_\_\_. *O MST e a cultura*. 2ª. Ed. Caderno de Formação, MST, 2000.

**BOURDIEU**, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9ª Edição. Lisboa/Rio, Difel-B. Brasil, 1989, 322p.

\_\_\_\_\_, **CHAMBOREDON**, Jean-Claude, **PASSERON**, Jean-Claude. *A Profissão de Sociólogo: Preliminares Epistemológicas*. Petrópolis, Vozes, 1999, 288p.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira, Denise Moreno Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 234p.

\_\_\_\_\_. *Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático*. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Correa. Campinas-SP: Papyrus, 2001, 224p.

**BRANDÃO**, Carlos Rodrigues. *Sobre a tradicionalidade rural que há em nós*, pp. 121-132. In: **OLIVEIRA**, Arioaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**BRASIL**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Ações Finalísticas* 2003. Disponível no site [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

\_\_\_\_\_. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*, 2003. 38p.

**BRITO**, Fracisco Emanuel Matos Brito. *Os Ecos Contraditórios do Turismo na Chapada Diamantina*. EDFUBA, Salvador, 2005, 418p.

**BUAINAIN**, Antônio Márcio, **SILVEIRA**, José Maria da. *Reforma Agrária: mercado versus desapropriação ou mercado e desapropriação?* 2003. Disponível no site: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)

**CALDART**, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

**CARNEIRO**, Maria José [et al.] (org.). *Identidades Sociais: ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 320p.

**CARVALHO**, João Carlos Monteiro. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 136p.

**CARVALHO**, Horácio Martins de. *Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária*. In: Revista ADUSP. Nº 34, maio de 2005. pp 1-11. disponível no site: [www.desempregozero.org.br](http://www.desempregozero.org.br).

**COHN**, Gabriel. *As diferenças finas: De Simmel a Luhmann*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 13, nº 38. São Paulo, Out, 1998.

**COLETTI**, Claudinei. *Ascensão e Refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal*. Trabalho apresentado no Seminário Intermediário do GT da ANPOCS: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social, USP. São Paulo, 2003.

**COMERFORD**, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política (coleção Antropologia da Política). 154p.

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**. Diocese de Ruy Barbosa. *As lutas pela terra no Vale do Paraguaçu*. Caderno nº 01. Fazenda Cana Brava. 1987.

**COMPARATO**, Bruno Konder. *A Ação Política do MST*. In: São Paulo em Perspectiva. Vol 15. Nº 4. São Paulo. Out/Dez, 2001. Disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

**D'INCAO**, Maria Conceição, **ROY**, Gerard. *Cooperação, eficácia e liberdade nos assentamentos de reforma agrária*. In: Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Paz e Terra. 1997. P-p 23-39.

**FARIAS**, Andréa Moniz de Aragão. *MST, ideologia e política*. Salvador, 2004. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, FFCH/UFBA orientada pelo Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara, Salvador, 2004, 106p.

**FERNANDES**, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, 319p.

**FERNANDES**, Bernardo Maçano. *Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, MARQUES, Marta Inez Medeiros. O campo no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p-p 273-291.

**FERRANTE**, Vera L. S. B., *Assentamentos Rurais, estratégia de recusa ao modelo estatal? Raízes*. Ano XVI, n.º 15, Dez 1997, pp 32-76.

\_\_\_\_\_ *Mulheres em assentamentos rurais: exclusão/ participação das deserdadas da terra*. II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho. O mundo do trabalho no contexto da globalização: desafios e perspectivas. GT16 – Trabalho Rural. Mesa: Migrações e trabalho rural, 1 a 5 de Dez, Águas de Lindóia, SP, 1995.

**GAIGER**, Luiz I., *A Praxes Coletiva dos Sem Terra, rumo a unidade ou a heterogeneidade cultural*. Cadernos de Sociologia n.º 06. Porto Alegre PPGS-UFRGS,1994. PP 177-203.

**GAIGER**, Luiz I., *A Praxes Coletiva dos Sem Terra, rumo a unidade ou a heterogeneidade cultural*. Cadernos de Sociologia n.º 06. Porto Alegre PPGS-UFRGS,1994. PP 177-203.

**GERMANI**, Guiomar. *Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais*. In: Cadernos de Geociências, 2001: p-p 133-144.

**GERMANI**, Guiomar. *Assentamentos de Reforma Agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos*. Cultura Vozes, n.º. 06, Novembro-Dezembro, 2001, pp. 67-85.

**GOHN**, Maria da Glória. *Os Sem Terra e os Desafios da Participação Popular no meio rural brasileiro*. Salvador-EDUFBA, Cadernos do CRH, n.º 28 1998, Jan-jun pp189-213.

**GRAMSCI**, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª. Ed. [trad. Luiz Mário Gazzaneo], Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

**GRAMSCI**, Antônio. *Obras Escolhidas*. Volume II. Capítulo I – O Rissorgimento. Lisboa: Editora Estampa, 1974, p-p 71-154.

**GRUPPI**, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 1-143p.

**GRZYBOWSKY**, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1991.

**HEREDIA**, Beatriz, **LEITE**, Sérgio, **MEDEIROS**, Leonildes, **PALMEIRA**, Moacir, **CINTRÃO**, Rosângela. *Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2004, 392p.

**HOWARD S. Becker**. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. 4ª edição. Editora Hucitec [trad. Marco Estevão, Renato Aguiar; Revisão Técnica: Márcia Arieira] São Paulo, 1999, 178p.

**INCRA.** (SR-05). *Processo desapropriatório e Laudo de Vistoria – Fazenda São Sebastião de Utinga.*

\_\_\_\_\_. *Processo desapropriatório e Laudo de Vistoria – Fazenda Beira Rio.*

\_\_\_\_\_. *Processo desapropriatório e Laudo de Vistoria – Fazenda Brasília.*

\_\_\_\_\_. *Relação de Beneficiários: Sistema de Informação de projetos de Reforma Agrária (SIPRA).* Assentamentos: Beira Rio, São Sebastião de Utinga e Baixão.

\_\_\_\_\_. *Créditos concedidos por projeto (SIPRA).* Assentamentos: Beira Rio, São Sebastião de Utinga e Baixão.

**INCRA/PAPEX.** *Diagnóstico Sócio-Econômico e ambiental.* Plano de Desenvolvimento Sustentável, vol. I, Salvador, 2002, 150p.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Sustentável: Programa do desenvolvimento sustentável Vol. II,* Salvador, 2002, 106p.

**LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana** (org.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova práxis.* São Paulo, Cortez, 2005. 327p.

**LÊNIN.** *El Estado y la revolucion.* Editorial Progreso, URSS, 1979.

**LEWIN, Helena** (coord.) **RIBEIRO, Ana Paula Alves, SILVA, Liliane Souza.** *Uma Nova Abordagem da Questão da Terra no Brasil: O caso do MST em Campos dos Goytacazes.* 7 Letras, Rio de Janeiro, 2005, 155p.

**LOKOI, Zilda Maria Grícoli.** *Reforma Agrária e Movimentos Sociais: Diferentes alternativas na América Latina,* pp. 255-272. In: **OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Marta Inez Medeiros** (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social.* Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**LOPES, Eliano Sérgio Azevedo, MATOS, Elmer Nascimento, ALVES, Marlene dos Santos Alves, SILVA, Tânia Elias Magno da Silva.** *Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do estado de Sergipe.* In: **MEDEIROS, Leonildes S., LEITE, Sergio.** Assentamentos Rurais. Mudança Social e Dinâmica Regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, pp 229-269)

**LOPES, Eliano Sérgio Azevedo.** *Poder Local e participação política nos assentamentos rurais de Sergipe.* Revista Universidade e Sociedade, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), Ano XII, nº 28, novembro de 2002 p-p 27-37.

**MACCIOCCI, Maria-Antonietta.** *A Favor de Gramsci.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, capítulo 6, p-p 146-185.

**MAGALHÃES, LÍlian de Souza.** *Terra dos Homens: livro-reportagem sobre a gênese do MST na Bahia.* Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo da UFBA, 2005, 114p.

**MARQUES, Maria Inez Medeiros.** *Lugar do modo de vida tradicional na modernidade,* pp. 145-162. In: **OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES,**

Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**MARTINS**, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

**MAURO**, Gilmar. *O Significado da Reforma Agrária para os Movimentos Sociais*, pp. 353-364. In: **OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**MARX**, Karl. *A Ideologia Alemã*. 6ª. Ed. Hucitec, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Martin Claret, São Paulo, 2002.

**MEDEIROS**, Leonilde. Sérvolo. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. FASE, Rio de Janeiro, 1989, 216p.

\_\_\_\_\_, **LEITE**, Sergio, **ESTERCI**, Neide, **FRANCO**, Mariana P. Assentamentos Rurais, um convite ao debate. Ensaios e Debates. Set-Dez, 1992. PP 04-15.

\_\_\_\_\_, **LEITE**, Sergio. *A formação nos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre-Rio. UFRGS-CPDA, 1999 301p.

\_\_\_\_\_. *Assentamentos Rurais. Mudança Social e Dinâmica Regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, 307p.

**MORISSAWA**, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. Expressão Popular, São Paulo, 2001, 256p.

**MST**. *As datas comemorativas: a importância das mobilizações*. In: Caderno dos Núcleos. MST-BA, Ano I, nº. 04 Fev-Jun / 2004.

\_\_\_\_\_. *A luta pela terra: como morar e trabalhar na terra*. Caderno dos Núcleos. MST-BA, Ano I, nº. 02, Agosto, Setembro e Outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. *A Reforma Agrária que precisamos*. Junho de 2003.

\_\_\_\_\_. Caderno dos Núcleos, MST-BA, Ano 5, nº. 5, Abril/Maio 2007.

\_\_\_\_\_. *Caderno da Militância*. MST-BA, Ano I, nº. 01, Janeiro-Março de 2007.

\_\_\_\_\_. *Crianças em movimento: as mobilizações infantis do MST*. Fazendo Escola, nº. 2.

\_\_\_\_\_. *Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001*. Caderno de Educação, nº. 13, MST, 2005.

\_\_\_\_\_. *Imagens da Terra: trabalho e vida nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, São Paulo: CD-Room produzido por Sonopress, 2002.

\_\_\_\_\_. “MST em dados”: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

\_\_\_\_\_. *O uso dos créditos e as normas do MST, a cooperação no trabalho e os cuidados com a terra*. Caderno dos Núcleos, MST-BA, Ano I, nº. 03, Janeiro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas*. Boletim da Educação, MST, 2002.



\_\_\_\_\_. *Textos para estudo e debate*. 5º. Congresso Nacional do MST, Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular. Junho de 2007.

**NAVARRO**, Zander, **MORAES**, Maria Stela, **MENEZES**, Raul. *Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento*. In: **MEDEIROS**, Leonildes S., **LEITE**, Sergio. A formação nos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre-Rio. UFRGS-CPDA, 1999, p-p 19-68.

**OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI*, pp. 29-70. In: **OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. In: Estudos Avançados, Vol 15, Nº 43 SET/DEZ. São Paulo, 2001. disponível no site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

**ORTIZ**, Renato (org). *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais: sociologia. São Paulo:Ática, 1983. P-p 7-36.

**PRADO JÚNIOR**, Caio. *A Questão Agrária*. 4ª edição, Editora Brasiliense, Brasília, 1987, p. 188.

**PETRAS**, James. *Ensaio contra a Ordem*. São Paulo: Scritta, 1995. 293p. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo e Cláudia Schilling.

**POKER**, José Geraldo. *Cooperação e cooperativismo no movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. In: Revista Espaço Acadêmico, Ano III. Nº 26. Julho de 2003, mensal.

**PORTELLI**, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p-p 61-102.

**ROS**, César Augusto das. O MST, as instâncias do Estado para tratamento da questão agrária e a constituição dos assentamentos rurais. In: MOREIRA, Roberto José. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p-p 127 a 174.

**SACHS**, Ignacy. *O Brasil Rural: Da descoberta à invenção*, pp. 365-370. In: **OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**SAMPAIO**, Plínio de Arruda. *A Reforma Agrária que nós esperamos do Governo Lula*, pp. 329-334. In: **OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**SANTOS**, Cirlene Jeane Santos e. *O Processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da Bahia*.

Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Salvador, 2004 226p.

**SCHERER-WARREN**, Ilse. *Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais*. Salvador: EDUFBA. Cadernos do CRH, nº 8, Jan/Jun, 1998. p-p 59-79.

**SCHMIDT**, Benício Viero, **MARINHO**, Danilo Nolasco C, **ROSA**, Sueli L. Cardoso (org). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 306p.

**SILVA**, José Graziano da. & **STOLCKE**, Verena (org.). *A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kaustsky, Chaganov, Stalin*. Editora Brasiliense, Brasília, 1981, 185.

**SILVA**, Luciana Henrique da. Massangana III e Chico Mendes – PB: *impactos sociais na constituição de assentamentos rurais*. Trabalho apresentado no Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Salvador, 12 a 14 de agosto de 2001.

**SOUZA**, Inês Cabanilha de. *Política local e assentamentos: clientelismo, subordinação e reprodução*. Raízes, Ano XVI, nº 15, Dez, 1997. p-p 90-99.

**STÉDILE**, João Pedro (org). *A questão Agrária no Brasil*. Vol. I: O debate tradicional. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005, 304p.

\_\_\_\_\_. *A questão Agrária no Brasil*. Vol. II: O debate na esquerda – 1960-1980. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005, 320p.

\_\_\_\_\_, **FERNANDES**, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Debate sobre a natureza da Reforma Agrária brasileira*. In: MST, Novembro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Latifúndio: o pecado agrário brasileiro*. Caderno de Formação nº 33. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, FEV, 2000.

**SUE**, Brandford & **ROCHA**, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST* [trad. Rubens Galvez Merino]. 1ª Ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004. 400p.

**THOMAZ JÚNIOR**, Antônio. *A (des)ordem societária e territorial do trabalho*, pp. 71-86. In: **OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**TRABUCO**, Gismália Luiza Passos. *A Práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade no assentamento Beira Rio – Boa Vista do Tupim – BAHIA*. Monografia, Ciências Sociais orientada pelo Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara, FFCH/UFBA, Salvador, 2005, 134p.

**VASCONCELOS**, Maria Drosila. *Pierre Bourdieu: a herança sociológica*. Educ. Soc. Vol. 23, nº. 78, Campinas Apr. 2002. pp. 1-6.

**VASQUEZ**, Adolfo Sanches. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1917

**WANDERLEY**, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira*. In: ARAÚJO, Brás José de (org). Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p-p 15-40.

**WACQUANT**, L. *O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal*. Revista de Sociologia e Política, 2002 - SciELO Brasil.

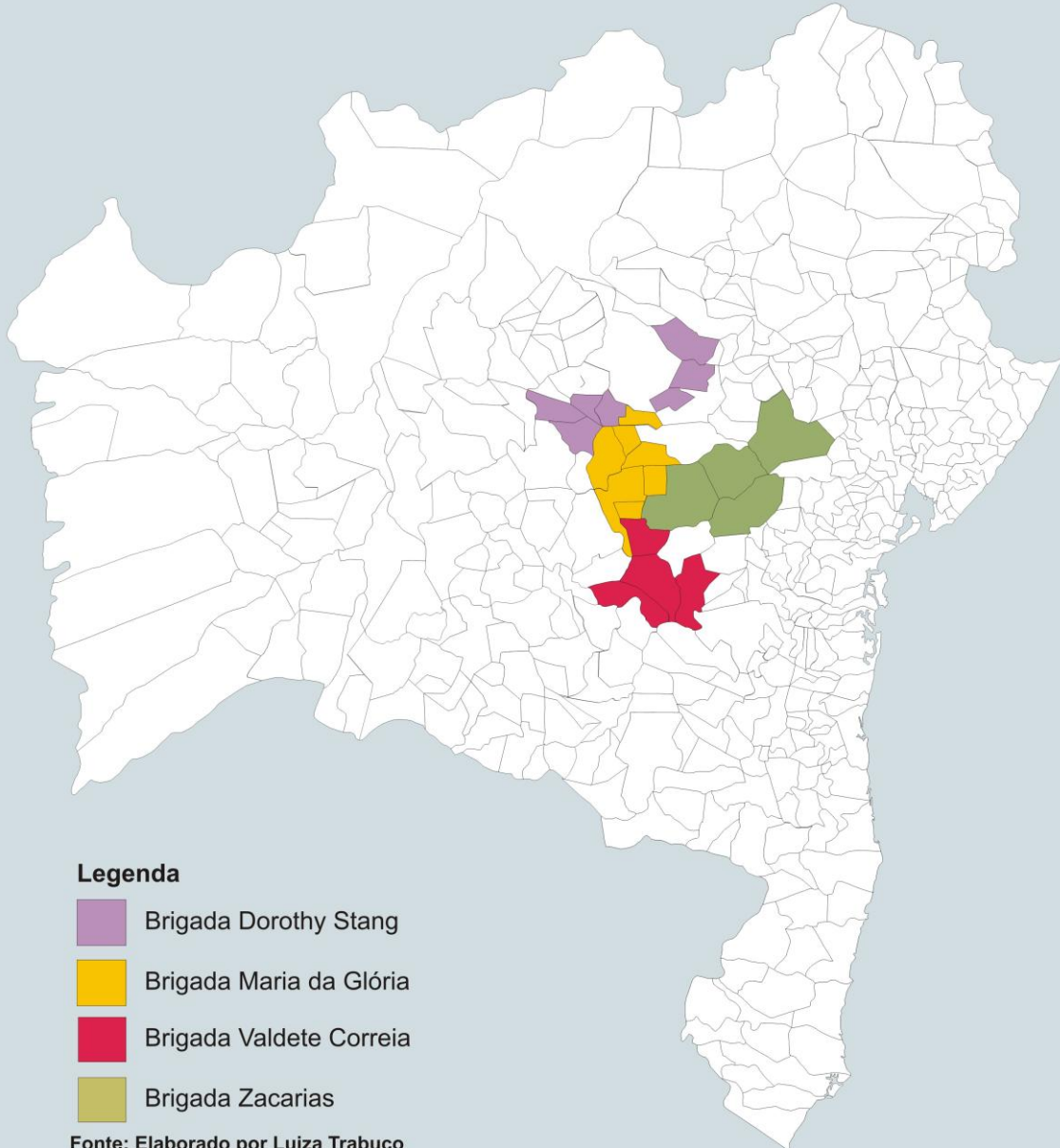
**WILLIAMS**, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Capítulo 6, 7 e 9. p-p 111-129.

**WOORTMANN**, Ellen F. *O Saber tradicional camponês e inovações*, pp. 133-144. **In: OLIVEIRA**, Ariovaldo Umbelino de & **MARQUES**, Marta Inez Medeiros (org.). *O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Casa Amarela & Editora Paz e Terra, São Paulo, 2004.

**WOORTMANN**, Klass. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico. Brasília: EDUNB, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, pp 11-73.

# **ANEXOS**

**Mapa 01**  
**MST - Regional Chapada**  
**Municípios por brigadas**



## Termo de Compromisso

Os trabalhadores rurais sem terra, acampados há mais de um ano, na fazenda São Sebastião de Utinga, município de Wagner, Estado da Bahia, ante o fato de a polícia militar que executou o mandado de reintegração de posse, requerida pelo Sr. Bento Baserra de Oliveira Lima, não ter permitido a transferência do acampamento para as terras do Sítio Bonfim, propriedade de Sr. Asterio Ribeiro, limitrofe com a propriedade objeto de demanda, concordaram em desocupar pacificamente a área, transferindo-se provisoriamente para a área comunitária do PA Andaraí, sob a condição de o INCRA agilizar a finalização do processo administrativo que trata da proposta de desapropriação do referido imóvel; no prazo máximo de 15 dias, prazo este em que o processo deve estar sob a análise da direção central do INCRA, em Brasília.

Wagner, 07 de março de 1996

Luiz Henrique Gouveia  
Hailton Gonçalves Souza  
representante do MST

José de Oliveira Neto  
José de Oliveira Neto  
Presidente da Associação de Produtores PA  
Andaraí

Geraldo Edmundo Alves Portela  
representante do INCRA/BA

*J. B. de*  
13/03/96

### "TÉCNICO REBATE VERSÃO DA CPT SOBRE OCUPAÇÃO"

Causou-nos estranheza a notícia veiculada na Tribuna da Bahia deste dia 13 de março onde o técnico do INCRA, Geraldo E.A. Portela, rebate a versão da CPT e da nota de solidariedade dos Bispos do NE3 sobre o despejo da fazenda S. Sebastião de Utinga. Por isso, ao mesmo tempo em que reafirmamos o que aconteceu no dia 7 de março na operação de despejo, aproveitamos também para fazer outras considerações, certos de que nada disso atrapalhará o encaminhamento do processo de desapropriação da fazenda em questão, conforme compromisso firmado pelo INCRA.

#### 1. "Não houve violência no despejo".

Se se entende por violência somente ferir fisicamente ou matar alguém, então realmente não houve violência! Mas o que dizer de um batalhão, que antes mesmo de ser lida a liminar de reintegração de posse, entra numa área privada, cedida por meio de documento, pelo seu proprietário para acolher os "sem terra" (portanto, eles já não estavam na fazenda S. Sebastião e, conforme parecer do próprio Secretário de Segurança Dr. Francisco Neto, não poderiam ser daí desalojados) e inicia às 5 horas da manhã a soltar bombas e a queimar barracos dos acampados? Disso nós da CPT somos testemunhas, temos fotografias e inclusive uma fita de Vídeo que podemos mostrar para quem quiser. Três famílias perderam tudo com a queima de seus barracos, inclusive documentos e duas bicicletas. Que dizer da prepotência do comando da operação que proibiu a participação do Presidente da OAB, seccional de Itaberaba, Dr. Gilmar de Araújo Ribeiro, na negociação durante a operação e que no final da mesma teve uma arma apontada contra si, pelo Major Amâncio e foi levado escoltado até o juiz de Ruy Barbosa porque havia tirado uma foto de um barraco queimando?

Se não houve violência física foi porque os trabalhadores estavam bem organizados e conscientes de que sua luta não é contra a Polícia e sim a favor de uma Reforma Agrária urgente e justa.

#### 2. "A transferência se deu de forma pacífica e os barracos foram desmontados e levados em caminhões para o Assentamento de Itaguaçu 7".

Isso se deu após 7 horas de "negociações" e de muita tensão, não havendo outra alternativa para os acampados, porque foi possível perceber pelo próprio Dr. Geraldo Portela que o Batalhão de Itaberaba estava com decisão expressa de levar os acampados para esta área do INCRA e para isso tinha já requisitado os caminhões nas Prefeituras da Região. Mas o desejo dos acampados era ficar na fazenda Bonfim, cedida pelo proprietário Astério Ribeiro, o que, como dissemos acima, tinha o parecer favorável do Secretário de Segurança em conversa havida com o Bispo Diocesano de Ruy Barbosa D. André De Witte. Portanto, mais uma vez, se essa transferência se deu sem maiores problemas foi devido a clareza que os trabalhadores têm de que o que está em jogo é conseguir uma terra para viver e trabalhar. E saíram animados porque, como diz a nota do jornal, essa "transferência é provisória e que o INCRA se compromete a agilizar o processo para desapropriação da Fazenda S. Sebastião de Utinga no prazo máximo de 15 dias".

Sendo no momento o que tínhamos a esclarecer,

respeitosamente

Comissão Pastoral da Terra  
Diocese de Ruy Barbosa, 13 de março de 1996

99792106

3  
10

Quarta-feira, 13 de março de 1996

TRIBUNA DA BAHIA/

## Técnico rebate versão da CPT sobre ocupação

Ao rebater a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Ruy Barbosa, o técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Geraldo Edmundo Alves Portela, afirmou que não houve violência na transferência dos trabalhadores acampados na Fazenda São Sebastião de Utinga, no município de Wagner. A denúncia de que a Polícia Militar, sob o comando do major Amâncio, havia dado tiros e queimado barracos para obrigar os trabalhadores a deixarem a fazenda, - foi publicada pela *Tribuna da Bahia* na edição do dia 8 de março. As fontes foram dois documentos, um da CPT e outro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - Regional Nordeste 3, assinado por 14 bispos, além de entrevista gravada do bispo André De Witte, da Diocese de Ruy Barbosa.

A versão apresentada por Geraldo Portela é de que a transferência se deu de forma pacífica e os barracos foram desmontados e levados em caminhões para Itaguaçu 7, onde fica o Projeto de Assentamento de Andaraí.

Portela apresentou um documento em que o líder do Movimento dos Sem-Terra, Irailton Gonçalves Souza, concorda com a transferência, já que a PM, em execução de mandado de reintegração de posse, não permitiu que os trabalhadores fossem para o Sítio Bonfim, oferecido pelo proprietário Astério Ribeiro. O documento, também assinado pelo presidente da Associação de Produtores do Projeto de Assentamento de Andaraí, José de Oliveira Neto, e por Geraldo Portela, impõe como condição para a transferência que ela seja provisória e que o Incra se comprometa a agilizar o processo para desapropriação da Fazenda São Sebastião de Utinga, no prazo máximo de 15 dias.

A Fazenda São Sebastião de Utinga, de propriedade de Bento Bezerra de Oliveira Lima, já foi considerada improduti-va pelo Incra, segundo Geraldo Portela, e está em processo de desapropriação.

EINAR LIMA  
Repórter



87  
 13/03/96  
 [Handwritten signature]

## CARTA ABERTA SOBRE O DESPEJO DOS "SEM TERRA"

*"Escutem bem, chefes de Jacó, governantes da Casa de Israel! Por acaso, não é obrigação de vocês conhecer o Direito? Inimigos do bem e amantes do mal, vocês esfolam o povo e descarnam os seus ossos. Depois vocês gritarão a Javé, mas ele não responderá. Nesse tempo ele esconderá sua face por causa da maldade que vocês praticaram" (Miquéias 3,1-4).*

Desde 1992, um grupo de 700 famílias vem se reunindo e se organizando na região da Chapada Dimantina - Ba, com a finalidade de conseguir terra para trabalhar e condições de permanecer nela. Durante três anos esse povo tentou todas as vias legais para atingir seus objetivos. Sem conseguir nenhum resultado junto ao INCRA, no dia 16 de fevereiro de 1995, quatrocentas famílias decidiram ocupar a Fazenda Aguas Belas 3, no município de Lajedinho; Desse latifúndio improdutivo foram despejadas no dia 05 de março com um aparato militar nunca visto na região - polícia feminina, pelotão de choque, atiradores de elite, cavalaria, cães etc... - num contingente de mais de 200 homens. Dispersadas pela Polícia, essas famílias, não desistindo de sua luta em vista de vida digna, voltaram a se reagrupar e no dia 12 de novembro de 1995 ocuparam a fazenda S. Sebastião de Utinga, no município de Wagner, de propriedade da família Bezerra, com o intuito de pressionar o INCRA, para que acelerasse o processo de Reforma Agrária na região. Mas, depois de 4 meses de acampamento, no dia 07 de março de 1996, o Batalhão de Itaberaba, sob o comando do Major Amâncio, cumpriu a liminar de reintegração de posse, requerida pelo fazendeiro. O cumprimento desta liminar foi irregular desde o seu início pelos seguintes motivos:

- os trabalhadores já haviam desocupado a fazenda durante a noite e estavam numa área cedida, através de documento, por um pequeno proprietário, não sendo, portanto, passíveis de despejo;
- contrariando a lei, a operação militar teve início às 4,30 h da manhã, pois ela só pode ser executada em caso de resistência do povo após a leitura da liminar pelos Oficiais de Justiça, o que só pode ser feito após as 6,00 h da manhã;
- além de ilegal, essa operação foi violenta e prepotente, pois a PM chegou ateando fogo aos barracos, soltando bombas e encerrando os trabalhadores (várias famílias tiveram todos os seus pertences queimados, inclusive documentos);
- a estrada BA 142 foi interditada com barreiras policiais, transformando a área em zona militar. Vários ônibus tiveram que esperar horas para serem liberados e ambulâncias com doentes tiveram que voltar ao local de origem. Até o presidente da OAB, seccional de Itaberaba, Dr. Gilmar Ribeiro e o representante do Bispo diocesano, P. Vítorio Trevisi, com seu colega P. Gabriel, representante da CPT, foram impedidos de acompanhar a operação.

Após 7 horas de arbitrariedades, de tensão, de várias tentativas de negociação e do compromisso do representante do INCRA de enviar para Brasília em 15 dias, o processo de desapropriação da fazenda, os trabalhadores foram levados para o Assentamento de Itaguaçu 7. Não há vontade política do Governo em fazer com que uma verdadeira Reforma Agrária aconteça e por isso ela acaba se tornando um caso de polícia. Trazemos a público essa denúncia porque o que aconteceu não é um fato isolado. Os Meios de Comunicação estão noticiando a todo momento acontecimentos semelhantes. Por outro lado, a fazenda Crispim, no município de Boa Vista, desapropriada desde 1987 para fins de Reforma Agrária, foi invadida por fazendeiros que estão perseguindo e ameaçando de morte os posseiros, e aí não há despejo!!! Causa-nos indignação ver que Governo, Judiciário, Polícia e latifundiários se unam fazendo o que o Profeta Miquéias já denunciava: *"Inimigos do bem e amantes do mal, vocês esfolam o povo e descarnam seus ossos"*.

**MÃE TERRA, TEUS FILHOS CLAMAM POR TI"**

Comissão Pastoral da Terra

Diocese de Ruy Barbosa, 08 de março de 1996